



# Relatório de Gestão

## Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

# 2016

**Companhia Nacional de Abastecimento–CONAB**

**DIRETORIA COLEGIADA**

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA

Presidente

DANILO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

JORGE LUIZ ANDRADE DA SILVA

Diretor de Operações e Abastecimento

MARCUS LUIS HARTMANN

Diretor de Gestão de Pessoas

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA

Diretor de Política Agrícola e Informações

JORGE OLIVEIRA CORREIA JÚNIOR

Superintendente de Estratégia e Organização

Coordenado e Elaborado por:

Nilda Maria Domingos Mendes

Maria de Lourdes Marino

Márcia Teixeira da Silva

Joracy Mendes Lima dos Reis

Roberto de Castro Almendra

Betti Isabel Borgmann Araújo

Gerência de Planejamento Estratégico–Geple

[geple@conab.gov.br](mailto:geple@conab.gov.br)

Fones: (061) 3312-6257 / 3312-6287

# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

**Conab**

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

## Sumário

1- Apresentação.....	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....	8
2.1- Identificação da unidade.....	8
2.2- Finalidade e competências institucionais.....	9
2.3- Ambiente de atuação.....	11
2.3.1- Ambiente de atuação da unidade.....	11
2.3.2- Ambiente de negócios das Superintendências Regionais da Conab.....	14
3- Planejamento organizacional e resultados.....	17
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	17
3.1.1- Assegurar a execução efetiva da política de garantia do preço mínimo.....	17
3.1.2- Fortalecer a atuação do segmento da agricultura familiar.....	21
3.1.3- Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.....	25
3.1.4- Otimizar a utilização da rede armazenadora própria.....	30
3.1.5- Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	34
3.1.6- Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	37
3.1.7- Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.....	38
3.2- Informações sobre a gestão.....	41
3.2.1- Sociedade.....	41
3.2.2- Processos Internos – Informação e conhecimento; Formulação de políticas públicas.....	44
3.2.3- Excelência organizacional interna.....	48
3.2.4- Integração.....	49
3.2.5- Perspectiva financeira.....	52
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	53
4- Governança.....	58
4.1- Descrição das Estruturas de governança.....	58
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	59
4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos.....	59
4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna.....	61
5- Áreas especiais da gestão.....	63
5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade.....	63
6- Relacionamento com a sociedade.....	64
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	64
6.2- Carta de serviços ao cidadão.....	65
6.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade.....	65
6.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos usuários.....	65
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.....	66
7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	66
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	68
7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	70
7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	71
7.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	71
7.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica.....	71
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	72
8.1- Tratamento de deliberações do TCU.....	72
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	72
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações.....	72
9- Anexos e apêndices.....	73
Anexo I: Complementa informações do item 1.1 – relação de UG.....	73
Anexo II: Complementa item 2.3.1 – principais clientes.....	77
Anexo III: Complementa item 3.1 e 3.2 – indicadores de desempenho.....	78
Anexo IV: Complementa item 3.1.1 – índice de efetividade dos instrumentos de política agrícola.....	82
Anexo V: Item 8.1 – tratamento das deliberações do TCU.....	86
Anexo VI: Item 8.2 – tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno.....	94

## Lista de siglas e abreviações

AGF	Aquisição do Governo Federal
AMISA	Agricultural Market Information System
CATI/SP	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CETI	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Adm de Participações Societárias da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
CONAD	Conselho de Administração
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DERAL	Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informação
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
FND	Fundo Nacional de Desestatização
GEOGLAM	Global Agricultural Monitoring
IEA/SP	Instituto de Economia Agrícola de São Paulo
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Especiais
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAI	Manual de Auditoria Interna
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Manual de Operações da Conab
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIMA	Organización de Información de Mercados para Las Américas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Públicos
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDVI	Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PMBac	Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder
PMBC	Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNA	Plano Nacional de Armazenagem
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVB	Programa de Venda em Balcão
RDC	Regime Diferenciado de Contratação Pública
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos

SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração quantitativa e qualitativa de Armazenagem de Grãos
SDPE	Subvenção Direta ao Produtor Extrativista
SEP	Secretaria Especial de Portos
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Sistema Integrado de Custos
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIFISC	Operação do Sistema de Estoques
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIMAB	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIPESP	Sistema de Pesquisa de Estoques Privados
SIRCOI	Controle de Inadimplentes
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOM	Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria de Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Armazenadora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP	Valor para Escoamento do Produto

## 1- Apresentação

A Companhia Nacional de Abastecimento–Conab, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, apresenta o seu Relatório de Gestão do exercício de 2016, como instrumento de prestação de contas de suas atividades à sociedade e em cumprimento aos termos dos Artigos 70 e 71 da Constituição Federal.

Este Relatório foi elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelecidas na Instrução Normativa TCU n.º63, de 1.º de setembro de 2010; na Decisão Normativa TCU n.º154, de 19 de outubro de 2016; na Portaria TCU n.º59, de 19 de janeiro de 2017, e na Ata que formaliza o processo de customização do Relatório de Gestão da Conab, da SecexAmbiental; com orientações sobre a elaboração e forma de apresentação dos conteúdos do relatório de gestão para este exercício. A customização simplificou a prestação de contas, de forma que as informações apresentadas possuem maior enfoque nos resultados gerados pela Companhia.

A confecção deste Relatório utilizou como base o *layout* estabelecido pela SecexAmbiental e buscou atender aos requisitos de qualidade visual, tamanho e padrão sugeridos para a apresentação das informações nos itens solicitados, sendo que documentos complementares estão disponibilizados como anexos.

A Conab buscou realizar suas atividades mantendo o foco em sua missão institucional, e as ações desenvolvidas estão refletidas nos itens que abordam os resultados da gestão e os objetivos estratégicos (itens 3.1 e 3.2).

Sob o ponto de vista do desempenho econômico–financeiro, sendo a Conab uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, na área social. Assim, na condução de seus negócios se estabelece uma dicotomia funcional, cujos limites não são facilmente distinguidos: a compreensão de quando a atividade tem sentido econômico ou social, ou até onde vai um ou outro aspecto.

No que concerne aos programas sob a responsabilidade da Conab, não obstante algumas dificuldades estruturais e conjunturais enfrentadas no transcorrer do exercício, os resultados foram satisfatórios, seja na operacionalização dos programas relacionados à Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM, envolvendo a formação, armazenagem, comercialização e escoamento de estoques públicos, como também na execução dos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agrícolas. Também o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA, objeto de parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome–MDS e o de Desenvolvimento Agrário–MDA, merece destaque por conta de expressivas transformações econômicas e sociais no contexto da agricultura familiar. Não menos relevante foi o papel da Companhia na operacionalização do programa Vendas em Balcão, ao promover a comercialização direta dos estoques públicos de milho aos pequenos suinocultores, avicultores, moinhos coloniais, e agroindústrias, garantindo a oferta do produto a um preço que viabilize esse tipo de negócio. Por fim, a assistência humanitária internacional, que também faz parte do rol de ações operacionalizadas pela Companhia, promoveu a doação de produtos básicos dos estoques governamentais a países em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou assolados por calamidades públicas.

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

#### Poder e Órgão de Vinculação

**Poder:** Executivo

**Órgão de Vinculação:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento **Código SIORG:** 00014

#### Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Natureza Jurídica:** Empresa Pública

**CNPJ:** 26.461.699/0001-80

**Principal Atividade:** Administração Pública em Geral

**Código CNAE:** 8411-6

**Código SIORG:** 2114

**Código LOA:** 22211

**Código SIAFI:** 22211

#### Contatos

**Telefones/Fax:** (61)3312-6000 / (61)3312-9058

**Endereço Postal:** SGAS Quadra 901, Bloco A, Lote 69, CEP 70390-010 – Brasília/DF

**Endereço Eletrônico:** [conab@conab.gov.br](mailto:conab@conab.gov.br)

**Página na Internet:** <http://www.conab.gov.br>

#### Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

**Código SIAFI** Nome

22211 Companhia Nacional de Abastecimento

**Demais UGs:** mencionadas no Anexo I

#### Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente da Conab	Lineu Olímpio de Souza	242.715.001-00	01/01/16 a 08/04/16
Presidente Interino	Igo dos Santos Nascimento	765.670.441-87	01/01/16 a 09/01/16 15/04/16 a 01/08/16
Presidente da Conab	Francisco Marcelo R Bezerra	097.486.791-87	01/08/16 a 31/12/16

#### Membros do Conselho de Administração

Sec-Executivo MAPA	Maria Emília M Pedroza Jaber	341.358.801-00	01/01/16 a 24/05/16
	Eumar Roberto Novacki	781.595.981-49	24/05/16 a 31/12/16
Representante 1 MAPA	Kátia Terezinha Coelho da Rocha	434.733.501-68	01/01/16 a 20/10/16
	Raphael Vianna de Menezes	040.027.474-41	20/10/16 a 31/12/16
Representante 2 MAPA	Tânia Mara Garib	108.829.951-20	01/01/16 a 08/07/16
	Francisco de Assis da S Lopes	039.228.158-98	20/10/16 a 31/12/16
Representante 3 MAPA	Tatiana Lipovetskaia Palermo	227.553.608-60	01/01/16 a 08/07/16
Representante MPOG	Cleiton dos Santos Araújo	851.631.201-15	01/01/16 a 31/12/16
Representante CONAB	Francisco Marcelo R Bezerra	097.486.791-87	29/07/16 a 31/12/16

#### Diretores

Operações e Abastecimento	Igo dos Santos Nascimento	765.670.441-87	01/01/16 a 23/11/16
	João Marcelo Intini	141.479.028-71	01/01/16 a 05/05/16
Política Agrícola e Informações	Igo dos Santos Nascimento	765.670.441-87	05/05/16 a 26/07/16
	Cleide Edvirges Santos Laia	462.438.446-68	26/07/16 a 31/12/16
Administrativo e Financeiro	Roberto Naves e Siqueira	901.770.701-10	01/01/16 a 01/04/16
	Igo dos Santos Nascimento	765.670.441-87	04/04/16 a 26/04/16
	Arno Jerke Junior	765.670.441-87	26/04/16 a 07/07/16
	Danilo Borges dos Santos	883.620.601-82	07/07/16 a 31/12/16
	Rogério Luiz Zeraik Abdalla	836.180.409-97	01/01/16 a 31/03/16
Gestão de Pessoas e Modernização	João Marcelo Intini	141.479.028-71	31/03/16 a 26/07/16
	Marcus Luis Hartmann	558.689.249-91	26/07/16 a 31/12/16

Substitutos	
Cleide Edvirges Santos Laia	Substituiu o Presidente no período de 19/09/16 a 28/09/16 – Port 523
Danilo Borges dos Santos	Substituiu o Diafi no período de 26/12/2016 a 30/12/16 – Port 607
Igo dos Santos Nascimento	Substituiu o Presidente no período de 01/01/16 a 09/01/16 – Port 873
	Substituiu o Dipai no período de 14/03/16 a 24/03/16 – Port 103
	Substituiu o Dirab no período de 05/12/16 a 19/12/16 – Port 568
Francisco Marcelo R Bezerra	Substituiu o Dirab no período de 22/08/16 a 05/09/16 – Port 485
	Substituiu o Dirab no período de 05/12/16 a 19/12/16 – Port 568
João Marcelo Intini	Substituiu o Digep no período de 28/03/2016 a 06/04/16 – Port 127
Danilo Borges dos Santos	Substituiu o Digep no período de 26/12/2016 a 30/12/2016 – Port 607

## 2.2- Finalidade e competências institucionais

A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de Janeiro de 1991, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

É a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agropecuárias e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado, tendo como objetivos:

- I - planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- II - implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- III - executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- IV - coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- V - encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- VI - desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoantes diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior–Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- VII - participar da formulação da política agrícola; e
- VIII - exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Missão	Visão de futuro	Valores
Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.	<p>Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados.</p> <p>Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento.</p> <p>Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar.</p>	<p>O cumprimento da missão implica gerar valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia:</p> <p><u>Produtor Rural</u>: Preço e renda, regulação do abastecimento, política agrícola de curto, médio e longo prazos e apoio no fortalecimento e organização do setor.</p> <p><u>Consumidor Final</u>: Acesso aos alimentos básicos no comércio varejista a preços acessíveis.</p> <p><u>Usuários de Informações</u>: Confiabilidade, tempestividade, regularidade, acesso democrático, gratuidade, consistência, abrangência e atualidade.</p> <p><u>Comunidades Carentes</u>: Atendimento de suas necessidades alimentares imediatas como prontidão no atendimento e qualidade dos produtos.</p> <p><u>Parceiro</u>: Cumprimento de seu papel institucional, execução, cumprimento do objeto dos convênios firmados,</p>

	capacidade técnica e operacional, efetividade nas ações e velocidade de resposta. <u>Governo e Cidadão</u> : Cumprimento do papel institucional com transparência, ética, responsabilidade, fidelidade no cumprimento da legislação, racionalidade na aplicação dos recursos e agregação de valor à imagem do Governo.
--	---

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
<b>Lei n.º8.029, de 12/04/1990:</b> cria a Conab a partir da fusão da CFP, Cobal e Cibrazem.	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Lei de Constituição da Conab
<b>Lei n.º8.171, de 17/01/1991:</b> dispõe sobre a Política Agrícola	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Lei n.º8.171/91 – Política Agrícola
<b>Lei n.º9.972, de 25/05/2000:</b> institui a classificação de produtos vegetais	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Lei n.º9.972/200 – Classificação Vegetal
<b>Lei n.º9.973, de 29/05/2000:</b> dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Armazenagem – Lei n.º9.973/2000
<b>Decreto n.º3.855, de 03/07/2001:</b> regulamenta a Lei 9.973/2000	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Armazenagem / Decreto n.º3.855/2001
<b>Decreto-Lei n.º1.102/1903</b> – regras para o estabelecimento de Armazéns Gerais	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / Produtos e Serviços / Legislação / Armazenagem / Decreto-Lei n.º1.102/1903
<b>Regimento interno:</b> trata da composição organizacional, das atribuições dos dirigentes e dos titulares de funções gratificadas, das responsabilidades comuns.	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC -NIC / Sistema Institucional / Regimento Interno
<b>Estatuto Social:</b> trata da denominação e da natureza jurídica, da sede, do foro e da duração, do objeto social, do capital social e das ações, do patrimônio, dos recursos financeiros, da organização e da administração, da composição organizacional, e outros	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC / Sistema Institucional / Estatuto Social
Normas da Organização – NOC-NIC	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC
Regulamento de Pessoal	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC / Sistema Institucional / Regulamento de Pessoal
Manual de Operações – MOC	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC / Sistema Institucional / Sistema de Operações
Normas de Governança Corporativa	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC / Sistema Institucional / Normas de Governança Corporativa
Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / NOC-NIC / Sistema Institucional / Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos
<b>Outros documentos</b>	<b>Endereço para acesso</b>
Mapa estratégico	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Planejamento e Gestão / Mapa Estratégico
Planejamento estratégico	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Planejamento e Gestão / Planejamento Estratégico
Macroprocessos finalísticos	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Planejamento e Gestão / Macroprocessos
Organograma	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Estrutura Organizacional / Organograma

## 2.3- Ambiente de atuação

### 2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

As políticas agrícolas públicas têm se mostrado muito importantes para o desenvolvimento da Economia Agropecuária Brasileira ainda que, em sua operacionalização, se caracterizem por um baixo nível de intervenção. A implementação de tais políticas se dá por meio de instrumentos que estão alicerçados: no crédito rural, com linhas que atendem os investimentos, o custeio e a comercialização; na sustentação de preços e formação de estoques públicos; em pesquisas e inovações tecnológicas; na extensão rural; e, no seguro de safra.

No que compete à Conab, cujo âmbito de atuação abrange o segmento de apoio à comercialização, podemos identificar ações no suporte ao preço para o produtor rural, no apoio à armazenagem e ações que objetivam mitigar a elevação dos preços ao consumidor.

No apoio à comercialização, ocorre o envolvimento da Companhia em várias fases. Inicia-se com o acompanhamento sistemático do comportamento do mercado de cada um dos produtos que fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM, avaliando as informações de produção no Brasil e nos mercados internacionais concorrentes, os ritmos de colheita, comercialização e consumo dos mesmos e informações de preços nos diversos mercados, com análises conjunturais. Outro importante produto gerado pela Conab é o documento “Perspectivas Agropecuárias”, onde são descritas as expectativas com relação à safra futura, servindo como elemento de tomada de decisão para os produtores, consumidores e Governo. Nas análises efetuadas, sempre que detectada alguma situação atípica nas condições de mercado, são propostas ações de correção, quer sejam de competência da Companhia ou não, por exemplo, notas técnicas sugerindo redução de tributos para importação, como forma de suprir deficiências internas no país.

Cabe destacar que tais análises são possíveis graças à existência de equipes encarregadas de levantar e divulgar sistematicamente as condições climáticas para a produção agropecuária, assim como as safras dos principais grãos, fibras, café e cana-de-açúcar, além de propiciar um eficiente sistema de levantamento de preços e custos de produção. Todas essas informações, que fazem parte do projeto “Observatório Agrícola”, além de atender a equipe interna nas suas análises e operações, também são disponibilizadas para a sociedade e o Governo.

Na fase prospectiva, a principal ação se dá com a elaboração da “Proposta de Preços Mínimos”, estudo onde são analisadas as condições para a próxima safra, com indicação das ações de políticas necessárias ao bom andamento da mesma. Ressalte-se que esse trabalho tem por finalidade sinalizar ao produtor o direcionamento acerca do que pode esperar da cultura que está por plantar, na perspectiva do Governo Federal. Assim, tais estudos são divulgados 60 dias antes do plantio para as culturas temporárias ou 30 dias antes do início da colheita das culturas perenes e semi-perenes. O produtor rural, com os estudos “Perspectivas Agropecuárias”, “Proposta de Preços Mínimos” e as conjunturas agropecuárias, além, é claro, de seu conhecimento de mercado, pode escolher a melhor opção em termos de rentabilidade, fazendo a substituição de culturas por aquela de melhor expectativa.

A Conab conta com vários instrumentos na execução da PGPM, como por exemplo: a Aquisição do Governo Federal–AGF para compra de produtos pelo preço mínimo fixado, além do Contrato de Opção de Venda–COV para aquisição de produtos mediante seleção em leilão público, ambos visando à formação de estoques públicos. Se a opção for pelo apoio à comercialização, todavia sem a formação de estoques, podem ser utilizados diferentes instrumentos de escoamento, sendo os mais importantes o Prêmio para Escoamento de Produto–PEP cujo prêmio é recebido pelo “consumidor”, mediante o pagamento do preço mínimo ao produtor, e o Prêmio Equalizador

Pago ao Produtor-Pepro, cujo prêmio é pago ao produtor ou a sua cooperativa, para complementar o preço obtido com a venda ao mercado.

Lembrando que a aprovação dos preços mínimos e divulgação das normas operacionais deixam à disposição do sistema agro econômico o rol de instrumentos que podem ser utilizados sempre que necessários. A seleção dos mais apropriados, quais as localidades para sua aplicação, o volume de produtos e os recursos financeiros que serão envolvidos, têm sua definição, normalmente, a partir de propostas elaboradas pela Conab, fruto das análises de sua equipe técnica. Essas propostas são submetidas à Secretaria de Política Agrícola–SPA/Mapa, com vistas à avaliação do Conselho Interministerial de Estoques Públicos–Ciep, grupo esse constituído por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda, e do Desenvolvimento Agrário e Casa Civil, sendo que a Conab participa da Câmara Técnica na qualidade de membro permanente, na função de assessoria e orientação técnica.

Também no segmento de armazenagem a Companhia tem tido uma atuação importante, contando, atualmente, com 94 unidades armazenadoras em sua rede própria. A receita própria de armazenagem contou com R\$15,508 milhões. A Conab é responsável, ainda, por gerir o Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras–Sicarm, com o acompanhamento de todos os armazéns que prestam serviços remunerados de armazenagem.

No conjunto de ações chamadas de gestão, a Conab faz o deslocamento de parte de seus estoques dos locais de produção para os de consumo. Isso é necessário, pois habitualmente os locais de produção que geram excedentes são distantes de onde se localizam os consumidores. Tem-se como exemplo o milho, cuja produção está concentrada no Centro-Oeste, sobretudo no Mato Grosso, e o público de pequenos produtores, atendido pela Companhia, localiza-se em vários estados mas, especialmente, na Região Nordeste.

É relevante para o sistema econômico brasileiro a atividade de retorno dos estoques públicos ao mercado, daí a denominação de “Abastecimento” no nome da Companhia. Essa atividade se desenvolve quando são detectados desequilíbrios nas condições do mercado, com elevação dos preços das matérias-primas agrícolas em valores acima das expectativas ou quando algum segmento se vê em condições de desabastecimento. Cita-se, como exemplo, os momentos em que os preços de mercado dos produtos sobem durante a entressafra em níveis elevados, comprometendo o abastecimento interno e gerando pressão inflacionária. Também, merece destaque o desabastecimento de milho em regiões específicas, especialmente na Região Nordeste, em função dos últimos períodos de seca, que comprometeram a sobrevivência dos animais de pequenos criadores.

Nessas ocasiões, são desencadeados programas de venda dos estoques públicos, visando abastecer aqueles segmentos específicos. Essas operações podem ser feitas por meio do Sistema de Comercialização Eletrônica, com a conexão das bolsas de cereais/mercadorias existentes no Brasil ou por venda direta para pequenos criadores cadastrados na Empresa. Podem ocorrer, ainda, casos em que o Governo Federal não dispõe de estoques para atender à demanda, sendo então sugeridas ações no sentido de facilitar as importações como forma de suprir a deficiência conjuntural observada. Em todos esses casos as propostas são submetidas e aprovadas pelo Ciep, como anteriormente citado.

Destaca-se, ainda, que com a edição do Art. 19 da Lei n.º10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado pelo Capítulo III da Lei n.º12.524, de 14 de outubro de 2011, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA. Por meio desse Programa, o Governo Federal passou a comprar produtos alimentícios dos agricultores familiares, formando estoques ou doando às comunidades em situação de insegurança alimentar. Citado Programa tem o grande mérito de conectar produtores rurais que produziam e tinham mercados muito restritos para venda, e

consumidores que necessitavam de alimentos, porém não tinham como comprá-los por falta de recursos financeiros.

A aplicação dos instrumentos de apoio à comercialização, seja por meio da PGPM ou do PAA, é um suporte aos produtores rurais nos seguintes momentos: de conjuntura desfavorável, com preços em queda normalmente por excesso de oferta, perdas de valores por redução nas cotações de bolsas internacionais ou da taxa de câmbio ou redução da demanda; no apoio à armazenagem, com a disponibilidade de espaços para acomodar a safra, tornando possível o alongamento da oferta ao longo do ano; nas vendas dos produtos de estoques públicos, quando os preços internos sobem a níveis elevados e nas condições de ofertas restritas ou aumento da demanda, permitindo que todos os agentes do setor agropecuário sejam atendidos pelas políticas executadas pela Conab. Deve-se levar em conta que esse fato é de suma importância, tendo auxiliado no desenvolvimento do setor durante todos os anos de sua atuação.

Contudo, no desempenho de suas atividades, a Companhia sofre ameaças que não raro chegam a impedir o bom cumprimento de sua missão. Em primeiro lugar é preciso levar em conta a própria razão da sua existência. Ela foi colocada estrategicamente entre setores em conflito: no primeiro momento o produtor quer preços elevados por sua safra e o comprador quer pagar menos pela sua matéria-prima. No momento seguinte, o industrial quer preços mais elevados para a venda do seu produto final, no entanto, o consumidor quer pagar preços menores. A Conab se insere exatamente entre esses agentes, sendo que, ao utilizar os instrumentos de apoio à comercialização, está protegendo o produtor e indo de encontro aos interesses do usuário da matéria-prima rural, e no segundo momento, a Conab, ao vender seus estoques públicos por preços menores do que o produtor está ofertando, gera conflito com o mesmo, mas protege o consumidor. Nesse aspecto, nada há o que se fazer, pois é parte inerente do escopo da Companhia, qual seja: desempenhar sua função com o máximo de competência e correção, seguindo, rigidamente, o seu mandato legal.

Questão extremamente relevante, que merece destaque, diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros em volume e em tempo para fazer frente as políticas que desenvolve. Ao compararmos os volumes orçamentários dos últimos anos, observa-se que houve um crescimento destes, tanto na rubrica de formação de estoques quanto na de subvenção. Entretanto, ter recurso inscrito no orçamento não significa disponibilidade financeira para executar as operações necessárias. Tem sido muito comum a Companhia detectar necessidades de determinadas operações e, no entanto, ao submeter a demanda à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, não haver disponibilização de valores. Esse fato prejudica o produtor rural que é frustrado, pois planta confiando no suporte que receberia do Governo Federal e, no momento de sua necessidade, tal apoio não se concretiza.

Ainda com relação à disponibilidade financeira, a empresa, para gerir seus armazéns, necessita fazer manutenções preventivas e corretivas, porém o parque armazenador da Companhia é muito antigo, exigindo intervenções mais constantes e mais caras. Por não ter recursos suficientes para essa finalidade, as unidades vão se deteriorando, tornando-se, em muitos casos, inservíveis, deixando de gerar receita.

Com foco na gestão dos estoques públicos, papel essencial da Companhia, são necessárias duas ações imprescindíveis: a fiscalização dos produtos para manutenção da qualidade e quantidade, sob pena de grandes perdas, e as remoções para posicionar os estoques nos locais que melhor atendam as necessidades dos compradores e aos interesses do abastecimento. Não tendo recursos suficientes para que a Companhia possa contratar os prestadores de serviços ou pagar viagens para seus técnicos nessas e todas as demais atividades, compromete-se, sobremaneira, a sua efetividade. Para mitigar essas deficiências seria necessário que a Companhia contasse com orçamentos mais equilibrados e que sofresse menos interferências extemporâneas.

Quanto às principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Companhia, podemos citar, apenas, as empresas de armazéns-gerais, pois as demais atividades são de cunho específico. São elas: Bunge Alimentos S/A; Coamo Agroindustrial Cooperativa; Sipl Indústria e Comércio Ltda; Amaggi Exportação e Importação Ltda; Cargil Agrícola S/A; Bom Futuro Agrícola Ltda; Comigo Cooperativa Agroindustrial Ltda e Caramuru Alimentos Ltda.

Entretanto, há uma grande assimetria entre as características dessas empresas em relação à Conab, vez que entende-se ser forçoso nomeá-las como prestadora de serviços análogos. As empresas de armazéns-gerais, cujas atividades fazem parte do seu *core business*, buscam manter os equipamentos em perfeitas condições operacionais, com as regras de pessoal e a flexibilidade que a CLT permite. A Conab, como dito anteriormente, não conta com recursos necessários, em volume e em tempo, para fazer frente as manutenções necessárias, bem como seu quadro de pessoal apresenta uma série de dificuldades que não permitem, ou tornam pouco práticas as ações como trabalhos noturnos, em fins de semana, horas extras etc, para cumprir eficientemente a sua função de armazenador.

### 2.3.2- Ambiente de negócios das Superintendências Regionais da Conab

#### Região Norte

##### Descrição geral

A região detém suas maiores expressões na Agricultura Familiar e no extrativismo, com ações focadas, prioritariamente, na inclusão produtiva, na soberania alimentar e ainda, na segurança alimentar e nutricional da população, evidentemente com maior ênfase na que se encontra em vulnerabilidade social na região da amazônia.

##### Adversidades

Precariedade das estruturas físicas das unidades armazenadoras com redução drástica da capacidade estática para manter os programas sociais e de abastecimento; falta de recursos orçamentários e financeiros, principalmente dos programas que necessitam de técnicos em campo; adaptação dos clientes ao programa Vendas em Balcão; estrutura das regionais diante da dimensão geográfica da região; dificuldade de escoamento dos produtos da sociobiodiversidade, fragilidade da internet no interior; áreas de difícil acesso; falta de documentos para regularização de imóveis.

##### Riscos

Execução prejudicada e descontinuidade dos programas pela falta de recursos e pelas dificuldades elencadas no item anterior; perda qualitativa e quantitativa dos produtos armazenados; prejuízos em relação à qualidade e quantidade das operações sob responsabilidade da Conab.

##### Estratégia de enfrentamento

Estruturação funcional e setorial das rotinas de trabalho; estratégias de redução de custos; atualização constante das informações sobre as unidades armazenadoras, subsidiando a tomada de decisões; parcerias com governos estadual e municipal; sensibilização das áreas envolvidas na tentativa de soluções mais céleres.

##### Mudanças ocorridas

Melhoria na infraestrutura tecnológica, através da aquisição de equipamentos e ampliação da capacidade da internet; constante presença da Conab em encontros com reflexos positivos nas ações da Companhia.

#### Região Nordeste

##### Descrição geral

As adversidades climáticas na região Nordeste ampliam as dificuldades no campo. Neste cenário, destaca-se a relevância da Conab na garantia do abastecimento, na sustentação e referência de preços agropecuários e na garantia de renda ao produtor rural, sobretudo o pequeno agricultor.

##### Adversidades

Precariedade das instalações físicas das unidades armazenadoras próprias; restrições orçamentárias; ausência de metas e indicadores de desempenho para avaliação das atividades na Sureg; capacidade limitada da internet; falta de investimento em ferramentas de TI; falta de capilaridade o que dificulta o acesso às políticas e programas executados pela Companhia.

#### **Riscos**

Não execução dos programas e políticas da companhia por falta de recursos ou liberação intempestiva; risco na imagem da Conab pelo não atendimento de atividades que dependem da internet.

#### **Estratégia de enfrentamento**

Gestão eficiente de recursos através de contratos mais vantajosos para a administração pública; renovação e qualificação do quadro de pessoal; revisão e aperfeiçoamento das normas operacionais; readequação e redistribuição das atividades entre os colaboradores; aumento do uso dos recursos de informática; aumento de velocidade da internet.

#### **Mudanças ocorridas**

Aumento no número de acessos no site da Companhia; comunicação por videoconferência facilitou contato com a Matriz e outras Sureg melhorando o nivelamento de procedimentos; aquisição de novos equipamentos de informática; uso mais consciente de água, energia e combustível.

### **Região Centro-Oeste**

#### **Descrição geral**

As Sureg do Centro-Oeste tem sob sua responsabilidade a operacionalização das políticas e programas de apoio à comercialização e regulação de abastecimento e mercado, propondo e/ou executando ações das decisões tomadas pela alta gestão da Companhia em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Em 2016 foram executados os programas: PAA, PGPM–Bio, Levantamento de Safra, Coleta de preços dos produtos agrícolas, Pesquisa de frete rodoviário, Elaboração de conjunturas agropecuárias e trabalhos técnicos, Venda de Milho, Distribuição de Cestas, Fiscalização dos Estoques Governamentais e Remoção dos Estoques Públicos.

#### **Adversidades**

Restrições orçamentárias e contingenciamento financeiro; elevação no preço do milho para o Programa Venda em Balcão; obsolescência das Unidades Armazenadoras e equipamentos eletromecânicos; burocracia; normativos complexos, omissos e redundantes; demora na retirada das cestas com alimentos perecíveis; falta de empregados com formação em Agronomia; carência de pessoal qualificado; envelhecimento do corpo funcional.

#### **Riscos**

Execução prejudicada e descontinuidade dos programas pela falta de recursos; queda nas Vendas em Balcão; queda nas receitas de armazenagem por causa das UAs precárias.

#### **Estratégia de enfrentamento**

Cursos de capacitação; incentivo e motivação do corpo funcional; disseminação do conhecimento adquirido; definição de metodologia para distribuição geográfica dos recursos dos programas.

#### **Mudanças ocorridas**

Melhoria na logística; contratação de fretes, indicação de armazéns e comunicação com a Matriz evitando contratações excessivas e baixando o custo das remoções; maior descentralização das atividades.

### **Região Sudeste**

#### **Descrição geral**

As Sureg da Região Sudeste atuam como um todo, fortalecendo a imagem da Companhia quanto ao papel institucional, fortalecendo a agricultura familiar, os programas de subvenção, os instrumentos de comercialização, as operações de caráter social e atendimento às populações vulneráveis como também os levantamentos de safra, preços e custo de produção, otimizando a execução das políticas públicas.

#### **Adversidades**

Falta de recurso suficiente; fragilidade do sistema de comunicação de dados; extinção de contrato com escritório Jurídico e transferência do contencioso jurídico para a Sureg–RJ; número reduzido de pessoal capacitado; falta

de manutenção preventiva e corretiva das estruturas físicas nas Unidades Armazenadoras; instalações obsoletas; descontinuidade dos contratos de prestação de serviços; falta de redimensionamento da rede de computadores; centralização de decisões na Matriz; morosidade na execução dos programas e/ou políticas públicas.

#### **Riscos**

Insegurança dos gestores com expressivo volume de ações trabalhistas; perda qualitativa dos produtos armazenados; cobrança por parte dos locatários pela má gestão da Companhia nos hortomercados; comprometimento na operação dos programas com processo eletrônico; prejuízos no controle efetivo da execução dos programas.

#### **Estratégia de enfrentamento**

Desenvolvimento e consolidação de conhecimentos através de política interna de troca de informações entre os próprios empregados; otimização de processos organizacionais; desenvolvimento de novas tecnologias de TI; maior apoio entre os setores para atender demandas mais críticas e pontuais.

#### **Mudanças ocorridas**

Parceria com o Governo Estadual e órgãos parceiros; parceria com instituição financeira para movimentação dos recursos do PAA; capacitação do público-alvo do PAA; aprimoramento e cumprimento efetivo das normas; adoção de medidas sugeridas pelos órgãos de controle; organização das prioridades nas manutenções; consolidação da imagem da Companhia no Estado; capacitação técnica na área de fiscalização; videoconferência facilitando a comunicação com a Matriz e outras regionais.

### **Região Sul**

#### **Descrição geral**

A Região Sul se destaca na agropecuária e na produção agrícola, sendo assim, a participação da Conab nesta região é ampla e constante, com interferência em todos os segmentos produtivos. As Sureg atuam no armazenamento de produtos agrícolas, cuja demanda está estreitamente ligada à conjuntura de mercado, realiza atividades voltadas à informação do agronegócio efetuando levantamento de safras, pesquisa de preços p/ cálculo de custos de produção e ao bônus PGPAF, elaboração de parâmetros de preços utilizados no PAA. Acompanha mercado das principais culturas fazendo conjunturas e solicitando intervenções públicas quando há necessidade. No âmbito social executa programas voltados à agricultura familiar e distribuição de alimentos.

#### **Adversidades**

Contingenciamento orçamentário e financeiro ou liberação intempestiva de recursos; mão de obra desqualificada; problemas técnicos, equipamentos obsoletos nas UAs; excessiva centralização das decisões na Matriz; falhas na alimentação e execução dos programas; insegurança na condução das atividades jurídicas; insegurança na atuação dos gestores; desmotivação dos colaboradores com ambiente de trabalho inadequado; deficiência dos armazéns credenciados; descontinuidade; falta de sistemas adequados de informática.

#### **Riscos**

A falta de recursos gera diversos riscos, como: paralisa a contratação de obras e serviços nas Unidades Armazenadoras, ocasionando a perda de clientes e perda da certificação; impede a realização e o monitoramento dos programas governamentais; torna a PGPM ineficaz porque não intervém no mercado no momento adequado; dificulta a fiscalização e o levantamento de safra; põe em risco os produtos armazenados, etc.

A centralização impossibilita respostas imediatas aos problemas detectados na superintendência.

#### **Estratégia de enfrentamento**

Minimizar os riscos atuando na gestão com cumprimento de metas e na efetividade dos controles internos; construção de nova UA em Xanxerê; encerramento das atividades da UA Porto Alegre e junção do Armazém Frigorífico ao armazém de Canoas, visando a redução de custos; contratação de empregados classificados em concursos; a Sureg-PR criou um Plano de Desenvolvimento Institucional, visando melhorar processos e controles internos; busca de recursos com a Matriz e MDSA para atender as demandas do PAA.

#### **Mudanças ocorridas**

Melhoria nos controles das operações; avanço e adequação das normas garantindo segurança jurídica das ações; implantação dos sistemas Sican, Sisbio, Sisfisc e IDNF; padronização do processo nas operações de subvenção; melhor utilização dos equipamentos de videoconferência; satisfação do clima interno com aprovação do PDV; melhoria dos equipamentos de informática; capacitação e aumento do corpo funcional.

### 3- Planejamento organizacional e resultados

#### 3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

##### 3.1.1- Assegurar a execução efetiva da política de garantia do preço mínimo

Descrição geral	
Buscar garantir a efetiva aplicação dos instrumentos disponíveis para a execução das políticas de sustentação de renda, em tempo oportuno.	
Responsável	Dipai – Igo dos Santos Nascimento, João Marcelo Intini e Cleide Edvirges Santos Laia Dirab – Igo dos Santos Nascimento

##### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

Esse objetivo tem como alicerce a execução de políticas de formação e gestão de estoques públicos, os quais visam regular a oferta de alimentos e organizar a comercialização agrícola, fornecendo meios para propiciar renda ao produtor rural, por meio de instrumentos criados para tal fim e que contam com o suporte da Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM.

Para a execução da PGPM é efetuado o constante monitoramento das condições de funcionamento dos mercados, da evolução e comportamento climático, da formação de preços de insumos e produtos agrícolas e dos custos de produção.

Nesse sentido, as condições mercadológicas dos produtos agrícolas são semanalmente analisadas com o intuito de balizar intervenções no mercado, além de fornecer informações ao público externo sobre o mercado agropecuário.

Tais condições determinam o momento e a intensidade da intervenção governamental, sendo os instrumentos disponíveis acionados nas ocasiões em que se faz necessária uma ação pública para a sustentação de preços. Desta forma, o governo busca adquirir produto amparado pela PGPM sempre que o preço do mercado estiver abaixo dos preços mínimos oficiais, visando assegurar renda ao produtor, formar estoques ou regular o abastecimento interno.

Citadas informações são disponibilizadas à sociedade civil e ao governo federal através de relatórios conjunturais semanais e mensais. No período foram produzidas cerca de 732 análises mercadológicas, além de estudos contendo posições de mercado, volatilidade dos preços internos e externos e perspectivas para a produção da próxima safra, de produtos como algodão, arroz em casca, carnes, feijão, leite, milho, soja e sorgo, que permitiram subsidiar o produtor, os agentes de mercado e as autoridades governamentais, em todas as esferas, no processo decisório do plantio.

Ademais, semanalmente são efetuados estudos que permitem subsidiar o estabelecimento dos preços de venda do Programa Venda Balcão, que tem como objetivo comercializar produtos básicos para os pequenos produtores que não acessam os leilões públicos da Conab.

A aquisição de produtos agropecuários amparados pela PGPM para a formação de estoques públicos ocorre: de forma direta, com os produtores, associações formais de produtores e cooperativas–AGF; ou na forma indireta, decorrente do exercício de Contratos de Opção de Venda pelos seus titulares, que são os produtores e cooperativas de produção cadastrados junto a uma bolsa credenciada pela Conab.

Mensalmente são elaboradas estimativas de aporte de recursos orçamentários e financeiros para suprir a demanda pela formação de estoques ou subvenção, em conformidade com o instrumento de política pública a ser utilizado.

Nesse ano não houve formação de estoque estratégico e regulador já que não houve necessidade de atuação do governo em função dos preços de mercado estarem acima dos preços mínimos. E parte dos estoques estratégicos disponíveis foram vendidos para evitar sua perda qualitativa. O único produto que esteve abaixo do preço mínimo foi o trigo; no entanto, isso aconteceu no final do ano e não houve autorização em tempo hábil para realizar as operações de Aquisições do Governo Federal–AGF. O valor financeiro para formação de estoques públicos, (R\$2.450.000.000,00) e a meta física (5.044.118 t de produtos adquiridos), constantes da LOA-2016, representam uma margem de segurança para uma eventual queda de preços e a necessária intervenção no mercado.

Situação similar ocorreu em 2015, tendo havido menor atuação da Conab no que tange aos instrumentos da PGPM. E isso foi determinado pelas condições do mercado, decorrente do bom desempenho do agronegócio, no qual se produziu a maior safra de todos os tempos, mantendo ou até mesmo elevando o patamar de preços, gerando boas margens aos produtores rurais naquele período.

Nesse exercício de 2016, em face da conjuntura no mercado agrícola, ocorreram apenas intervenções pontuais, tendo sido acionados instrumentos como o PEPRO–Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e o PEP–Prêmio para escoamento do Produto, a fim de subvencionar o escoamento da produção.

Por intermédio do Pepro, foi concedido prêmio a produtores e/ou cooperativas do PR, RS e SC, que se dispuseram a vender seu produto pela diferença entre o preço mínimo e o valor do prêmio arrematado em leilão público, tendo sido realizadas operações de auxílio ao escoamento de 397 mil toneladas de trigo, totalizando o valor de R\$68 milhões.

Para o PEP, foram realizados leilões com previsão de pagamentos de prêmios de R\$ 8,8 milhões. Esse instrumento foi voltado às indústrias moageiras de trigo, cooperativas de produtores rurais na condição de indústria ou comerciantes, avicultores e suinocultores que contam com indústrias próprias de ração animal, e comerciantes de cereais, que se dispuseram a adquirir trigo do produtor rural e/ou cooperativa pelo preço mínimo. Para tal, foram realizadas operações de auxílio ao escoamento de 47,7 mil toneladas.

E por intermédio da PGPM–Bio, que garante preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade, e cuja operacionalização se deu em parceria com o MMA e MDA, houve o pagamento de subvenção a produtores extrativistas, promovendo renda e manutenção da atividade. Nesse exercício, tiveram acesso ao programa aproximadamente 5.000 extrativistas, em sua maior parte das regiões norte e nordeste do país, com recursos da ordem de R\$4,1 milhões, para 3,4 mil toneladas de produtos extrativos, destacando-se o Amazonas, com cerca de 60% dos produtos comercializados e pagamentos subsidiados, sendo que os produtos que representaram a maior quantidade subvencionada, com 97,3% do total, foram babaçu, borracha natural e mangaba.

Considerando as condições de mercado, e para atendimento às políticas de abastecimento, foram realizadas operações de vendas dos estoques públicos, por meio dos leilões eletrônicos da Companhia, para produtos como café, arroz, feijão, milho, farinha e fécula de mandioca, totalizando cerca de 758 mil toneladas, ao valor de R\$ 791,6 milhões.

Também por meio do programa Venda em Balcão, que tem como objetivo comercializar produtos básicos para os pequenos produtores que não acessam os leilões públicos da Conab, ocorreu o escoamento pulverizado de 165.358 t de milho para 21 estados da federação, atendendo 25.326 clientes.

Foi realizada, ainda, operação de Venda e Compra Simultânea de arroz in natura (4.196t) por arroz beneficiado (1.982t), com valor de R\$3.497.178,78, visando prestar atendimento, mediante o programa de Ajuda Humanitária Internacional, a países em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas–PMA.

A implementação desse objetivo estratégico tem como suporte a realização de estudos, análises de conjuntura e prospecção de mercado, pareceres técnicos, propostas, normativos, manuais etc, envolvendo, ainda, a participação em grupos de trabalho, palestras e câmaras temáticas específicas, para citar alguns:

- análise de 40 produtos que compõem a pauta da PGPM;
- elaboração de 18 notas técnicas referentes à situação mercadológica dos produtos que integram a pauta da PGPM, visando à tomada de decisão pelo governo quanto a natureza da intervenção (venda, aquisição ou subvenção);
- elaboração de 85 pareceres técnicos com propostas de fixação de preços e índices de trocas dos produtos objeto das operações de comercialização;
- apresentação de novas propostas de instrumentos de políticas públicas, em complemento aos já existentes, tais como: Subvenção Direta aos Agricultores Familiares; Programas voltados para o Mercado em Bolsas; Contratação de Hedge em Bolsas por Pequenos e Médios Produtores; Contratação de Hedge em Bolsas por Grandes Produtores; Subvenção ao Prêmio para Contratação de Hedge em Bolsas de Mercadorias & Futuros; Balcão Eletrônico de Comercialização;
- apresentação do manual de cálculo de custo operacional rodoviário de carga para veículo de distribuição e adicionais no valor de transporte, visando o estabelecimento de parâmetros para a tabela de fretes, e composição de grupo de trabalho para proceder à revisão e atualização do regulamento para contratação dos serviços de transporte de Companhia;
- elaboração e publicação de pesquisa que integrou a coletânea intitulada “Compêndios de Estudos Conab” e que tratou da perspectiva de diversificação e de investimentos na produção de arroz, feijão e trigo, potencialidades de produção dessas culturas e os reflexos na comercialização e consumo;
- publicação do compêndio de Estudos da Conab, com os temas: Perspectivas de diversificação e de investimentos na produção de arroz, trigo e feijão; Análise dos custos de produção e rentabilidade da cultura do milho; Evolução dos custos de produção de arroz no Brasil; Evolução dos custos de produção de soja no Brasil;
- disponibilização de 359 custos de produção, sendo 116 relacionados ao PGPAF, 110 à PGPM, 65 à PGPMBio, 6 à avicultura, 6 à suinocultura, 15 à pecuária leiteira, 19 à cafeicultura, entre outros;
- publicação da Receita Bruta Mensal dos Produtores Rurais Brasileiros, volume 8, Safra 2014/2015, tendo sido dimensionada a formação mensal de receita faturada na comercialização de 40 produtos selecionados (oleaginosas, cereais, fibras, frutas, hortícolas, carnes, leite e ovos), em cada unidade da federação;
- implementação das etapas iniciais do estudo que visa “identificar e mitigar as perdas qualitativas e quantitativas na pós colheita de grãos de milho, soja, trigo, arroz, café e feijão e no transporte de grãos de milho, soja, trigo e arroz”, por intermédio do CNPq e parceria com UFPEL, UFMT e Embrapa;

- implantação da primeira fase do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Safras (SIMASA), que possibilitará a integração de informações agrometeorológicas, espectrais e subjetivas, relacionadas à produção agrícola, sendo que as demais fases, que deverão contemplar a integração dos sistemas de monitoramento por satélite, serão construídas no exercício de 2017.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
1	Execução das operações de subvenção (PEP, PEPRO e VEP) demandadas	100%	100%	100%	100%	*
2	Percentual de demandas de leilões atendidas dentro do prazo	100%	100%	100%	100%	*
Legenda: <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme						

Análise do Resultado dos Indicadores:

1) Do ponto de vista operacional, o resultado da execução da demanda encaminhada pelo MAPA mostra-se eficiente no que se refere ao atendimento das demandas encaminhadas pelas Pastas competentes.

2) O resultado apresentado demonstra a total capacidade da Companhia em realizar a tarefa demandada no prazo estabelecido.

\* Sem metas para 2017. Os indicadores foram substituídos por um único indicador, previsto no novo Planejamento Estratégico da Companhia.

O Anexo IV complementa este item com indicadores de efetividade da aplicação dos instrumentos de política agrícola.

**c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.**

Não há ações orçamentárias ligadas a este objetivo, sob a gestão da Companhia. Os valores utilizados na operacionalização dos instrumentos são de Ações Orçamentárias do Ministério da Fazenda e repassados à Conab quando das intervenções.

**d) Principais desafios para 2017**

Após o fim do ciclo de alta nos preços dos produtos agrícolas, embalado por quebra de safra de fortes players mundiais, inclusive o Brasil, além do câmbio fortemente valorizado em favor do dólar, o que se prognostica é que haverá a corrida do produtor rural para aproveitar esses preços elevados aumentando sua área plantada. Além da recuperação das áreas que foram perdidas por questões de clima na safra anterior, devendo provocar uma safra bastante elevada para a próxima temporada.

Este fator, somado ao provável retorno do dólar a patamares mais próximos da normalidade e elevados estoques no mercado internacional, reduzindo as expectativas de exportação nacional, trarão uma sobreoferta de produtos no mercado interno, deprimindo, desta maneira, os preços dos principais produtos, com destaque para o trigo, já nos patamares do preço

mínimo em novembro de 2016, bem como a expectativa de que a segunda safra de milho inicie sua colheita em junho de 2017, com preços inferiores ao mínimo oficial.

Assim, vislumbra-se 2017 como um ano de forte necessidade de atuação dos instrumentos de Política Agrícola. Cujo planejamento deverá ser cuidadoso e a operacionalização deverá ser ágil e tempestiva.

A Conab vem estudando instrumentos de Política Agrícola complementares aos atuais, que, inclusive, pretendem reduzir os gastos públicos com operações. Espera-se iniciar a apresentação das propostas desses instrumentos ao MAPA no segundo semestre de 2017.

Já as cadeias pertencentes à Sociobiodiversidade, cujo apoio à comercialização de seus produtos aumenta o vínculo do extrativista com o ambiente que o cerca, por apoiar a comercialização de seus produtos e o conseqüente aumento de renda, estão sendo fortalecidas pela Política de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade-PGPM-Bio. Esta política tem foco na conservação ambiental, visto que o aumento da renda do extrativista o incentiva a manter-se onde mora e a conservar o ambiente que o proporciona tal renda. Complementarmente existe ganho social, na medida que o Governo Federal dá suporte à renda de comunidades que, muitas vezes, não recebem serviços públicos básicos, por causa da dificuldade de acesso às regiões onde residem.

Um levantamento feito para o ano de 2016 apresenta que, em média, a Política acrescenta 23% à renda normal dessas famílias. Isto reafirma a necessidade de crescimento da PGPM-bio, para tanto, estão na pauta parcerias com o Ministério do Meio Ambiente e Casa Civil.

#### e) Conclusão

Como previsto no relatório anterior, houve bons preços dos principais produtos nacionais, e a Conab cuidou de promover a gestão dos estoques, abastecendo o mercado com vendas de milho, arroz, feijão e café, além de reaver os recursos públicos despendidos na época da compra desses produtos.

No tocante às ações voltadas para a melhoria de desempenho no âmbito da PGPM-Bio, o Sisbio, programa informatizado de gestão da PGPM-Bio, foi implantado e já traz mais eficiência e controle das operações e dos fluxos de informação, inclusive o dado citado anteriormente, concernente ao aumento de renda produzido pela PGPM-Bio, só foi possível com a implantação do Sisbio. É importante lembrar que a subvenção em questão, além dos resultados ambientais e sociais, promove uma economia indireta ao Governo Federal. Na medida que as comunidades extrativistas são incentivadas a manter-se onde estão, pelo suporte de renda que ajuda no suprimento de suas necessidades, diminui a necessidade da montagem de um aparelho governamental para a manutenção do ecossistema local, com seus devidos custos de manutenção, como: locação, ou construção de imóveis para abrigar o servidor público; logística de material administrativo; salários de funcionários; dentre outros.

### 3.1.2- Fortalecer a atuação do segmento da agricultura familiar

<b>Descrição geral</b>	Consolidar a institucionalização do Programa Aquisição de Alimentos-PAA. Estabelecer instrumentos com regras claras e estáveis. Assegurar fonte de recursos com regularidade.
<b>Responsável</b>	Dipai – João Marcelo Intini, Igo dos Santos Nascimento, Cleide Edvirges Santos Laia Dirab – Igo dos Santos Nascimento

### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

A agricultura familiar conta com o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA para seu fortalecimento, o qual tem como finalidade básica promover o acesso à alimentação e incentivar o pequeno agricultor. Esse programa também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.

Para a consolidação desse programa tem se recorrido à Ação Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar AGF/AF, que é um instrumento de intervenção no mercado, o qual visa garantir preço, renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar. Esta ação, criada pela Lei n.º12.537, de 2011, e amparada pela Lei nº11.326/2006, vincula-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e objetiva garantir, com base nos preços mínimos, a aquisição de produtos oriundos dos agricultores familiares e suas cooperativas, com vistas a formar estoques e regular o abastecimento interno. Em 2016 a dotação orçamentária foi de R\$200.000.000,00, com meta de aquisição de 300.000 toneladas. No entanto, o mercado dos principais produtos passíveis de intervenção operaram com preços de mercado acima dos preços mínimos, não necessitando da atuação governamental.

Vale esclarecer que a aquisição de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar e amparados pela PGPM, para a formação de estoques públicos, é realizada na forma direta, com os produtores rurais da agricultura familiar, das associações formais de produtores e cooperativas; ou na forma indireta, decorrente do exercício de Contratos de Opção de Venda pelos seus titulares (produtores e cooperativas de produção cadastrados junto a uma bolsa credenciada pela Conab). Sem prejuízo da legislação vigente, as intervenções deverão seguir os termos, diretrizes, limites, produtos e áreas prioritárias definidos pelo MDA, em coordenação com o MF, MP e a Conab.

A Conab coordena a execução do PAA incluindo seus aspectos orçamentários e financeiros, assim como a elaboração de relatórios gerenciais e estatísticos e as prestações de contas aos parceiros. As operações são realizadas com recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário–MDSA e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário–Sead, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Em 2016, foi elaborado e assinado novo Termo de Execução Descentralizada–TED, com o MDSA, no valor total de R\$ 880 milhões, com abrangência até o ano de 2019.

O Programa é operacionalizado por intermédio das Superintendências Regionais – Suregs, diretamente com as associações e cooperativas da agricultura familiar, por meio dos instrumentos: Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque); Compra com Doação Simultânea (CDS); Aquisição de Sementes; Compra Institucional e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), única modalidade que também permite o acesso de agricultores familiares individuais.

A partir de 2015 a Conab iniciou a Aquisição de Sementes, uma nova modalidade de operação do PAA, onde ocorre a compra de organizações fornecedoras, para doação, mediante apresentação do plano de distribuição pelo órgão demandante (organizações, cooperativas, movimentos sociais, governos estaduais, entidades de Agricultura Familiar etc).

As aquisições de alimentos, nesse ano, totalizaram R\$ 197,6 milhões, beneficiando mais de 29 mil famílias da agricultura familiar no âmbito nacional, nas modalidades compra com doação simultânea, formação de estoque e aquisição de sementes. Os produtos adquiridos, em sua maior parte, referem-se a frutas e hortigranjeiros (65%) estabelecendo, dessa forma, consonância com as orientações contidas no “Guia Alimentar para a População Brasileira” – publicação do Ministério da Saúde.

A região Nordeste participou com aproximadamente 45% nas modalidades de compra com doação simultânea e formação de estoque, enquanto que a região Sul, com 21%, se destacou na modalidade de aquisição de sementes.

As 29 mil famílias fornecedoras distribuem-se nas seguintes categorias: agricultor familiar (62%); agroextrativista (14%); assentado (17%); quilombola (3%); pescador artesanal, comunidade indígena e atingido por barragem (4%). Destacou-se o público feminino, com 57%, na condição de fornecedoras.

Desde 2012 a Conab estabeleceu o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável com o BNDES, que prevê o valor total de R\$ 23 milhões de reais, para viabilizar o apoio a produtores rurais de base familiar. Em 2014, foi realizado o segundo edital, onde o BNDES destinou R\$ 15 milhões de reais, direcionados a grupos de mulheres rurais, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Nesse edital foi estabelecido que R\$ 9 milhões (60%) dos recursos seriam destinados para os projetos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e R\$ 6 milhões (40%) aos das Regiões Sul e Sudeste. Em 2015 foram inscritos 798 projetos originados de 24 Estados, sendo 291 habilitados pela Comissão Julgadora, envolvendo recursos da ordem de R\$13.039.097,86.

Essa parceria entre a Conab e o BNDES é um piloto para que o PAA e demais políticas de apoio aos produtores rurais de base familiar sejam objeto de investimento para modernização, inserção socioeconômica desse público no mercado público e provado de alimentos.

Dando suporte à agricultura familiar, esteve inserida no PPA 2012-2015 a Ação Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial, pertencente ao MDS (atual MDSA) e operacionalizada pela Conab, tendo por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com outros Ministérios. Entretanto, por questões operacionais, não houve deliberação da Diretoria Colegiada da Conab, em conjunto com o então MDS, sobre a licitação para construção das referidas embarcações, inviabilizando a utilização daquelas dotações orçamentárias. No PPA elaborado para o novo quadriênio (2016-2019), solicitou-se que referida ação fosse destinada à Iniciativa “Fortalecimento da estruturação dos serviços de abastecimento e apoio à comercialização para a agricultura familiar”, no âmbito do Programa 2069-Segurança Alimentar e Nutricional, sob a responsabilidade do MDSA, justificando-se tal proposta em razão da Iniciativa tratar da estruturação de serviços de abastecimento em amplo sentido.

Outras duas Iniciativas, contempladas no PPA 2016-2019, e afetas ao Programa 2069, têm sua operacionalização a cargo da Conab. São elas a “Instituição da rede de agentes de comercialização e abastecimento no nível federativo para aprimorar as compras públicas e outros mecanismos da política agrícola” e a “Sistematização e divulgação das informações sobre as compras públicas da agricultura familiar”.

No exercício 2016 ocorreram restrições orçamentárias que não permitiram a concessão de limite para movimentação/empenho na ação e planos internos específicos, impedindo, dessa forma, a implementação das ações que resultariam no cumprimento das Iniciativas do PPA.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise Indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
3	Executar 95% do orçamento disponibilizado pelos Ministérios parceiros (MDS e MDA)	95%	100%	95%	99,6%	95%
4	% de municípios atendidos pelo PAA em relação ao total de municípios do País	10%	10%	10%	16%	10%
5	% de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	50%	50%	50%	57%	50%
Legenda:		<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

Análise do Resultado dos Indicadores:

3) Os recursos foram utilizados em quase sua totalidade, sendo que as regiões Norte e Nordeste somam 61% na execução dos recursos. A demanda pelo PAA é variável devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e do acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais.

4) Desde que foi implantado, o PAA vem beneficiando diversos municípios com geração de renda para os produtores familiares, aumento da produção agrícola e melhoria na alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. De 2003 a 2016 o PAA executado pela Conab esteve presente em mais de 2.700 municípios, devido à enorme capilaridade da Companhia, ao empenho na divulgação do Programa e ao aumento na confiança depositada na Conab pelas Organizações Fornecedoras com o passar dos anos. Em 2016 participaram 877 municípios, através de seus Beneficiários Fornecedores (agricultores Familiares que entregaram seus produtos para o PAA), visualizados na tabela 3. Se considerarmos apenas os municípios das Organizações Fornecedoras (CNPJs da agricultura Familiar) foram 477 municípios.

5) A partir do ano de 2013, de acordo com a Resolução do Grupo Gestor do PAA n.º44/2011, os projetos tiveram como regra a participação mínima de 40% de mulheres na condição de beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na CPR-Estoque. Isso proporcionou um aumento da participação das mulheres rurais, ano a ano, que passou de 20% em 2009 a 57% em 2016, o que promoveu a inserção das mulheres no Programa, diminuindo as desigualdades de gênero.

**c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.**

Análise orçamentária	Orçamento			Físico		Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)	Realizado (empenho liquidado)		Previsto	Realizado	
		Exercício	RAP			
Formação de Estoques - Agric Familiar AGF/AF	200.000.000,00	-	-	300.000	-	Tonelada de produto adquirido
<b>Ação 20TB - Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial</b>						
PO1-Aquisição de Embarcação	14.765.000,00	-	-	1	-	Unidade adquirida
PO2-Adequação de Unid Armazenadoras	34.000,00	-	-	1	-	Unidade adequada
PO3-Manutenção do Serviço Móvel	101.000,00	-	-	1	-	Unidade mantida
<b>Total da Ação</b>	<b>14.900.000,00</b>	-	-	-	-	-

#### d) Principais desafios para 2017

O principal desafio no âmbito da execução das ações voltadas à agricultura familiar, pela Conab, em 2017, consiste em conciliar as demandas dos públicos beneficiários com a disponibilidade de recursos, de forma a cumprir os objetivos e finalidades do PAA. Também merece destaque o desafio de fortalecer as parcerias com os Governos estaduais, a articulação no nível municipal e a interação com outras entidades envolvidas com o Programa.

#### e) Conclusão

A Conab, em colaboração com outros Ministérios responsáveis (MDSA e SEAD), tem uma ação efetiva na execução dos programas voltados à Agricultura Familiar em todas as Unidades da Federação.

A ação voltada a esses públicos deve contar com o apoio das Organizações Fornecedoras de alimentos, para facilitar as transações, a movimentação do produto e a logística operacional. Mesmo com o enorme esforço realizado no atendimento de 38,7 mil famílias, este número representa uma pequena fração do universo desse segmento, especialmente nos Estados com menor nível de desenvolvimento.

### 3.1.3- Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

#### Descrição geral

Planejar e executar as políticas de formação e gestão de estoques públicos para garantir o abastecimento, assegurando renda aos produtores e preços acessíveis aos consumidores. Aperfeiçoar os mecanismos de gestão dos estoques.

	Dipai – João Marcelo Intini e Cleide Edvirges Santos Laia
<b>Responsável</b>	Diafi – Roberto naves e Siqueira, Igo dos Santos Nascimento, Arno Jerke Junior e Danilo Borges dos Santos

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

Para garantir o abastecimento e sustentar a renda dos produtores, assim como propiciar preços acessíveis aos consumidores, são formuladas políticas públicas voltadas sobretudo para a formação de estoques governamentais. Tanto a implementação de mecanismos de formação de estoques públicos, quanto o aperfeiçoamento da gestão desses estoques, dependem da coleta, tratamento e atualização de informações sistematizadas sobre o comportamento dos mercados agrícolas. Desta forma, o acervo de informações disponibilizadas pela Conab, referentes a safras, estoques, comércio internacional e níveis de consumo doméstico dos produtos amparados, além de dados sobre a rede armazenadora disponível, permitem monitorar a situação do abastecimento público e balizar a forma, o momento e a intensidade da intervenção do governo, quando esta se faz necessária para modular o comportamento dos preços de mercado de acordo com os objetivos da política oficial.

É atualizado e informado mensalmente, na página eletrônica da Conab e na Revista Indicadores da Agropecuária, o balanço da oferta e demanda brasileira de 8 produtos da pauta da PGPM (algodão em pluma, arroz em casca, feijão, milho, trigo, soja em grãos, farelo e óleo de soja). O quadro da oferta e demanda, elaborado por produto, contempla dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Esse procedimento vem sendo utilizado desde 2012, onde as condições mercadológicas dos produtos agrícolas são analisadas semanalmente pela Conab nas reuniões de Conjuntura, visando subsidiar as intervenções governamentais, além de fornecer ao público externo informações sobre o mercado agropecuário.

O conjunto de informações disponibilizadas pela Companhia subsidia a fixação de preços mínimos oficiais em patamares adequados, consistindo tais preços os parâmetros básicos para a operacionalização dos mecanismos de apoio à formação e comercialização de estoques, sendo esta condição essencial para o cumprimento das metas de sustentação da renda dos produtores. As propostas para os preços mínimos, relativas às safras de verão, de inverno, de produtos regionais e extrativos (sociobiodiversidade) são elaboradas anualmente, antecedendo o plantio, e apresentadas ao MAPA e demais autoridades federais envolvidas no assunto para aprovação.

Os estoques públicos têm apresentado redução nos últimos anos e, em 2016, particularmente, não houve formação de estoques, uma vez que os preços praticados no mercado mostraram-se equilibrados, ou seja, apresentaram-se igual ou acima dos preços mínimos. Logo, não houve necessidade de intervenção do Governo, exceto para o trigo, mas como tal ocorrência se deu ao final do ano, não houve tempo hábil para intervenção via AGF.

Embora esse resultado tenha sido muito inferior à meta, é perfeitamente justificável, na medida em que depende da conjuntura do mercado agrícola.

Ao final do exercício de 2016, o volume dos estoques públicos, composto por arroz, café, feijão, milho, trigo, farinha e fécula de mandioca, situou-se no patamar de 799.220 toneladas, em contraposição a 1.753.914 toneladas de 31.12.2015, evidenciando uma retração de 54%.

De maneira geral, os estoques públicos tiveram significativa redução porque foram utilizados em leilões de comercialização. Para o feijão, além das vendas, houve continuidade no processo de doação às prefeituras municipais, iniciado em 2015, observando as condições previstas no Decreto 8.481, de 17/07/15. No caso específico do milho, além das operações de vendas por meio de leilões, o produto foi objeto de operações de remoção e posterior comercialização através do Programa de Vendas em Balcão.

Apesar de não ter havido aquisições de produtos, durante o ano de 2016 foi liquidado R\$ 235.375.110,21, perfazendo 9,61% do programado, no suporte às despesas administrativas, principalmente com armazenagem dos produtos (67,91%) e com transporte, carretos e fretes (24,90%).

É responsabilidade da Conab a gestão dos estoques públicos, implicando a guarda e conservação dos produtos passados à propriedade do Governo Federal, mediante armazenagem em sua rede própria ou em armazéns privados. A Companhia responde, também, pela fiscalização regular dos produtos, de modo a garantir suas condições fitossanitárias, para reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. Essa gestão implica, ainda, a definição de parâmetros e ações de logística, visando a localização e movimentação dos estoques para as regiões e armazéns que se apresentem como prioritários, na esfera dos programas que são desenvolvidos pela Companhia.

Com o fim de monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Companhia administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país. Por meio dessas informações é possível identificar onde está instalado o parque armazenador, qual a sua capacidade estática e quais são as suas características operacionais.

Em função de restrições orçamentárias e financeiras a Companhia, por meio da Resolução Conab n.º006/2016, suspendeu temporariamente as operações de Cadastro de Unidades que impliquem em despesas de custeio e alterou os procedimentos para cadastramento de armazém, permitindo que o armazenador envie os dados cadastrais simplificados *online*. Para tanto, foi estabelecido que, temporariamente, a área de fiscalização de estoques procederá, em

paralelo, os trabalhos de cadastramento de armazéns, até a finalização dos ajustes do sistema para a efetivação do cadastro *online*.

A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada. Quando da divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano Nacional de Armazenagem, com o objetivo de ampliar e modernizar a rede armazenadora do país, estando a Conab nele inserida. No entanto, o contexto atual é outro, sendo que o objetivo 4 aborda esse tema de forma mais detalhada.

Por meio de sua rede própria, a Conab armazenou 273.041 toneladas/mês, em média, no exercício de 2016, sendo 62% pertencente ao estoque público e 38% a terceiros, lembrando que sua capacidade estática corresponde a 2,3 milhões de toneladas. E durante o ano a rede movimentou cerca de 1,4 milhão de toneladas de produtos, estando sob a guarda da Companhia um estoque médio mensal avaliado em cerca de R\$634 milhões.

O monitoramento é essencial para uma adequada gestão. Nesse sentido, as condições dos produtos armazenados são acompanhadas pelas ações de fiscalização.

Inclusive encontra-se contemplada no PPA 2016-19, a Iniciativa “Adequação da estrutura e refinamento das metodologias de fiscalização, controle dos estoques públicos e mecanismos de prevenção de riscos das atividades que envolvam os instrumentos de políticas públicas voltados à agropecuária”.

No ano de 2016, as equipes de fiscais da Conab, visando ao cumprimento do calendário anual de fiscalização de estoques governamentais, vistoriaram as unidades armazenadoras em todos os Estados da Federação e do Distrito Federal e fiscalizaram os estoques depositados nas mesmas. No período, foram realizadas nove etapas previstas no referido calendário e sete fiscalizações especiais, visando a formação de estoques, averiguações de indícios ou suspeitas de fraudes ao produto armazenado, regularização das ocorrências constatadas e ainda vistorias no caso de sinistro de produtos estocados e inventário de unidades próprias.

Nessas operações foram envolvidos 215 fiscais da Matriz e das Superintendências Regionais, esclarecendo que há repetição de equipe nas operações ao longo do ano. Cumulativamente, no período foram inspecionados 5.878.900 toneladas de grãos em armazéns próprios ou de terceiros. O processo de fiscalização constatou desvio de produtos correspondente a 65.761 toneladas, em cinco unidades armazenadoras, que em comparação com o ano anterior apresentou um acréscimo substancial. Demonstrou também perdas em armazenagem de 3.942 toneladas, representando um aumento de 65,72% em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2016 foi utilizado o software desenvolvido especialmente para as fiscalizações de estoques governamentais, denominado SIFISC/TVNNet, com aplicação em todas as etapas de fiscalização e em todos os estados.

Inserida como Iniciativa no PPA 2016-2019 a Conab desenvolve, em parceria com o CNPq, estudo para identificar e mitigar as perdas quantitativas e qualitativas na pós-colheita e no transporte de grãos, visando apresentar esse índice por meio de pesquisa em cinco linhas temáticas: perdas de milho; perdas de arroz; perdas de trigo; perdas no transporte e metodologia para determinação de volume e massa de grãos. Após a chamada para a contratação de projetos (ainda em 2014) e o julgamento e divulgação dos resultados, foram aprovadas as pesquisas a serem desenvolvidas pela UFPel, Embrapa-Trigo e UFMT. Para tal, a Conab deverá disponibilizar as quantidades mínimas necessárias de produto (trigo em grãos), bem como espaços físicos em unidades armazenadoras próprias ou de terceiros.

Em janeiro de 2016, o MAPA autorizou a venda e a compra simultâneas de parte do estoque atual de trigo por trigo da safra nova, por meio de leilão eletrônico a ser operacionalizado pela Conab, visando atender à pesquisa sobre perda de armazenagem de grãos. E em novembro

desse ano, por meio de voto Dirab, foi ratificada a inexigibilidade na prestação de serviços de armazenagem pelas cooperativas Coamo, no município de Mamborê, no estado do Paraná, e Cotrijal, no município de Tio Hugo, no estado do Rio Grande do Sul, para a condução do estudo do trigo.

Considerando que na execução do estudo serão utilizados estoques públicos em armazéns não pertencentes à rede própria, será necessária a formalização via contrato de depósito. Por se tratar de um estudo com algumas especificações, além das normalmente encontradas no armazenamento em unidades de terceiros, a Conab adequou o contrato de armazenagem habitual para atender às peculiaridades do estudo, o qual deverá acontecer após leilão eletrônico para a realização da troca do trigo, previsto para 2017. A UFMT, que coordena o estudo de perdas quantitativas no transporte rodoviário de grãos de arroz em casca, milho e trigo a granel, apresentou o segundo relatório parcial de atividades ao final do ano. E para o estudo das perdas no armazenamento de arroz em casca, aguardava-se a definição, pelo coordenador, do quantitativo de produto a ser disponibilizado pela Conab, para a viabilização da pesquisa.

Os estudos sobre a viabilidade operacional e financeira de alternativas de movimentação dos estoques possibilitaram, também, a execução de diversas ações ao longo do ano, destacando-se aquelas voltadas ao Programa de Venda Balcão, que consiste no escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos (milho), favorecendo aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab. Tais estudos colaboram, também, para a definição do transporte de alimentos (cestas), nos atendimentos emergenciais efetuados pela Conab.

#### **b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
6 Custo médio anual de fiscalização	385,00	359,85	385,00	431,91	430
7 Quantidade de produtos fiscalizados	100%	99,90%	100%	100%	100%
8 Índice de desvio de produtos armazenados	1%	0,12%	1%	1,12%	1,05%
9 Índice de perdas de produtos armazenados	0,5%	0,02%	0,5%	0,06%	0,5%
10 Economia potencial gerada pela fiscalização	10	16,49	10	28,27	10
Legenda:	<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

#### Análise do resultado dos Indicadores:

6) A caracterização do aumento no custo médio anual é devido ao envolvimento das despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros) onde foi registrado um acréscimo substancial nos valores correspondentes aos gastos nas execuções das operações envolvidas.

7) A Superintendência de Fiscalização de Estoques–Sufis executou, em 2016, nove etapas de fiscalização programadas, além de seis etapas especiais de fiscalização em todo o território nacional, e também realizou vistorias nos diversos programas governamentais operados. Houve uma diminuição, em relação ao ano anterior, no número de armazéns com quantidade de produtos, devido à redução contínua dos programas executados pela Conab, tais como: redução dos estoques públicos, redução do número de venda de milho em balcão e diminuição dos pagamentos de subvenção junto aos programas institucionais e sociais de abastecimento.

8) As medidas mitigadoras para diminuir os desvios dos estoques públicos passam por uma atitude proativa no que diz respeito a agilidade e eficácia necessárias para a destinação dos produtos sob risco. A fiscalização apura o cumprimento das condições estabelecidas no contrato de depósitos referentes à conservação e integridade dos estoques, desde a formação e durante todo o período de armazenamento, cabendo às áreas competentes as providências quanto as irregularidades constatadas. Lembramos que, com a redução dos estoques e conseqüentemente a diminuição da quantidade de unidades armazenadoras detentoras dos estoques no exercício de 2016, muitos estoques encerraram com tendência de evolução crescente do referido índice.

9) O indicador refere-se ao percentual médio de perdas constatado na execução da fiscalização a cada exercício. Assim, a meta estabelecida para a constatação pela fiscalização é abaixo de 0,5 % no ano/Brasil. Lembramos que, com a redução dos estoques e conseqüentemente a diminuição da quantidade de unidades armazenadoras detentoras dos estoques no exercício de 2016, muitos estoques encerraram com tendência de evolução crescente do referido índice.

10) O indicador refere-se a retorno proporcional de cada real aplicado para custear a fiscalização em relação aos desvios e perdas constatadas na execução da fiscalização a cada exercício. Assim, a meta estabelecida para o indicador é acima de 10 vezes no ano/Brasil. Lembramos que, com a redução dos estoques e conseqüentemente a diminuição da quantidade de unidades armazenadoras detentoras dos estoques no exercício de 2016, muitos estoques encerraram com tendência de evolução crescente do referido índice.

#### c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento			Físico		Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)	Realizado (empenho liquidado)		Previsto	Realizado	
		Exercício	RAP			
Formação de Estoques	2.450.000.000,00	235.375.110,21	13.591.171,51	5.044.118	0	Tonelada de produto adquirido
Fiscalização Estoques	1.800.000,00	1.112.248,78	3.872,00	3.300	1.516	Fiscalização realizada
<b>Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar</b>						
PO- Estudo das Perdas	800.000,00	2.4798,51	0,00	1	0	Estudo realizado

#### d) Principais desafios para 2017

Os desafios para os próximos anos implicam a realização de estudos para avaliação de políticas públicas para a agropecuária, que possam subsidiar a criação de novos instrumentos e aprimorar os já existentes, inclusive por meio de parcerias institucionais.

Também continuarão sendo adotadas medidas para a adequação da estrutura e o refinamento das metodologias de fiscalização, controle dos estoques públicos e mecanismos de prevenção de riscos das atividades que envolvam os instrumentos de políticas públicas voltadas à agropecuária.

#### e) Conclusão

Na implementação desse objetivo, a formação e manutenção de estoque estratégico e regulador, mediante a aquisição de produtos agrícolas, visa garantir o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional e a regulação de preços de mercado, por meio da PGPM e outros instrumentos de política agrícola.

Embora não tenha havido formação de estoques em 2016, em razão da conjuntura de mercado agrícola, esta é uma atividade que direciona fortemente a atuação da Companhia e para a qual são realizados estudos e análises conjunturais sistemáticas. Adicionam-se a estes, as análises conjunturais sob a ótica dos custos de produção e as inovações no processo de pesquisa e estimativa de safras, com o uso de metodologias e tecnologias específicas.

Tais estudos continuarão a ser realizados e os instrumentos aprimorados, tendo em vista a implementação das políticas a cargo da Companhia, objetivando a melhoria na gestão dos estoques.

No que se refere ao monitoramento dos estoques governamentais, o processo de fiscalização vem contribuindo para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios. E como melhoria no desempenho dessa atividade vem sendo utilizado o software SIFISC/TVNNet, desenvolvido especialmente para as fiscalizações de estoques governamentais.

Outros sistemas corporativos como Siagro, Safras, Saagra, Sicarm e Sissub continuam sendo aperfeiçoados a fim de disponibilizar, de forma mais efetiva, o leque de informações sobre o agronegócio e as operações desenvolvidas na gestão dos estoques públicos.

### 3.1.4- Otimizar a utilização da rede armazenadora própria

#### Descrição geral

Ser referência na prestação de serviços em termos de qualidade e desempenho. Possuir unidades modernizadas e certificadas, desempenhando com eficiência seu papel.

**Responsável** Dirab – Igo dos Santos Nascimento

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

A guarda e conservação dos produtos de origem vegetal é uma das principais atividades da Companhia. Além de gerir sua rede própria, composta por 180 armazéns, agrupados em 94 unidades armazenadoras que se distribuem em 27 estados da Federação e DF, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto, em 2016, por 17.087 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 157.624.626 toneladas. Nesse exercício, o desempenho do cadastramento de armazéns apresentou 4.045 vitorias, sendo classificadas entre novas inclusões (24,9%), atualizações (48,6%) e exclusões (26,5%).

A capacidade estática da rede própria da Conab é de 2.264.200 toneladas o que equivale a cerca de 1,5% da capacidade estática do Brasil que hoje é de 157 milhões de toneladas. De outro lado, a produção nacional de grãos ano safra 2016/2017, foi de 186,4 milhões de toneladas, porém, ao finalizar o ano, já se aproximava de 213 milhões de toneladas, equivalendo ao índice de disponibilidade de armazenagem de 73%. Permanece o descompasso entre a produção agrícola e a capacidade estática afeta à cadeia produtiva, sendo que a falta de armazéns no período da colheita acaba gerando problemas de logística, dificultando o escoamento da safra. Isso passa a exigir uma compatibilização da expansão da capacidade armazenadora com o aumento do quantitativo de grãos produzidos no país, visando à redução do deficit de armazenagem e ao atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, incluindo as novas fronteiras agrícolas e os centros de comercialização e consumo.

Das 94 Unidades Armazenadoras da Conab, 43 foram classificadas como estratégicas, ou seja, estão basicamente em áreas de elevada produção de grãos, voltadas principalmente para a prestação de serviços de armazenagem e execução da PGPM, e com capacidade de 1,8 milhão de toneladas (81% do total). Já os armazéns de abastecimento estão localizados em zonas onde há um

deficit entre a produção de grãos e o seu consumo, sendo utilizados, principalmente, para operar programas de abastecimento. Nesta classificação, enquadraram-se 51 Unidades Armazenadoras com capacidade de 423 mil toneladas (19% da capacidade total).

A maior capacidade estática de armazéns da Conab concentra-se na Região Centro-sul, com cerca de 1,9 milhão de toneladas, representando 84% do total, sendo constituída pela Região Sudeste (704.360 t), seguida da Região Centro-Oeste (612.600 t) e da Região Sul (583.830 t). Esta é também a maior região produtora de grãos do país, sendo que cerca de 88% da produção prevista para a safra 2016/2017, está ali concentrada.

Por meio de sua rede própria, a Conab armazenou 273.041 toneladas/mês, em média, no exercício de 2016, sendo 62% pertencente ao estoque público e 38% a terceiros. Ao longo do ano a quantidade de estoque armazenado na Conab variou, chegando a 370 mil toneladas em janeiro. As maiores concentrações foram em janeiro, fevereiro e dezembro e se devem ao recebimento de safra de trigo e milho. O faturamento operacional médio ficou em torno de R\$1,3 milhão ao mês, totalizando R\$15.653.635,98 no ano de 2016, com concentração de 50% nas tarifas de armazenagem e 21% nas sobretaxas.

O Plano Nacional de Armazenagem–PNA, que previa recursos para a construção, modernização, ampliação e reforma das unidades armazenadoras da Conab, teve reformulações em seu plano de investimento, ao tempo em que a Companhia também necessitou fazer ajustes operacionais, daí o não cumprimento da meta nesse ano.

No PPA 2016-19 foi estabelecida a meta de “Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento”, sendo que a meta encontra-se regionalizada. E também foi definida a seguinte Iniciativa: Construção de 10 novos armazéns (Santa Catarina, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia, Rondônia e Goiás), além da ampliação, reforma, recuperação e manutenção da rede armazenadora atual da Conab.

No entanto, não houve ampliação da capacidade estática da rede armazenadora própria da Conab nesse ano. Para a construção de novas unidades armazenadoras faz-se necessário a elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Ambiental e Social–EVTEAS, além dos respectivos Projetos Básico e Projetos Executivos de Construção. Quanto à reforma e ampliação, as exigências são a de elaboração dos Estudos Preliminares e Projetos Executivos.

Essas etapas já foram iniciadas no período anterior, PPA 2012/2015, com assinatura do Contrato Administrativo Conab n.º30/2013. Por meio da MP 619/2013 a Conab foi autorizada a contratar o Banco do Brasil S.A, que se tornou responsável pela gestão e administração financeira dos recursos e contratação e fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à construção, ampliação, reforma ou modernização de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários, promovendo a ampliação da capacidade estática de armazenagem da Conab conforme estabelece a Meta 04BD. O Contrato Administrativo assinado em 2013, entre a Conab e o Banco do Brasil, teve vigência até o dia 17 de janeiro de 2016. Em 11 de janeiro de 2016 foi assinado o Termo Aditivo n.º2, visando prorrogar a vigência do Contrato Administrativo celebrado entre a Conab e o BB para novo período de 24 meses e o reescalonamento parcial de serviços previstos no item 3.1 do Projeto Básico, assim como o estabelecimento de prazo para reescalonamento total dos serviços, e a readequação do Plano de Investimento. O reescalonamento total dos serviços previstos no item 3.1 do Projeto Básico e a readequação do Plano de Investimento eram necessários devido à diminuição do recursos destinados ao PNA Conab, também reduzidos pelo PPA 2016/2019. Em razão disso e das estimativas com maior precisão, levantadas nos Estudos Preliminares e Projetos Executivos dos novos armazéns, foram impostos cortes no total dos armazéns para se adequar ao orçamento. Os

armazéns da rede atual da Conab foram reduzidos de 80 (oitenta) para 67 (sessenta), e para os novos que estavam previstos houve uma redução de 10 (dez) para 5 (cinco) armazéns.

No último semestre de 2016, a empresa contratada para elaboração dos projetos executivos de construção de novos armazéns, caderno geral de encargos, etc manifestou ao Banco do Brasil S.A. seu desinteresse de renovação contratual, frente às condições propostas pelo Banco. Esse contrato está em fase de distrato e levantamento dos serviços entregues, quanto à qualidade e atendimento ao objeto contratado. Por outro lado, a empresa contratada para elaborar projetos executivos de reformas, manutenção e ampliação da Rede Atual de Armazéns da Conab, enfrenta sérias dificuldades financeiras e, ainda, fiscais, que impedem a assinatura de termos aditivos e com o indicativo de rescisão unilateral e impedimento de licitar pelo Banco do Brasil S.A.

Aliado a essas questões operacionais com as empresas contratadas e administradas pelo BB, nova orientação sobre o PNA Conab foram dadas e os recursos orçamentários de 2016 foram bloqueados por determinação do Ministério da Agricultura, não vindo a ocorrer portanto a aprovação, pela Diretoria Colegiada, da proposta do aditivo contratual n.º3, conforme previsto.

#### **b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores		2015		2016		2017	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	
11	Percentual de relatórios de supervisão recebidos	100%	35%	100%	14,6%	100%	
12	% de capacidade estática sob certificação	15%	21,4%	15%	0%	15%	
Legenda:		 Conforme planejado	 Merece atenção	 Desconforme			

#### Análise do resultado dos Indicadores:

11) O indicador de supervisão técnica depende diretamente das viagens de supervisão técnica, considerando que a maior parte dos responsáveis não estão nas Unidades Armazenadoras. Devido à dificuldade orçamentária de liberação das viagens de responsabilidade técnica, somente 40 viagens foram liberadas para esse fim específico. Os demais relatórios são de responsáveis técnicos lotados na própria Unidade.

12) De acordo com o escalonamento previsto na Instrução Normativa MAPA n.º29/2011, os requisitos O4 entrariam em vigor em junho de 2016. O cumprimento dos requisitos O4 requer investimentos em obras de pavimentação, combate a incêndio, termometria, entre outros. O processo de reforma e modernização das Unidades Armazenadoras previsto no Plano Nacional de Armazenagem-PNA não obteve os resultados esperados e não foi iniciada nenhuma obra de reforma. Assim seria inviável contratar empresa certificadora sem que esses requisitos fossem cumpridos. A Conab realizou uma gestão junto ao MAPA e ao comitê de certificação para prorrogar a entrada em vigor dos requisitos O4 e prorrogar os prazos de escalonamento. As prorrogações tinham como objetivo permitir a Conab ter tempo hábil para realizar as intervenções necessárias para o atendimento dos requisitos. O MAPA através da instrução normativa n.º22/2016, prorrogou a entrada em vigor do requisito O4 para dezembro de 2016, porém, até o momento não foi decidido a respeito da prorrogação do escalonamento. A prorrogação do requisito O4 por seis meses não foi suficiente para Conab desenvolver as obras necessárias, e, no momento, o contrato com Banco do Brasil encontra-se em processo de rescisão amigável, pois as obras passarão a ser realizadas pela própria Conab.

**c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.**

Análise Orçamentária	Orçamento			Físico		Unidade de Medida
	Previsto (LOA + adicionais)	Realizado (empenho liquidado)		Previsto	Realizado	
		Exercício	RAP			
<b>Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar</b>						
PO1-Recuperação e Modernização de UAs não atendidas pelo Contrato BB	2.100.000,00	209.635,12	69.793,01	30	21	unidade modernizada
PO3-Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	480.000,00	407.463,02	0,00	5.000	4.045	unidade cadastrada
<b>A Ação 20Y7 não apresenta o total por ter outros PO ligados a outros objetivos</b>						
<b>Ação 1510 - Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora</b>						
PO1-Construção de UAs	127.228,00	124.793,54	0,00	6	-	unid construída
PO2-Reforma e Ampliação de UAs	396.001,00	-	-	55	-	unidade reformada
PO3-Remuneração do Agente Executor do Plano	4.178.231,00	2.715.474,11	634.294,57	1	1	unidade (agente remunerado)
PO4-Elaboração de Projetos de Construção, Reforma e Ampliação da Capacidade Armazenadora	3.801.267,00	862.292,84	0,00	81	-	unidade (projetos elaborados)
<b>Total da Ação 1510</b>	<b>8.502.727,00</b>	<b>3.702.560,49</b>	<b>634.294,57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**d) Principais desafios para 2017**

O desafio da rede armazenadora para o ano de 2017 continua sendo a revitalização da rede. São necessárias a reforma das estruturas e a substituição de equipamentos. Existe uma sinalização do Governo Federal para finalizar o Plano Nacional de Armazenagem, lançado em 2013, e retirar os investimentos previstos para a rede da Companhia. Diante de um quadro financeiro adverso, onde o orçamento previsto para o ano de 2017 não supre a necessidade da rede, será necessário um plano de reestruturação bem como a definição de prioridades.

O Planejamento Estratégico da Conab, para o período 2017-2021, prevê em um dos seus objetivos: “Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuárias”. São indicadores desse objetivo o fator de rotatividade e a taxa de ocupação média da rede de armazéns próprios. Os dois indicadores são de responsabilidade da Dirab e estão intimamente ligados à prestação de serviços para terceiros. A meta para a taxa de ocupação média é de 15%. Para cumprir esse objetivo é necessário que os armazéns tenham condições de operacionalização.

Em decorrência do Plano de Demissão Voluntário–PDV, previsto para ocorrer em 2017, existe a expectativa de saída de 5 Engenheiros da área responsável pela rede da Conab; isso representa cerca de 45% do quadro atual de engenheiros e arquitetos, vindo a reduzir drasticamente a produção da área. Situação similar ocorrerá com a área responsável pela gestão de armazéns, com a redução de 2 analistas, representando 33% do quadro atual de analistas dessa área. O desafio, que já era grande, considerando a quantidade de 94 unidades e a capacidade estática de 2,6 milhões de toneladas, se tornará maior com a saída dos empregados.

O PDV também afetará as Unidades Armazenadoras, que hoje possuem um quadro de cerca de 960 empregados, sendo que 31% está inscrito no plano de desligamento. Será necessário

realizar um levantamento qualitativo e quantitativo para readequação do quadro das unidades, assim como realizar um plano de treinamento do quadro de pessoal remanescente.

#### e) Conclusão

A rede armazenadora da Conab, com cerca de 35 anos, apresenta uma idade média alta. Nos últimos 10 anos sofreu com baixos investimentos em sua manutenção e recuperação; conseqüentemente, a maioria das unidades apresentam baixa capacidade operacional. Algumas regiões mudaram o perfil de produção, reduzindo a necessidade de armazéns públicos.

Diante do quadro atual de redução de investimentos, perspectiva de extinção do PNA e saída de empregados no PDV, é necessário planejar a reestruturação da rede e readequá-la à realidade operacional e financeira da empresa. Ao mesmo tempo, será necessário manter a rede em funcionamento, principalmente diante da previsão de uma safra, aliada à perspectiva de redução dos preços da soja e do milho o que gera uma necessidade de armazenar os dois grãos mais representativos em termos de quantidade na produção nacional de grãos.

### 3.1.5- Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

#### Descrição geral

Ter capacidade técnica e operacional adequada para executar com efetividade o atendimento das demandas específicas, garantindo, de forma regular, um composto de alimentos a grupos populacionais específicos, que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional.

**Responsável** Dirab – Igo dos Santos Nascimento

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

Por sua atuação como agente operacional de inúmeras ações desenvolvidas por instituições de interesse público, no atendimento a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, a Conab tem sido reconhecida como grande articuladora na execução de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Em 2016 foram promovidas ações referentes aos seguintes Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento:

a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que objetivou garantir a disponibilização de alimentos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, leite em pó) a grupos populacionais específicos (famílias acampadas, comunidades de quilombolas, indígenas e outros atendimentos), beneficiando famílias de todos os estados da Federação. A Conab mantém parceria institucional, para o desenvolvimento da ação, com o MDSA, MS/Secretaria Especial da Saúde Indígena-SESAI, INCRA, FUNAI e Fundação Cultural Palmares. Nesse exercício foram atendidas 367.011 famílias com 12.906 toneladas de produtos;

b) Atendimentos Emergenciais, visando assegurar suplementação alimentar e nutricional para vítimas de calamidades públicas, em parceria com o MDSA, Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC e órgãos estaduais de defesa civil, sendo atendidas, em âmbito nacional, 11.070 famílias em 5 estados, com a distribuição de 234 toneladas de produtos.

c) Ajuda Humanitária Internacional, efetuada por meio de doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, e/ou afetados por calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores/Coordenação Geral de Ações

Internacionais de Combate à Fome, MAPA e MDSA, tendo sido doadas, nesse período, 1.982 toneladas de alimentos, para a região de Gaza.

d) Doação de produtos da Agricultura Familiar, consistindo na suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e as de interesse social, com atuação direta da Conab, em articulação com o MDSA, em ações de segurança alimentar e nutricional, através do uso de produtos originários de aquisições da agricultura familiar e de saldos remanescentes dos estoques estratégicos. Nessa modalidade foram doadas 431 toneladas de alimentos, distribuídos em 8 Estados.

e) Doação de feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, realizada em parceria com o MDSA, decorrente de suplementação da oferta (saldo remanescente) de feijão, fazendo uso dos estoques públicos (PGPM), liberados conforme o Decreto n.º 8.481/2015, para órgãos, entidades e organizações integrantes da rede socioassistencial e de equipamentos de alimentação e nutrição, com 3.403 toneladas em 19 Unidades da Federação.

f) Programa Venda em Balcão-PROVB, favorecendo aos compradores de pequeno porte o acesso direto ao milho ofertado pela Companhia, em articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, MAPA, Secretarias Estaduais de Agricultura e órgãos de extensão rural. Nessa operação, o produto, em grãos, foi comercializado, beneficiando pequenos avicultores, suinocultores, bovinocultores, caprinocultores e ovinocultores cadastrados no Programa, que utilizam o produto na ração animal, totalizando 165.358 toneladas de milho vendidas, beneficiando as atividades produtivas de 25.326 pequenos criadores, em 21 unidades federativas.

## b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
13	Número de cestas de alimentos entregue, tendo como base o volume total programado	1.307.578 cestas	1.163.022 (88,9%)	689.470	593.722 (86%)	90%
14	Percentual da demanda de milho anual aprovada e efetivamente disponibilizada no Programa de Vendas em Balcão	100%	40%	90%	60%	90%
Legenda: <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme						

### Análise do resultado dos Indicadores:

13) A ação está passando por modificação e aguarda orientações do MDSA sobre o formato que deverá ser adotado em 2017. A Conab está aguardando a assinatura do Termo de Execução Descentralizada-TED, do MDSA, e repasse dos respectivos recursos orçamentários e financeiros, para dessa forma, iniciarem-se as aquisições dos produtos, formação de estoque e distribuição das cestas de alimentos aos segmentos assistidos pela Ação de Distribuição de Alimentos-ADA. Em alguns estados, há um estoque remanescente do ano anterior que totaliza 95.875 kg, que está sendo entregue no 1.º semestre de 2017.

14) Em 2016, o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos-CIEP, autorizou, por meio da Resolução n.º03, de 24/05/2016, a venda de até 160 mil toneladas de milho pelo Programa

de Vendas em Balcão. Em adição a esse quantitativo, e para manutenção do abastecimento das unidades de venda nos primeiros 5 (cinco) meses de 2016, utilizou-se, para o cálculo do indicador, o saldo remanescente autorizado pelas Resoluções MAPA n.º05, de 20/05/14, e CIEP n.º02, de 29/04/2015. Dessa forma, a meta estimada para o ano de 2016 foi de 90%, tendo sido executado 60% do previsto.

**c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.**

Não há ações orçamentárias na Conab ligadas a este objetivo.

**d) Principais desafios para 2017**

Já foi aprovada, pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), a disponibilização de até 250 mil toneladas de milho em grãos para o Programa de Vendas em Balcão, por meio da Resolução nº 4, de 31/03/2017, com o objetivo de atender pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, ovinos e caprinos de todas as Unidades Federativas, sendo até 200 mil toneladas para as regiões Norte e Nordeste e até 50 mil toneladas para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

O grande desafio será o cumprimento do fluxo de remoções do produto para todas as Unidades Armazenadoras e Unidades Satélites de Venda, tendo em vista o aumento do número de clientes atendidos, especialmente no Norte e no Nordeste, regiões cujo preço de venda foi subsidiado, conforme Portaria Interministerial n.º 780/2017.

No que se refere à Ação de Distribuição de Alimentos – ADA, a Conab já realizou a assinatura dos Termos de Execução Descentralizada objetivando, respectivamente, a operacionalização da Ação a Grupos Populacionais Específicos, no período de 2017/2018, bem como o atendimento extraordinário, no período de maio a dezembro de 2017, a comunidades ribeirinhas de Barcarena e Abaetetuba, no Estado do Pará, afetadas pelo naufrágio do navio HAIDAR em 2016, todos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Após a assinatura dos referidos TED's pelo MDSA, com o subsequente repasse dos recursos orçamentários e financeiros, o desafio da Conab consistirá na aquisição dos alimentos que compõem as cestas (por Estado e de acordo com a demanda apresentada) e na disponibilização, na Unidade Armazenadora, e distribuição dos alimentos aos segmentos assistidos, preconizados nos respectivos Termos, contribuindo para o alcance da finalidade precípua da ADA, que é assegurar o direito humano à alimentação adequada a segmentos sociais com dificuldades de acesso aos alimentos.

**e) Conclusão**

Apesar de o indicador relativo ao Programa de Vendas em Balcão estar classificado como “merece atenção”, entende-se que a execução da ação foi satisfatória, uma vez que, no geral, houve abastecimento de milho em grãos aos pequenos criadores cadastrados no Programa. Ressalva-se, no entanto, que o indicador não tem refletido exatamente a proposta da ação, motivo pelo qual a área propõe a adoção de uma nova metodologia para o cálculo do indicador – consistente no “Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão (Clientes atendidos/clientes válidos) –, de modo a melhor representar a execução da ação.

Ainda em relação ao Programa de Vendas em Balcão, o número de clientes atendidos, com vendas efetuadas a preço similar ao do mercado atacadista das regiões contempladas, teve redução significativa em relação ao ano anterior. Houve, no entanto, aumento da quantidade de milho comercializada, tendo em vista maior fluxo de remoção do produto para abastecimento das Unidades Armazenadoras da Conab, bem como o aumento do limite de compra mensal por criador.

Além disso, houve melhora significativa da tramitação na liberação dos recursos, reduzindo-se os atrasos recorrentes na entrega, o que contribuiu para a evolução do indicador em relação ao ano de 2015.

No que se refere à ADA, o resultado não atingiu a meta para o ano de 2016 pelo fato de a aquisição de produtos ter sido em quantidade inferior à requerida nos editais de Compra publicados pela Conab (Chamada Pública – Compras Institucionais). Com isso, não foi possível compor as cestas de alimentos em seu formato integral, ou seja, com os 8 itens previstos, totalizando 22 kg.

Desta forma, conclui-se que o desempenho dos indicadores está também vinculado à influência de fatores externos à governabilidade da Supab e, portanto, não passíveis de pronta solução por parte da Conab, muito embora sejam envidados esforços com o intuito de mitigar sua interferência no alcance das metas propostas.

### 3.1.6- Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

#### Descrição geral

Estimular o setor a criar condições para melhorar sua atuação e beneficiar o público final. Atuar como elemento catalisador da organização dos pequenos e microvarejistas, para que tenham acesso aos instrumentos de comercialização e capacitação.

**Responsável** Dirab – Igo dos Santos Nascimento

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

Para preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado na periferia das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das cidades circunvizinhas com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado foi criada a Refap, que consiste numa rede de fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte e encontra-se inserida no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Organização de Micro e Pequenos Varejistas.

A exemplo dos três anos anteriores, a ação que concorre para a realização desse objetivo não foi contemplada com recursos orçamentários em 2016, não havendo dispêndios com a operacionalização da Rede. Em virtude disso, os últimos dados fidedignos da Refap são do ano de 2013, a saber: 9 Centrais de Negócios formadas, com 415 filiados, sendo 19 no estado do Amazonas, 34 na Bahia, 28 no Ceará, 20 no Maranhão, 95 na Paraíba, 142 em Pernambuco e 77 no Piauí.

#### b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria /entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Não houve avanço no desempenho desse objetivo, em decorrência da falta de recursos orçamentários para a respectiva ação; consequentemente, os indicadores não foram medidos/analísados.

#### c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico

Como já informado, nesse exercício a Ação também não foi contemplada com recursos orçamentários.

**d) Principais desafios para 2017**

Apesar de fazer parte do PPA 2012-2015, a Ação não foi contemplada com recursos orçamentários nas LOAs 2012 a 2016, devendo ser reavaliada sua inclusão no próximo plano plurianual.

**e) Conclusão**

Os programas destinados aos agricultores familiares, em parceria com os ministérios afins, têm permitido à Conab atender a um contingente importante de famílias no campo e já estão consolidados. Um passo adiante na ação desses programas está em sua ampliação para atender microagentes que participam da cadeia de comercialização nas áreas urbanas.

A Refap tem reflexos sobre diversos setores da cadeia agroalimentar: contribui para a regularidade do abastecimento alimentar, fortalece o comércio interno, gera melhoria de renda aos produtores e varejistas, oferece condições de melhores preços aos consumidores, disponibiliza meios para a inclusão social e para a segurança alimentar e incentiva a formulação, implementação, modernização e avaliação das políticas públicas relacionadas ao Abastecimento Agroalimentar.

No entanto, a falta de recursos orçamentários e apoio oficial têm impedido a expansão desse programa.

**3.1.7- Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros****Descrição geral**

Atuar na consolidação e disponibilização de informações, na capacitação e na normalização (pesos e medidas, níveis de qualidade dos alimentos). Estabelecer procedimentos para melhorar o desempenho do setor.

**Responsável** Dirab – Igo dos Santos Nascimento

**a) Análise das atividades empreendidas no exercício**

Tendo como objetivo a articulação e a modernização do mercado de hortigranjeiros, o Prohort insere-se no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com a Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro. Como não foi contemplado com recursos orçamentários nas LOAs desde 2012, realizou suas atividades com recursos próprios do custeio da Conab.

Gerido pela Conab, o Prohort possui os seguintes bancos de dados, disponibilizados nos portais [www.prohort.conab.gov.br](http://www.prohort.conab.gov.br) ou [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br): os Preços Diários, que apresentam os preços de comercialização dos 48 principais produtos hortigranjeiros movimentados nas Centrais de Abastecimento; os Preços Médios, que são calculados, mensalmente, a partir dos preços diários lançados pelas Centrais de Abastecimento, fazendo o aproveitamento da série histórica; o Sistema de Informações Setoriais de Comercialização–Siscom, que contém informações sobre a movimentação física e financeira dos mercados atacadistas em 19 Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos; e o Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil–Simab, que disponibiliza dados sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização. Nesta última plataforma é possível a confecção de gráficos, mapas e análises mais detalhadas, por mercado atacadista, períodos de comercialização, produtos e origens (estados, mesorregiões, microrregiões e municípios).

Em 2016, a Conab deu continuidade à publicação do Boletim Hortigranjeiro, tendo sido publicado 12 deles, com análise mensal dos dados dos preços médios das principais frutas (banana, laranja, maçã, mamão e melancia) e hortaliças (alface, tomate, batata, cebola e cenoura) comercializadas pelos entrepostos das seguintes Centrais de Abastecimento: Ceasas dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Paraná, Pernambuco, Ceará e Acre.

Atualmente, existem 70 Entrepostos Atacadistas no Brasil, e deste total 67 são vinculados ao Prohort por meio de algum dos bancos de dados operacionalizados pelo programa, referente à comercialização de produtos nesses mercados.

Algumas medidas foram adotadas pela Conab para que houvesse interação entre os sistemas de informações do Prohort e outros agentes de produção e distribuição, quais sejam:

- Parceria com a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento–Abracen, via Termo de Adesão ao Simab, com o objetivo de formalizar a participação das Ceasas nos referidos sistemas.
- Retomada do Projeto de Reestruturação e Modernização do Banco de Alimentos da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo–Ceagesp, que envolve a assinatura de um Termo de Execução Descentralizada–TED com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário–MDSA. O Projeto foi encaminhado ao MDSA em Janeiro de 2017 e depende da aprovação da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional–SESAN para receber os recursos necessários.

A Conab é parte integrante do GT que elaborou sugestões ao Plano Nacional de Abastecimento–PNA, o qual prioriza a revitalização das Ceasas promovendo: a organização entre as cadeias produtivas e de distribuição dos excedentes agrícolas; o incentivo ao uso e ao acesso de embalagens adequadas à legislação; o aperfeiçoamento do controle de qualidade; a redução das perdas na cadeia agroalimentar; a capacitação dos produtores; a integração com as assistências técnicas rurais; o conhecimento sobre a educação nutricional; a reestruturação institucional; a recuperação das estruturas físicas das centrais; a adoção de práticas adequadas que garantam a qualidade e a rastreabilidade da produção; a integração de todas as Ceasas ao Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil–Simab; a criação de um modelo institucional que garanta uma maior articulação das Centrais de Abastecimento dentro de uma política de segurança alimentar e nutricional, dentre outras.

A Companhia também participa ativamente do Grupo de Trabalho Intersetorial constituído pela Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento–Abracen, dos Ministérios da Saúde–MS, do Desenvolvimento Social e Agrário–MDSA, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–Mapa e do Instituto Brasileiro de Horticultura–Ibrahort, no apoio às Campanhas de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras, com o objetivo de sensibilizar agentes de abastecimento das Ceasas e a população em geral sobre a importância de uma alimentação adequada e saudável, com foco no aumento do consumo de frutas, legumes e verduras, com a realização de oficinas, distribuição de cartilhas e material instrucional.

Ademais, a Conab é membro titular das Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas de Fruticultura, Hortaliças e de Flores e Plantas Ornamentais, promovidas pelo MAPA, auxiliando no desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas destes segmentos.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise Indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Meta	Realizado	Meta
15	Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados a plataforma de preços diários e médios da Conab	60,6%	71,21%	74,28%	67,14%	74,28%
16	Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados ao Siscom	100%	95,45%	95,71%	91,42%	94,28%
17	Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados ao Simab	56,06%	48,48%	52,85%	47,14%	54,28%
Legenda:		<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

Análise do resultado dos indicadores:

15) Esta base de dados orienta produtores, comerciantes e consumidores de frutas e hortaliças, sendo realizada por meio de pesquisa direta no ambiente de comercialização de produtos. Em 2016, permaneceram os mesmos mercados atacadistas do exercício anterior, ou seja, não houve integração de novos mercados à base de dados citada, assim o percentual seria o mesmo do realizado em 2015, contudo, o número de Centrais a serem integradas aumentou, alterando a base de cálculo do indicador. As restrições orçamentárias da administração pública têm inviabilizado a realização de viagens e capacitações necessárias à integração de novas Centrais de Abastecimento à plataforma de lançamento dos preços diários do setor hortigranjeiro do país. Para 2017, deseja-se incluir, pelo menos, mais 5 Centrais de Abastecimento alcançando 52 mercados dos 70 existentes.

16) A ferramenta foi criada, principalmente, para conseguir vislumbrar os volumes comercializados e valores financeiros transacionados nas Centrais de Abastecimento de todo o país, oferecendo uma informação setorial de hortigranjeiros. Estão inseridas, também, as informações dos mercados que não conseguem disponibilizar seus dados sobre comercialização em plataforma mais completa. Com as informações gerais sobre a comercialização, é possível demonstrar a importância do segmento hortigranjeiro para o abastecimento e economia nacional. Em 2016, houve inserção do mercado de São Luís/MA ao sistema, totalizando 64 integrados; as demais Centrais almeçadas enfrentaram problemas de consolidação de dados, especialmente, em função de alterações na gestão destes entrepostos, quando se faz necessário novo trabalho de aproximação, apresentação da ferramenta e integração. Para 2017, pretende-se alcançar o universo de 66 mercados, do total de 70 existentes no Brasil.

17) A base tecnológica Simab permite observar os volumes, origens e preços dos produtos comercializados em entrepostos hortigranjeiros. A ferramenta é essencial para o entendimento dos perímetros produtivos do país e dos preços praticados no mercado atacadista de frutas e hortaliças, pescados, flores e plantas ornamentais, além de alguns produtos industrializados. A Conab vem encontrando dificuldades para a integração de mercados localizados principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Entre as principais objeções para melhorar a eficiência do indicador estão: mercados pouco aparelhados; troca constante de gestores, sendo necessário retrabalho de aproximação, treinamento e parametrização de dados e, essencialmente, recursos contingenciados, resultando em impedimentos de deslocamento dos técnicos do Programa às localidades. Em 2016, conseguiu-se a integração da Ceasa/DF, em virtude, principalmente, da sua localização que favoreceu a realização das reuniões necessárias para a parametrização dos dados e sua integração ao sistema. Para 2017, continua-se com a meta de integração de mais 5 mercados, a saber: Ceasa/RS, Ceasa/PA, Craisa/SP, Ceasa/SC e Ebal/BA.

**c) Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.**

Como descrito anteriormente, nos últimos anos a Ação não foi contemplada com recursos orçamentários, e neste exercício essa situação não se alterou.

**d) Principais desafios para 2017**

Faz-se necessário dar andamento em conjunto com seus parceiros estratégicos, aos demais temas relacionados à atividade do Prohort, quais sejam: classificação e padronização de produtos hortigranjeiros, visando uma linguagem comum para as nomenclaturas do setor; desenvolvimento das ações de incentivo ao consumo de FLVs; padronização de embalagens e apoio ao projeto de bancos de caixas; supervisão técnica para criação de barracões do produtor (estruturas físicas localizadas em zonas de produção de hortigranjeiros que agregariam valor aos produtos, auxiliando a sua comercialização); modernização dos bancos de alimentos existentes nas Centrais de Abastecimento (equipamento de segurança alimentar e nutricional, criado para combater o desperdício de alimentos).

**e) Conclusão**

A Conab, em parceria com as principais Centrais de Abastecimento do país, manteve atualizado seu banco de dados de comercialização de hortigranjeiros, incorporando ao sistema de informações os dados da Ceasa/DF, contemplando, assim os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Paraná, Pernambuco, Ceará e Acre.

Segundo o Sistema de Informações Setoriais de Comercialização–Siscom, o volume total de hortigranjeiros comercializado nos entrepostos atacadistas em 2016, foi de 14,3 milhões de toneladas e equivaleram a R\$33,33 bilhões em valor transacionado. Esse dado revela que houve uma pequena queda na quantidade comercializada, aproximadamente 3%, porém, o valor aumentou 14,6%, quando comparado com o levantamento de 2015.

O Boletim Hortigranjeiro, iniciado em 2015, faz análises pormenorizadas da comercialização das principais hortaliças e frutas, nos principais entrepostos públicos de hortigranjeiros. O estudo dos produtos é referendado por meio de textos, tabelas, gráficos e mapas que descrevem o movimento observado nos mercados analisados. A divulgação deste compêndio tem alcançado bons resultados e seu conteúdo tem sido prospectado na mídia, principalmente pela internet, mídias sociais e também através de vídeo e rádio (entrevistas). Além disso, todo conteúdo do Boletim está disponibilizado para consulta e *download* no site da Conab/Prohort.

Ao longo do ano de 2016, representando a Companhia, o Prohort esteve presente nas Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas de Fruticultura, de Hortaliças, de Flores e Plantas Ornamentais, promovidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, nos encontros nacionais da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento–Abracen, nas reuniões do Comitê Técnico da Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros eventos afetos à área.

Ainda em 2016, a realização do Seminário Mercado de Frutas e Hortaliças: Reflexos sobre o Consumo no Brasil, capitaneado pelo Prohort, reuniu Centrais de Abastecimento de todo o Brasil, representantes de diversos ministérios e órgãos públicos, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação–FAO, Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen) e Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepostos de Abastecimento (Brastece) em que se discutiu temas do setor hortifrutícola, avaliando os impactos de oferta, qualidade e preço para produtores e consumidores brasileiros. Este evento obteve grande repercussão tanto interna quanto externamente, vez que

reuniu diversos atores desta esfera propiciando discussões técnicas sobre temas correlatos ao fundamental e promissor setor de hortigranjeiros no país.

## 3.2- Informações sobre a gestão

### 3.2.1- Sociedade

#### Objetivos envolvidos

- 1) Ter participação efetiva no núcleo de inteligência do Governo no setor agrícola;
- 2) Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados;
- 3) Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar e nutricional;

#### Responsável

Dipai – João Marcelo Intini, Igo dos Santos Nascimento e Cleide Edvirges Santos Laia  
Dirab – Igo dos Santos Nascimento

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

No cumprimento deste objetivo, tradicionalmente a Companhia tem exercido um papel bastante participativo nas discussões dos programas de suporte para as políticas públicas destinadas aos produtores rurais brasileiros. Seja para a consecução de safras agrícolas de alimentos e matérias-primas abundantes e suficientes para atender às demandas dos consumidores internos ou voltadas ao mercado internacional.

Em consonância com sua missão a Conab participa, anualmente, no período que antecede ao plantio das safras, das discussões gerais sobre os instrumentos que serão implementados, especialmente as políticas de estímulo a determinadas lavouras, os mecanismos de sustentação da renda dos produtores e o volume de crédito a ser disponibilizado para a produção e para a comercialização. Cabe também à Conab apresentar a proposta dos preços mínimos para os produtos amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos que devem vigorar a cada safra, as perspectivas de comportamento dos mercados e a previsão dos recursos orçamentários para garantir a realização das aquisições e as subvenções econômicas que se tornarem necessárias.

A dimensão das safras para o abastecimento de cada ano em particular e as expectativas do comportamento do mercado internacional são os balizadores das medidas a serem programadas, de modo que, a cada ano safra, corresponde um planejamento exclusivo.

Desse ponto de vista, não é apropriado analisar a matéria sobre o aspecto de eventuais avanços obtidos, mas é possível afirmar que o modelo atual de operacionalização dos instrumentos da política agrícola tem possibilitado obter safras crescentes dos principais produtos que formam a atividade agropecuária no Brasil. Tem permitido, também, o aumento contínuo do saldo de divisas das exportações das principais *commodities* agropecuárias e a expansão da receita bruta da agropecuária brasileira.

O modelo de política agrícola praticado no Brasil consiste, basicamente, de três fases. A primeira é o planejamento agrícola e a edição do plano de safra de cada temporada. Na segunda fase, que vai do período pós-plantio até o início da colheita, ocorre o monitoramento do desenvolvimento vegetativo das lavouras (comportamento do clima, ataques de pragas e doenças), que permite prever o volume e qualidade dos produtos a serem colhidos. Observa-se também a conjuntura do mercado internacional e a antecipação dos cenários de oferta e demanda no período de comercialização da nova safra. Neste período, o quadro técnico da Conab fica encarregado de atualizar continuamente o panorama da evolução das lavouras e do comportamento dos mercados agrícolas, interno e externo. A terceira fase corresponde ao período pós-colheita e início da venda

da nova safra e requer que os mecanismos de sustentação da renda e apoio ao processo de comercialização estejam preparados para serem acionados em caso de necessidade. Isso ocorre porque a colheita se concentra em poucos meses do ano safra enquanto que o consumo se alonga por todo o ano. A inexistência de um sistema de proteção aos produtores tenderia a provocar, em face da grande oferta disponível com o fechamento da colheita, a redução predatória dos preços e séria ameaça à saúde financeira dos produtores e à continuidade da produção nos anos subsequentes.

Para alcançar esse objetivo são utilizados mecanismos de crédito (com uso do alongamento dos empréstimos do custeio da safra), e os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos, executados pela Conab. Por meio dos produtos amparados pela PGPM promove-se a sustentação da renda dos agricultores.

Em sua ação efetiva, com a aquisição de uma pequena parcela da colheita, que passa a formar os estoques públicos, os preços de mercado tendem a reagir e os efeitos da ação pública alcançam todos os participantes deste comércio, beneficiando todos os produtores, independente de o mesmo ter sido ou não cliente direto do programa oficial. Essa mesma reação ocorre quando, em vez de aquisições, são utilizados os mecanismos alternativos de contrato de opção e subvenção direta.

A ação reguladora da política executada pela Conab também ocorre de forma invertida, no período da entressafra, quando, em face da redução dos estoques privados, existe uma pressão altista dos preços e os estoques públicos disponíveis podem ser utilizados para modular o comportamento dos preços. Quando necessário, os estoques são vendidos em leilão público para atacadistas que recolocam os produtos estocados em circulação, aumentando a oferta e regularizando os preços. Neste caso, os beneficiários finais são os consumidores de alimentos e matérias-primas agrícolas que, indiretamente, usufruem das ações das políticas públicas.

De longa data a sociedade brasileira tem sido protegida de crises de abastecimento desses produtos, de forma que já foi consolidada a tradição estabelecida sobre a eficiência operacional destes mecanismos. Ou seja, os beneficiários das intervenções das políticas públicas e das ações da Conab não são os clientes diretos desses programas, que fazem negócios com a empresa, mas toda a classe de agricultores dos produtos amparados e todas as famílias consumidoras que encontram os alimentos que necessitam nos pontos de venda de sua preferência a preços adequados e com a qualidade desejada.

As medidas de apoio ao processo de comercialização para o período da safra e entressafra têm caráter essencialmente econômico, sendo realizadas em operações de média ou larga escala, em sua grande maioria, e destinam-se àqueles produtos que compõem a pauta das lavouras amparadas pela PGPM. Não incluem, portanto, produtos que não possuem as pré-condições necessárias para serem alvo dessa classe de políticas cujos requisitos econômicos e físicos são: ter produção sazonal; ter como característica de mercado a inelasticidade em relação aos preços; ter baixo quociente de perecibilidade do produto in natura ou, pelo menos, de seus subprodutos, como por exemplo a mandioca e o algodão.

Nesse contexto, a política de abastecimento alimentar e nutricional deve ser complementada por ações de cunho social direcionada ao atendimento de demandas específicas de pequenos produtores e grupos especiais de consumidores. Desta forma, a Conab, em colaboração com outros ministérios afins, desenvolve diversos programas destinados a viabilizar o comércio e/ou suprir carências alimentares, cabendo citar o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA, em suas várias modalidades. Com o apoio de organizações coletivas locais a Companhia implementa a compra da produção de pequenos agricultores a preços adequados fazendo sua destinação concomitante a organizações locais de consumidores e aquisições diretas de produtos extrativistas próximo às áreas de coleta. Também realiza pequenas vendas diretas de produtos para atendimento

de demanda específica (venda em balcão), distribuição de cesta básica de alimentos para grupos em situação de vulnerabilidade (índios, quilombolas, atingidos por barragem/calamidades etc) e doações de alimentos a título de Ajuda Humanitária Internacional.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

Não há indicadores medidos para este objetivo.

**c) Conclusão**

Em decorrência dos muitos anos de atividade, a Conab acumulou um conhecimento bastante consistente sobre a natureza da atividade agrícola no Brasil e sobre o funcionamento dos instrumentos previstos na legislação brasileira, que auxiliam na manutenção de uma base produtiva sólida e estável.

Por apresentar ampla capilaridade organizacional, com representação em todos os estados brasileiros, a Companhia está sempre na fronteira do conhecimento, tem informações atualizadas sobre conjuntura da produção e dos mercados agrícolas locais e nacionais e está próxima de seus clientes. Isto tem permitido atender, com desempenho bastante razoável, suas obrigações institucionais.

**3.2.2- Processos Internos – Informação e conhecimento; Formulação de políticas públicas**

**Objetivos envolvidos**

- 1) Facilitar o acesso às informações e conhecimentos por diferentes meios de comunicação;
- 2) Melhorar a geração de informações e de conhecimento;
- 3) Desenvolver estudos e análises para subsidiar a formulação das políticas agrícola e de abastecimento;
- 4) Propor ações de logística, visando otimizar o processo operacional da produção até o destino final.

**Responsável** Dipai – João Marcelo Intini, Igo dos Santos Nascimento e Cleide Edvirges Santos Laia  
Dirab – Igo dos Santos Nascimento

**a) Análise das atividades empreendidas no exercício**

As informações geradas e disponibilizadas pelas áreas responsáveis na Conab constitui parte ativa na construção dos resultados pretendidos pela Companhia, na medida em que abrangem dados referentes a áreas de produção agrícola, estimativas de safras, efeitos climáticos, custos de produção, preços e indicadores agropecuários, balança de oferta e demanda, análises conjunturais e prospectivas, estudos técnicos e geotecnologias, dentre outros.

Desta forma, a Companhia tem buscado assegurar a qualidade da informação por meio de metodologias atualizadas, a fim de possibilitar a tomada de decisões pelo setor público de forma ágil, transparente, imparcial e segura. A coleta e o intercâmbio de tais informações têm subsidiado as decisões não somente do Governo, mas também dos produtores rurais, dos consumidores e de toda a cadeia alimentar.

Ressalte-se que a base de dados da Conab dispõe de informações de séries históricas que remontam a 1963, disponibilizadas sob demanda.

Em 2016, o banco de informações de preços aumentou para além de 18.290 séries, entre os recebidos e pagos pelos produtores, atacado e varejo, além de preços internacionais de *commodities* e de itens que compõem a planilha de cálculo dos custos de produção. O aumento do

acervo tem origem principalmente na criação de séries com melhor especificação de produtos para a pesquisa de preço, parte do processo de qualificação das informações, além da atualização dos custos de produção.

Cerca de 1.700 novas informações de preços por produto/UF são disponibilizadas a cada semana na base de dados de preços agrícolas do produtor, atacado e varejo, para acesso público pela página eletrônica da Conab. O trabalho para a coleta, o tratamento e a disponibilização das informações tem a participação intensa e efetiva das Superintendências Regionais da Conab, com o devido acompanhamento.

Os custos de produção têm a finalidade de mensurar as condições de concorrência com outros mercados, identificar as diferenças competitivas entre regiões/países, prever o volume de recursos necessários para o financiamento de cada safra agrícola, estimar os insumos e serviços necessários, contribuir na formulação dos preços mínimos, subsidiar o processo de levantamento e avaliação das safras, ser referencial para as avaliações de pleitos do setor agrícola e proporcionar condições para dimensionar a renda e a rentabilidade do setor, servindo de instrumento à implementação de políticas governamentais.

Neste ano foram realizados os acompanhamentos e as atualizações das informações gerenciais do mercado de máquinas, implementos e insumos agrícolas (produção e preços pagos) e elaborados os custos e as atualizações de coeficientes técnicos de diversos produtos agropecuários que estão diretamente relacionados com as políticas e programas de governo nas áreas de agropecuária e extrativismo.

O trabalho de avaliação de safras se enquadra nas recomendações de diversas instituições internacionais no que concerne à criação de mecanismos que possibilitem a obtenção de informações agrícolas precisas e seguras, buscando a padronização nos procedimentos de avaliação, de modo a manter a uniformidade e a transparência nas estatísticas de produção.

Nesse sentido, os levantamentos das safras de grãos, café e cana-de-açúcar subsidiam o governo, os agentes econômicos e os consumidores nas decisões afetas às áreas econômica, social, ambiental e política. Esse serviço, disponibilizado a toda sociedade, é realizado utilizando-se de métodos que envolvem estimativas de produtividade a partir de modelo estatístico, uso de pacotes tecnológicos, modelo agrometeorológico e espectral, monitoramento da situação climática, além do contato no campo com diversos informantes nas principais regiões produtoras do país.

A Companhia divulgou 12 boletins com as estimativas de safra de grãos durante o ano de 2016, sendo 9 referentes a safra 2015/16 e 3 referentes a safra 2016/17. Esses boletins trazem informação sobre: metodologia aplicada no levantamento de safra, crédito rural, mercado de insumos, custo de produção, câmbio, exportação, vazão sanitário, monitoramento agrícola, preços, oferta e demanda, além de análises das culturas (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale) cultivadas em cada estado. Também publicou 12 Boletins de Monitoramento Agrícola das principais culturas brasileiras, nos quais são apresentadas as condições das mesmas e o impacto do clima na produtividade agrícola.

A safra de grãos 2015/16 foi de 186.610,4 mil toneladas, numa área de 58.336 mil hectares e com produtividade de 3.199 kg/ha. Para a safra 2016/17, a estimativa é que o país produza 232.023,2 mil toneladas, numa área de até 60.362,2 mil hectares e com produtividade de 3.844 kg/ha.

Também foram realizados levantamentos das safras de café e cana-de-açúcar. No caso do café, foi levantada uma produção de 51.369,2 mil sacas beneficiadas em 2016. Para a cana-de-açúcar a produção foi estimada em 657.184,0 mil toneladas para a safra 2016/17.

No período, foram realizados mapeamentos por imagens de satélite com foco na avaliação da estimativa da área cultivada e no monitoramento agrícola das principais culturas. Dentre os mapeamentos realizados sobressai-se o da lavoura cafeeira, nos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Para tanto foram efetuados encontros com os técnicos e parceiros responsáveis e treinamento sobre a metodologia para mapeamento das áreas cultivadas.

Os mapeamentos de safra são utilizados tanto para a verificação das áreas quanto para o monitoramento agrícola, tendo por objetivo contribuir com o fortalecimento da capacidade de produzir e divulgar previsões relevantes, oportunas e precisas da produção agrícola. A localização das áreas de cultivo permite a sua quantificação, o acompanhamento da dinâmica do uso do solo e auxilia no monitoramento agrícola, através de parâmetros agrometeorológicos e espectrais.

As atividades descritas compõem Iniciativas estabelecidas no PPA 2016-19, tais como: “Desenvolvimento de sistema de monitoramento de produtividade e estimativa da área de produção, com o uso de métodos agrometeorológicos, espectrais e subjetivos, modelos estatísticos e acompanhamento dos pacotes tecnológicos na produção agrícola” e “Realização de análise estrutural e conjuntural da produção agrícola sob a ótica dos custos de produção, subsidiando a tomada de decisão para investimentos na agricultura brasileira”.

A revista Indicadores da Agropecuária abrange o conjunto de informações sistematizadas pela Conab, integrando o Observatório Agrícola, uma solução em construção na Companhia. Disponibilizada no site da Conab, a revista divulga, mensalmente, dados, estudos e relatórios sobre a situação dos mercados agrícolas, balança do agronegócio, agricultura familiar, pesquisa de safras, política de garantia de preços, cotações agropecuárias, custos de produção, índices, insumos, instrumentos de comercialização e de abastecimento, quadro de suprimentos, comércio exterior, dentre outros. Conhecida nacional e internacionalmente, seu público inclui Governo, produtores rurais, comerciantes, universidades, pesquisadores, institutos de pesquisa e consultoria, rádio, televisão, entre outros.

No portal da Conab há vários sistemas disponíveis, tais como: Sistemas de Informações Agropecuárias e do Abastecimento–Siagro, Sistema de Avaliação de Safras (grãos, cana-de-açúcar e café), Sistema de Controle de Operações de Subvenções–Sissub e Sistema de Gestão dos Estoques Públicos. Este último apresenta a posição dos estoques, dados sobre a comercialização de produtos (PEP, VEP, compra, venda etc), vendas em leilões e balcão, remoções, movimentação de estoques, entre outros. Estão disponibilizados também, para acesso público, online, os preços agropecuários da pesca e da sociobiodiversidade de mais de 100 produtos de todos os estados brasileiros, coletados desde 2011. Igualmente estão acessíveis informações sobre preços mínimos, custos de produção e dados referentes ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Nesse contexto insere-se a Iniciativa do PPA que trata da “Construção do Observatório Agrícola por meio da estruturação dos modelos e indicadores da agropecuária e do abastecimento, das estratégias de aprimoramento e métodos para coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento, com o uso intensivo de modernas ferramentas de tecnologia da informação”. A primeira etapa do projeto já foi elaborada e encontra-se em discussão no âmbito da Companhia, sendo que a segunda etapa exigirá esforços no sentido de agregar parceiros institucionais com atribuições e competências diretamente relacionadas com os temas estratégicos do projeto.

Como já apresentado no item 3.1.1, diversas ações para a implementação de políticas públicas foram executadas ao longo do ano, com base em análises conjunturais e estudos sobre os instrumentos de comercialização e operações de logística, mercado nacional e internacional, volatilidade dos preços internos e externos, perspectivas para a produção das próximas safras, propostas de preços mínimos, viabilidade operacional de alternativas de movimentação dos estoques, dentre outros.

Adicionalmente, no PPA 2016-2019 estão inseridas as seguintes Iniciativas: “Realização de estudos para avaliação dos instrumentos de políticas públicas para a agropecuária, que possam subsidiar a criação de novos instrumentos e aprimoramento dos já existentes (PEP, PEPRO, VEP)” e “Mapeamento da cadeia de formação de preços de produtos da cesta básica, desde o produtor até o varejo, sob a perspectiva de consumo”. No primeiro caso, a atividade encontra-se em andamento e o assunto tem sido discutido até mesmo no âmbito da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização, com a participação dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. Na segunda situação, as atividades previstas estão em fase de planejamento, carecendo ainda de acordos de cooperação com outras instituições.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
18 Área plantada com grãos	-	58.920,9	-	59.158,7	-
19 Evolução da produção nacional de grãos	-	2,1	-	1,4	-

Nota: 3.º Levantamento de Safra, publicado em dezembro 2016

Análise do resultado dos indicadores:

Não há metas definidas para esses indicadores.

18 e 19) A cultura de soja permaneceu como principal expectativa de incremento de área em função da maior liquidez, rentabilidade e menor custo.

**c) Conclusão**

O esforço no aprimoramento e na melhoria de desempenho da Companhia está demonstrado pelos estudos desenvolvidos no período, visando a implementação das políticas públicas usualmente implementadas, e para o atendimento a novas demandas.

Para implementar a metodologia de pesquisa de preços recebidos pelos produtores, no atacado e no varejo, realizou-se o deslocamento de técnicos para as diversas regiões produtoras, com o objetivo de formar e atualizar o cadastro de informantes e o estabelecimento de novos contatos para as pesquisas.

A atualização automática, via Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento–SIAGRO, dos preços pagos pelos produtores para as máquinas, os implementos, os insumos e os serviços, contribuiu com a dinamização do acesso aos custos de produção das culturas de verão, da seca, de inverno, permanentes, regionais para a agricultura familiar e empresarial, produtos da sociobiodiversidade, além de aves e suínos.

Esses custos são modais, e observados como parte importante do espelho dos sistemas de cultivo e da utilização de pacotes tecnológicos na agricultura nacional, o que muito contribui para a eficiência do Estado no setor agrícola e de abastecimento.

Empenhada na inovação tecnológica, a Companhia tem buscado intensificar a utilização de instrumentos remotos e eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de safras agrícolas. Para tanto, tem recorrido a recursos tecnológicos tais como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite

(GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais, visando estimar as áreas de cultivo e prever impactos à produtividade das lavouras.

Adotando a estratégia de melhoria constante da qualidade das informações da agropecuária, a Companhia também alterou de forma significativa a estrutura e o leiaute dos relatórios de levantamento de safra, a fim de apresentar um conjunto de informações e conhecimento a respeito das variáveis que envolvem a produção agrícola, oferecendo ao leitor um quadro conjuntural das culturas pesquisadas.

### 3.2.3- Excelência organizacional interna

Objetivos envolvidos	
	1) Manter gestão de riscos e fortalecer controles internos;
	2) Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades quantitativas e qualitativas;
	3) Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado;
	4) Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada.
<b>Responsável</b>	Presi – Lineu O de Souza, Igo dos Santos Nascimento e Francisco Marcelo R Bezerra
	Dipai – João Marcelo Intini, Igo dos Santos Nascimento e Cleide Edvirges Santos Laia
	Digep – Rogério Luiz Zeraik Abdalla, João Marcelo Intini e Marcus Luis Hartmann

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

Considerando que as atividades de controle se inserem nas normas, a cada nova norma elaborada, ou mesmo para sua revisão, são levantados os processos de trabalho ali previstos e sugerido o mapeamento de riscos antecedendo a nova elaboração.

Desta forma, nos últimos anos a Companhia vem realizando a revisão dos normativos e aprimorando os procedimentos operacionais e de controle gerencial das atividades desenvolvidas, para serem incluídos nas Normas da Organização da Conab–NOC. No decorrer de 2016 foram criadas as normas do Sistema de Videoconferência; de Fiscalização dos Programas Governamentais; NIC de Fiscalização do PEPRO, da PGPM–Bio e do Programa de Vendas em Balcão; e alteração do Regimento Interno, do Programa de Vendas em Balcão e do PEPRO.

Para a manutenção de equipes continuamente capacitadas, há o PO Capacitação de Servidores Públicos, constante da LOA-2016, com dotação de R\$499.845,00 e meta física estimada de 1.423 servidores capacitados. Esses parâmetros, tanto físico como financeiros, são considerados insuficientes para despesas com o atendimento às demandas por treinamento na Companhia, apesar das constantes negociações para a revisão das metas junto ao ministério supervisor.

No ano de 2016 foram desenvolvidas ações de capacitação para 7.724 treinandos, atingindo 542,80% da meta. Os gastos foram de R\$260.591,05, alcançando 52,13% do programado. Deve-se esclarecer que as ações de capacitação implicam desde palestras a cursos de curta ou longa duração, sendo que um empregado, ao participar de vários eventos durante o ano, poderá ser computado de forma cumulativa nessa contagem. Lembrando ainda, que muitas atividades de treinamento não implicam custos para a Companhia porque são desenvolvidos em parceria com outros órgãos governamentais, convocando parceiros internos para atividades de ensino-aprendizagem, bem como cursos on-line e por meio de videoconferência.

Quanto à gestão de tecnologia da informação, em 2016 a Conab realizou diversas ações voltadas à segurança lógica e física, correções de vulnerabilidades, atualizações de sistemas, monitoramento da rede corporativa, entre outros. Concluiu também, a contratação de nova rede de comunicação de dados de longa distância, melhorando consideravelmente a velocidade de comunicação da Matriz com as unidades regionais. Foi implementada a redundância no acesso à

internet aumentando a disponibilidade para o sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas. Além de duplicar o acesso à internet por meio de Infovia a um custo 8% menor que o anterior, passando a velocidade de acesso à internet de 143Mbps para 701 Mbps.

É importante destacar que, além do desenvolvimento de novos projetos e daqueles que estão em andamento, as equipes técnicas deram manutenção nas diversas soluções que compõem o portfólio de TI, disponível na intranet e sítio da Conab. As soluções de TI concluídas em 2016 foram: SIADI – Sistema de Auditoria disponibilizado no Portal de Software Público; SIPROD– Sistema de protocolo e Trâmite de Documentos (implantado na Matriz e Sureg/DF); SIGPAA– Ajustes no Plano de Execução das CPR no Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos; Nova Transparência Pública do PAA (Ajustes na Consulta Pública do PAA); SIPESP– Sistema de Pesquisa de Estoques Privados; SIGNOR– Sistema de Gestão de Normativos; IDNF Externo– Identificador de Duplicidade de Nota Fiscal (Módulo externo); Reativação do SISMOV– Sistema de Movimentação de Estoques; SICARM– Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (Módulo Frigorificado); SPDV– Simulador do Plano de Demissão Voluntária; SIFISC– Sistema de Fiscalização de Estoques (Integração com o SAAGRA para cubagem de estoques de terceiros); e SICAN – novas funcionalidades (Georreferenciamento do Estabelecimento Rural e dos dados de produção, upload de escrituras/contratos, histórico dos agentes para Sifisc–PG), entre outros.

#### b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise Indicadores		2015		2016		2017
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
20	N.º de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades	5.103	4.982	4.818	7.724	*
21	N.º de pessoas que passaram por treinamento para desenvolvimento futuro	151	0	144	5	*
Legenda:		<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

#### Análise do resultado dos indicadores:

20) 62% do quantitativo de empregados, em nível nacional, passaram por um treinamento, com a carga horária média de 9,73 h/aula por ano, não atingindo, portanto, a média prevista de 12 h/aula por ano.

21) 0,03% do quantitativo de empregados, em nível nacional, passaram por treinamentos para desenvolvimento futuro, tendo em vista contingenciamento de recursos orçamentários/financeiros.

\* Sem metas para 2017. Os indicadores foram substituídos por um único indicador, previsto no novo Planejamento Estratégico da Companhia.

#### c) Conclusão

Para a formação do “espírito de organização” da Conab, um dos principais obstáculos foi transpor as culturas organizacionais próprias, sendo que muitas iniciativas foram tomadas nesse sentido, visando criar um paradigma característico da Companhia, o que poderá ser facilitado, de forma mais efetiva, com a permanente renovação do quadro de pessoal.

Alcançar a excelência organizacional interna é um desafio constante da Companhia. Em que pesem as dificuldades naturais de integração de uma empresa de grande porte, com

múltiplas funções e administração complexa, a Conab tem conseguido realizar suas atividades com eficiência razoável.

### 3.2.4- Integração

<b>Objetivo envolvido</b>	Ampliar e fortalecer as relações interinstitucionais.
<b>Responsáveis</b>	Dipai – João Marcelo Intini e Cleide Edvirges Santos Laia Presi – Lineu O de Souza, Igo dos Santos Nascimento e Francisco Marcelo R Bezerra

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

As relações interinstitucionais, em âmbito nacional e internacional, têm importância estratégica para a atuação da Conab, traduzindo-se na ampliação e no fortalecimento de parcerias.

Nesse sentido, a Conab representou o país na XV Reunião Ordinária da Organização de Informação de Mercado das Américas (OIMA), realizada na Guatemala, de 5 a 7 de outubro de 2016. Na oportunidade foram discutidos: perspectivas agrícolas; sistemas de monitoramento e análise de preços; utilização de dispositivos móveis para disseminação de informações, entre outros assuntos correlatos, de países como a Guatemala, Equador e Trinidad e Tobago. Ainda houve eleição para escolha dos representantes das 5 regiões (Norte, Central, Caribe, Andina e Sul) e a reeleição do Presidente, a cargo dos Estados Unidos.

De forma a contribuir com a transparência e a ampliação de acesso a informações com os países da OIMA/Cone Sul, foram encaminhadas mensalmente as informações do mercado de São Paulo à Argentina, que é coordenadora reeleita da Região, ao Chile e ao Paraguai, bem como foram recebidas informações de preços hortigranjeiros desses países. Um subconjunto dessas informações é publicado na Revista Indicadores da Agropecuária.

Na esfera nacional e internacional, a Conab ministrou, junto com o Instituto nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, um dos cursos do Worskhop AmeriGEOSS, realizado na Colômbia em junho de 2016. Durante a capacitação, realizada com a colaboração da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi apresentada a experiência brasileira no uso do sistema GLAM (Global Agriculture Monitoring) como ferramenta de apoio para o acompanhamento da produção agrícola brasileira. O sistema tem colaborado com a análise e o monitoramento da safra brasileira, sendo compartilhado mensalmente por meio de teleconferência entre a Conab, como representante brasileiro, e os principais países/regiões (GEOGLAM), com destaque para produtos como arroz, milho, soja e trigo, uma iniciativa do Grupo de Observação da Terra para o monitoramento agrícola e a segurança alimentar mundial.

Por ser referência na execução de políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, a Conab foi convidada a ministrar palestras quando da realização do 1.º Fórum Nacional de Alimentação Escolar, na República do Togo, localizada na África Ocidental. A palestra, que versou sobre política de alimentação escolar, PAA, distribuição de cestas de alimentos, política de garantia de preços, dentre outros, teve como foco demonstrar que os programas valorizam os alimentos produzidos pelos pequenos agricultores, otimiza os recursos e é um fator de geração de renda para as comunidades envolvidas.

O intercâmbio de informações sobre preços, custos de produção e levantamento de safras faz com que a Conab mantenha frequente articulação com diversas instituições públicas e privadas (órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa, propriedades rurais, fábricas e distribuidoras de máquinas e equipamentos agrícolas, empresas de assistência técnica e extensão

rural, armazéns, movimentos sociais, associações, centrais de abastecimento, cooperativas, federações, entre outros).

Mantendo a sua estratégia de aproximação com as diversas instituições públicas e/ou privadas, vinculadas ao setor agrícola, a Conab realizou esforços para manter e estreitar parcerias no sentido de aperfeiçoar, ampliar e qualificar as ações das partes, envolvendo órgãos como o Instituto Nacional de Meteorologia–Inmet, a Agência Nacional de Águas–ANA, a Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Rural–Sead, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o Instituto Rio Grandense do Arroz–Irga, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–SEAPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais–EMATER-MG para a realização de trabalhos conjuntos.

A Companhia mantém, ainda, cooperação técnica com agências e organismos internacionais para o intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento. Nesse sentido recebeu, no exercício de 2016, as seguintes delegações:

- Japão: Delegação da ALIC Agriculture & Livestock Industries Corporation Japan, dando sequência ao ciclo de visitas técnicas daquela instituição à Conab;
- Cabo Verde: Delegação da ARFA–Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos a pedido da ABC/MRE (Anna Bittencourt, Gerente Pnud–África Ásia e Oceania.);
- África do Sul: Visita do Adido Agrícola da Embaixada da África do Sul, Sr. Andile Hawes, por solicitação daquela Embaixada, para conhecer os programas sociais geridos pela Conab, assim como visita a produtores participantes da Associação Mista do Núcleo Rural Rio Preto, participante do programa PAA/Conab;
- Estados Unidos: Visita de cortesia do Dr Warren Preston, Vice Economista-Chefe do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), ao Presidente da Conab, e reunião com a equipe técnica da Conab;
- Japão: Visita dos Representantes da CKA, contratada pelo governo deste país para desenvolver pesquisa sobre a infraestrutura no MATOPIBA;
- Ainda no âmbito da cooperação técnica com organismos internacionais, para o intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento e desenvolvimento técnico, foram promovidos, em parceria, os seguintes eventos;
- Organização, em parceria FAO/Conab, da IV Reunião Técnica Regional da Rede “Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos en América Latina y el Caribe”, na cidade de Santa Cruz, Bolívia, nos dias 20 e 21 de Abril de 2016;
- Visita da delegação da Vice Ministra de Desenvolvimento Social do Quênia à SUREG/PB e às instalações de equipamentos comunitários vinculados ao PAA, sendo organizado pela Conab em parceria Com o Centro de Excelência Contra a Fome de PMA/WFP, nos dias 17 e 18/05/2016;
- Organização e realização, em parceria FAO/Conab, da V Reunião Técnica Regional da Rede “Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos en América Latina y el Caribe”, na cidade de Brasília, no período de 10 a 12 de agosto de 2017.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

Não há indicadores medidos para este objetivo.

### c) Conclusão

Boa parte das atribuições institucionais da Companhia estão focadas na questão do abastecimento público de alimento e de matérias-primas agrícolas, sobre a qual se desdobram um conjunto apreciável de demandas de cunho econômico e social. E a Conab dispõe, para tal, dos meios materiais e legais para cuidar da execução física e formal das iniciativas necessárias.

No entanto, por se tratar de matéria complexa e estratégica, requer que seu tratamento se dê nos altos escalões da administração pública. A Conab representa, portanto, apenas um dos atores nas decisões que envolvam a utilização de instrumentos específicos, fontes orçamentário/financeiras necessárias, público beneficiário, períodos de atuação e formas de execução das atividades programadas.

Considerando que a Conab é o braço executivo na implementação de muitas dessas ações, tornou-se um interlocutor privilegiado dos órgãos públicos que têm interesse no assunto; consequentemente, está sempre envolvida em discussões e reuniões de planejamento das ações com os diversos foros envolvidos.

De maneira análoga, isso também ocorre durante a execução operacional, principalmente nos estados alvo dos programas, quando a empresa busca a cooperação dos agentes público e privados locais para a implementação das operações previstas.

Essa forma de agir constitui uma tradição já estabelecida e a parceria com os representantes locais, nos diversos níveis de governo, tem facilitado sobremaneira a consecução dos resultados programados, além de ter se constituído em fator de prestígio e formação de boa imagem pública para a Companhia.

Situação similar ocorre quando se trata de análises, levantamento e divulgação de dados da produção e comercialização agrícola, ocasião em que os centros de pesquisas e as secretarias de agricultura estaduais são os interlocutores por excelência dos dirigentes e técnicos da Conab. Esse intercâmbio de informações sobre preços, custos de produção e levantamento de safras faz com que a Conab mantenha frequente articulação com diversas instituições públicas e privadas, proporcionando maior segurança, confiabilidade e transparência no processo de disponibilização das informações.

E novos parceiros são agregados, sempre que se apresentam as oportunidades, seja em âmbito nacional ou internacional.

### 3.2.5- Perspectiva financeira

<b>Objetivos envolvidos</b>	
Otimizar a gestão orçamentário-financeira	
<b>Responsável</b>	Diafi – Roberto Naves e Siqueira, Igo dos Santos Nascimento, Arno Jerke Junior e Danilo Borges dos Santos

#### a) Análise das atividades empreendidas no exercício

A Conab é uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, na área social. Assim, na condução de seus negócios se estabelece uma dicotomia funcional, cujos limites não são facilmente distinguidos: a compreensão de quando a atividade tem sentido econômico ou social, ou até onde vai um ou outro aspecto. Por outro lado, não há uma boa e pronta solução para a eficácia das organizações, como a

maioria das entidades públicas. E não é possível simplesmente copiar modelos das empresas privadas, em vista dos mecanismos de competição manter a estrutura funcional mais enxuta e produtiva, e ainda pelo fato de que na administração privada é mais simples cobrar resultados de fácil mensuração.

Na perspectiva dos doze meses do exercício de 2016, procurou-se assegurar os recursos orçamentário-financeiros suficientes para a gestão da organização, dentro da máxima de “fazer o melhor a um menor custo”.

**b) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.**

Não há indicadores medidos para este objetivo.

**c) Conclusão**

No rol de iniciativas eleitas pela direção e que estão sendo executadas, é contemplada a adoção de medidas voltadas à racionalização seletiva dos dispêndios e viabilização de novas fontes de captação de recursos. Isto não significa, sob nenhuma hipótese, que a Conab deva ser administrada dentro da concepção empresarial em que a rentabilidade é o objetivo básico, o que desvirtuaria, naturalmente, o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, tem-se a consciência que o prejuízo gerado por ineficiência é altamente antissocial, porquanto os recursos pertencem à sociedade e a esta devem retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

### **3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico**

Em 2015, a Diretoria da Conab redirecionou esforços no sentido de retomar a gestão estratégica na Companhia. Inclusive, visando à profissionalização da gestão, houve um redimensionamento da Superintendência de Organização e Estratégia, unidade responsável regimentalmente pelo planejamento e modelagem organizacional, com a alocação de novos técnicos e mudança de gestores, com o propósito de aprimorar a gestão.

Um plano de trabalho para a retomada coordenada da gestão integrada da estratégia, programas, projetos e operações para a Companhia foi aprovado em Reunião da Diretoria no dia 08/12/2015 (Resolução n.º015), e também pelo Conselho de Administração, em 17/12/2015 (Resolução n.º015). Esse plano, além de propor a elaboração do planejamento estratégico 2016-2019, apresentou o desenvolvimento de uma visão por processos, a integração e o alinhamento dos projetos estratégicos e uma nova proposta de arquitetura organizacional.

#### **3.3.1 – Estágio de Desenvolvimento**

Em 2016, a Companhia reconsiderou a abrangência do Planejamento Estratégico que passou a compreender o período de 2017-2021, adequando-o à Lei n.º13.303 de 30/06/2016 e concluiu a 2.ª etapa do plano de trabalho para a retomada coordenada da gestão integrada da estratégia, programas, projetos e operações, que consiste na formação da estratégia, tendo como principais produtos o Mapa Estratégico e a definição da Missão, Valores e Visão da Companhia.

Nesse sentido, foram realizadas oficinas de discussão com a alta direção e com os superintendentes, no intuito de coletar as percepções dos gestores quanto à atuação da Companhia e as perspectivas para os próximos anos.

### 3.3.2 – Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

Desde a sua criação, a Conab desenvolveu vários trabalhos direcionados ao seu reordenamento estratégico, contudo sem atingir os objetivos traçados pela organização. Vale ressaltar o esforço das iniciativas anteriores, inclusive utilizando metodologias sofisticadas para o nível de maturidade estratégica percebido na empresa.

Embora os objetivos e indicadores estabelecidos no Mapa Estratégico tenham passado pelo crivo das áreas envolvidas, não chegaram a ser apurados, pela falta de atualização de ferramenta específica, além da percepção da necessidade de uma discussão mais ampla sobre a retomada de uma gestão estratégica na Companhia.

Dado o exposto e em função da realidade percebida na empresa, o plano de trabalho apresentado pela Superintendência de Estratégia e Organização abrange eixos de atuação que permitem que o trabalho seja realizado desde o diagnóstico até sua implementação, baseado nas metodologias descritas a seguir:

- Metodologia de gestão da estratégia com base no *Balanced Scorecard – BSC*.
- Metodologia de gestão de portfólio de programas, projetos e ações com base no PMI.
- Metodologia de gestão dos processos organizacionais com base no CBOOK - Guia para o Corpo de Conhecimentos sobre Gestão de Processos da ABPMP- *Business Process Management Professional Association*.

### 3.3.3 – Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

Por ocasião da elaboração do PPA para o período 2016-2019, cujo processo foi desencadeado em março de 2015, houve efetiva participação da Conab, assim como dos outros órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, durante as oficinas convocadas e orientadas pelo MAPA, sob a condução e supervisão do Ministério do Planejamento.

A Conab insere-se no Plano Plurianual 2016-2019 por meio do Programa 2077-Agropecuária Sustentável, diretamente vinculado ao MAPA e, de forma indireta, por meio de Iniciativas a serem implementadas sob sua gestão, consignadas nos Programas 2012 e 2069, de responsabilidade do MDA e MDS, respectivamente.

No âmbito do **Programa 2077-Agropecuária Sustentável**, a Conab participa com o **Objetivo 1051**: Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

Para o Objetivo 1051, compartilhado com o MAPA, foram estabelecidas 3 Metas e 27 Iniciativas, sendo que a Conab responde por 2 Metas e 11 Iniciativas, como segue:

**Meta 04BD** – Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento.

**Meta 04BF**– Aprimorar mecanismos para o desenvolvimento da inteligência estratégica da agropecuária e do abastecimento alimentar e nutricional.

**Iniciativa 05CC-** Construção de 10 novos armazéns (Santa Catarina, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia, Rondônia e Goiás), além da ampliação, reforma, recuperação e manutenção da rede armazenadora atual da Conab.

**Iniciativa 05CD-** Identificação e mitigação das perdas qualitativas e quantitativas na pós colheita de grãos de milho, soja, trigo, arroz, café e feijão e no transporte de grãos de milho, soja, trigo e arroz.

**Iniciativa 05CW-** Desenvolvimento de sistema de monitoramento de produtividade e estimativa da área de produção, com o uso de métodos agrometeorológicos, espectrais e subjetivos, modelos estatísticos e acompanhamento dos pacotes tecnológicos na produção agrícola.

**Iniciativa 05CX-** Realização de análise estrutural e conjuntural da produção agrícola sob a ótica dos custos de produção, subsidiando a tomada de decisão para investimentos na agricultura brasileira.

**Iniciativa 05CY-** Mapeamento da cadeia de formação de preços de produtos da cesta básica, desde o produtor até o varejo, sob a perspectiva de consumo.

**Iniciativa 05CZ-** Formação e manutenção de estoque estratégico e regulador mediante a aquisição de produtos agrícolas, visando garantir o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional e a regulação de preços de mercado, por meio da PGPM e outros instrumentos de política agrícola.

**Iniciativa 05DO-** Realização de estudos para avaliação dos instrumentos de políticas públicas para a agropecuária, que possam subsidiar a criação de novos instrumentos e aprimoramento dos já existentes (PEP, PEPRO, VEP), inclusive por meio de parcerias institucionais.

**Iniciativa 05D1-** Ampliação das opções de comercialização e de abastecimento para os pequenos e médios produtores rurais.

**Iniciativa 05D2-** Adequação da estrutura e refinamento das metodologias de fiscalização, controle dos estoques públicos e mecanismos de prevenção de riscos das atividades que envolvam os instrumentos de políticas públicas voltados à agropecuária.

**Iniciativa 06HP-** Construção do observatório agrícola por meio da estruturação dos modelos e indicadores da agropecuária e do abastecimento, das estratégias de aprimoramento de métodos para coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento, com o uso intensivo de modernas ferramentas de tecnologia da informação.

**Iniciativa 06I7-** Instrumentalização e qualificação dos sistemas de informações das centrais de abastecimento e equipamentos hortigranjeiros que fornecem dados para a mensuração do volume, origem, preços e formatos de produtos comercializados pelas cadeias produtivas de frutas e hortaliças do país.

O acompanhamento realizado em 2016, por meio de monitoramento demandado pelo Ministério do Planejamento, via MAPA, apontou que a meta 04BF apresentou andamento normal. Considerando que a Conab se insere no espaço relacionado com a inteligência nos setores da agropecuária, do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional, contribuindo com a divulgação e o acesso à informação e ao conhecimento, estudos foram elaborados e informações e conhecimento relevantes foram disponibilizados para a sociedade, e também estão sendo desenvolvidas novas ferramentas com o uso intensivo de tecnologia no sentido de contribuir com o citado processo.

Já com relação à meta 04BD, não houve ampliação da capacidade estática da rede armazenadora própria nesse ano, pois os estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira, ambiental e social necessários para a construção de novas unidades, assim como os estudos preliminares e projetos executivos de reforma e ampliação, não evoluíram da forma esperada com o contratado responsável por sua execução (BB), impactando nos resultados previstos. Vale esclarecer que esta meta foi regionalizada, tendo sido definido 165.184 t para a região Sudeste,

42.195 t para a região Norte, 168.849 t para a região Nordeste, 185.991 t para a região Centro-Oeste e 137.781t para a região Sul, totalizando 700.000 t.

Para sua implementação, com foco nas áreas finalísticas, o Objetivo 1051 conta com quatro Ações Orçamentárias, às quais foram vinculados os respectivos Planos Orçamentários (PO):

**Ação 20Y7 – Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar**

- PO01 – Recuperação e Modernização de Unidades Armazenadoras não atendidas pelo Contrato com o Banco do Brasil
  - PO02 – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos
  - PO03 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
  - PO04 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
  - PO05 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
- **Ação 1510** – Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da Conab
    - PO01 – Construção de Unidades Armazenadoras
    - PO02 – Reforma e Ampliação de Unidades Armazenadoras
    - PO04 – Remuneração do Agente Executor do Plano de Ampliação da Capacidade Armazenadora
    - PO05 – Elaboração de Projetos de Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Armazenadoras
  - **Ação 2130** – Formação de Estoques Públicos-AGF
  - **Ação 2137** – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e de Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

A Companhia também participa do Programa 2012-Agricultura Familiar, por meio da **Ação 20GI**-Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF), a qual integra o orçamento do MDA, com recursos também do MDS, sendo a Conab responsável pela implementação de algumas iniciativas com o suporte dessa ação.

Encontra-se incluída, ainda, no Programa 2069-Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Objetivo 0380, com três Iniciativas, tendo como foco a **Ação 20TB** – Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial, contemplada no orçamento do MDS.

### 3.3.4 – Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Com o término da 2.<sup>a</sup> etapa foram definidos indicadores de desempenho relacionados ao processo de implementação do Planejamento Estratégico. A proposta é que durante o ano de 2017 sejam acompanhados os indicadores que possibilitem mensurar a execução do planejamento estratégico.

### 3.3.5 – Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

No exercício de 2016 o plano de trabalho referente à retomada da gestão estratégica na Companhia foi executado, concluindo assim o planejamento estratégico da Conab, com diagnóstico, levantamento e análise dos antecedentes relacionados na Companhia. A proposta é que, após a sua implementação, o planejamento estratégico seja revisto anualmente ou quando da percepção da necessidade de reavaliação ou de correção de rumos.

### **3.3.6 – Envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes)**

A Gestão ganhou a atenção da alta administração desde a sua concepção. A Diretoria redirecionou todos os esforços na retomada coordenada da gestão estratégica na Companhia participou das reuniões e oficinas estabelecidas no cronograma do projeto, estabelecendo os rumos para a execução da proposta. Os superintendentes também têm participado ativamente das discussões, com contribuições relevantes nas suas áreas de atuação. A construção do PE foi realizada de maneira participativa com o envolvimento de todo corpo funcional por meio de pesquisa de opinião e envolvimento dos superintendentes, diretoria colegiada e conselho de administração por meio de oficinas de validação.

### **3.3.7 – Alinhamento das Unidades ao Planejamento Estratégico**

O planejamento estratégico foi formulado de maneira que todas as unidades estejam envolvidas no processo de construção e execução da estratégia. Tanto que as discussões não se restringiram à matriz, mas buscaram alcançar também as superintendências regionais, que têm exercido papel fundamental na proposta de construção integrada, participando das reuniões e oficinas estabelecidas no cronograma de trabalho.

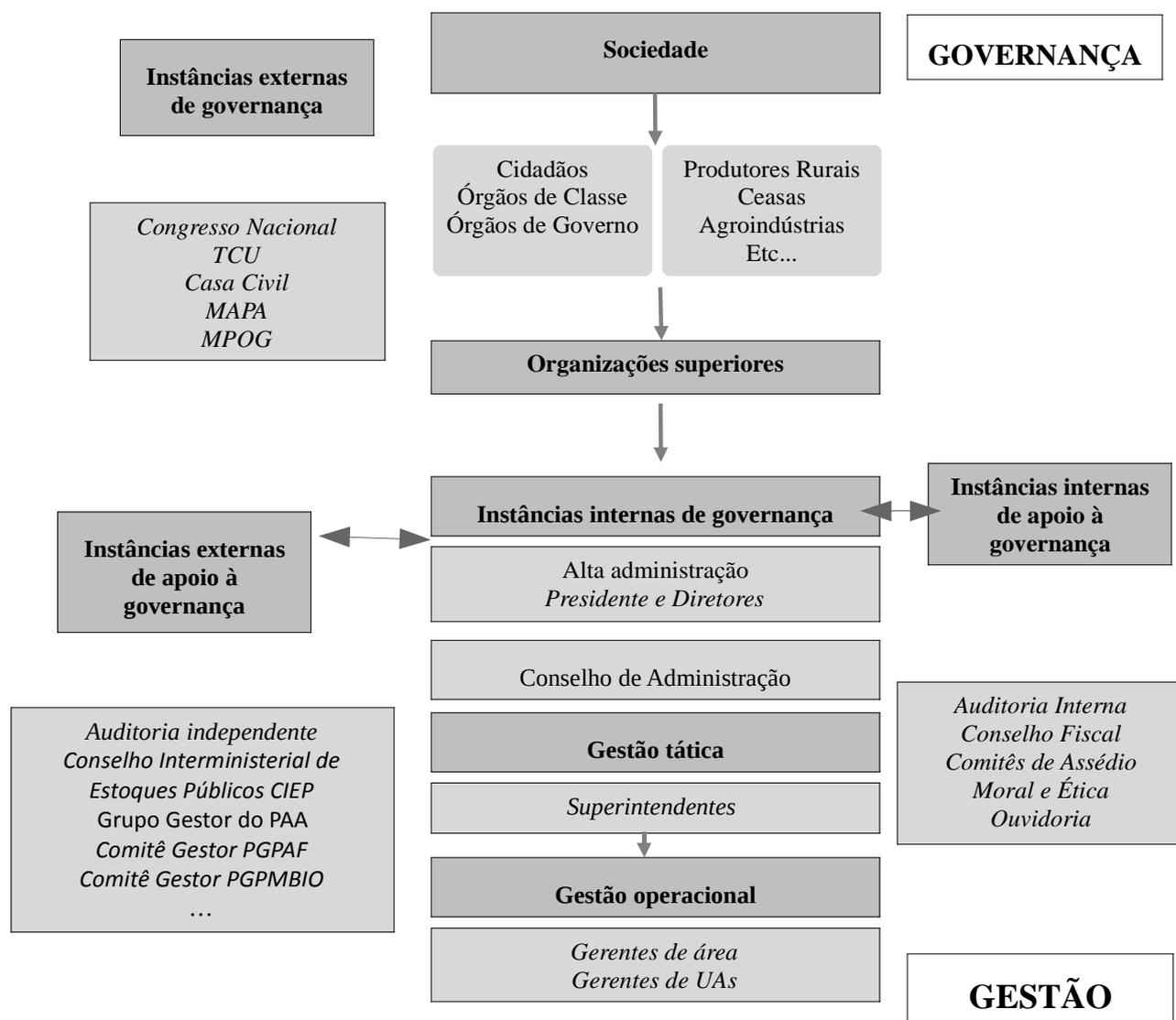
### **3.3.8 – Principais dificuldades e mudanças previstas**

As principais dificuldades encontradas relacionam-se às restrições orçamentárias e financeiras para a capacitação e desenvolvimento do corpo técnico, além de aquisição de ferramenta específica para o monitoramento do processo, sobretudo voltado para a apuração de indicadores de gestão.

Uma mudança importante é a retomada de uma visão estratégica a partir da implementação de proposta que abrange não somente o planejamento estratégico, mas a gestão de processos e o alinhamento dos projetos estratégicos em software público de gestão, no intuito de dar uma maior consistência à execução da estratégia.

## 4- Governança

### 4.1- Descrição das Estruturas de governança



#### Legenda (segundo o Referencial Básico de Governança do TCU)

Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

## 4.2- Gestão de riscos e controles internos

A Conab, sob orientação dos órgãos de Controle Externo e Interno (TCU-CGU), implementou a estrutura de conformidade e de gestão de riscos por meio da Resolução Conab/Conad n.º09, de 19/12/2012, com vigência a partir de 01/01/2013, que alterou o Regimento Interno e constituiu, com vinculação à Presidência, a Superintendência de Controladoria e Riscos-Sucor e respectivas Gerência de Controles Internos-Gecoi, Gerência de Riscos Corporativos-Geric e Gerência de Mensuração de Custos e Precificação de Serviços-Gempe.

Por força do novo Estatuto das empresas estatais, Lei n.º13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016, Resoluções emanadas da CGPAR e orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que consignaram novas diretrizes afetas a Conformidade e Gestão de Riscos, a Conab constituiu Grupo Gestor (Portaria Conab/n.º385/2016) com o objetivo de coordenar a implementação das alterações nos normativos da Conab.

Em face do novo paradigma de Governança com notória relevância aos Controles Internos e à Gestão de Riscos, a Sucor, com fundamento na Nota Técnica Gecoi/Gempe/Geric n.º 01/2016, objeto do processo Conab n.º21200.001196/2016-49, demandou ao Gabin/Presi, com vistas à Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep, providências no sentido de adequar e recompor a estrutura de pessoal de forma a compatibilizá-la com a dimensão das atribuições e competências requeridas pelo novo marco legal, notadamente:

Decreto 8.945/16.

...

“Art. 15. A empresa estatal adotará regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;

II - área de integridade e de gestão de riscos; e

...

Art. 16. A área de integridade e gestão de riscos terá suas atribuições previstas no estatuto social, com mecanismos que assegurem atuação independente, e deverá ser vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, podendo ser conduzida por ele próprio ou por outro Diretor estatutário.”

Resolução 18/2016 CGPAR

“Art. 1.º As Empresas Estatais Federais devem implementar políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos adequadas ao seu porte e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por elas realizadas.”

### 4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

O ambiente de controle da Companhia apresenta comprometimento com a integridade e valores éticos, institucionalizado formalmente por meio da NOC 10.111-Norma de Governança Corporativa e Integridade, cujo instrumento instituiu um Comitê Permanente de Governança Corporativa da Conab. Para instituição do referido comitê foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de regulamentar o Comitê Permanente de Governança Corporativa e Integridade da Conab. Entretanto, em face das novas diretrizes de governança emanadas da Lei das Estatais, Decreto Regulamentador, Resoluções CGPAR, orientações da SEST e, no que couber a IN conjunta MP/CGU, a regulamentação do comitê será tratada no âmbito do Grupo Gestor (Portaria Conab/n.º385/2016) por meio de proposta a ser elaborada pela Sucor/Gecoi para apreciação da Alta Administração da companhia.

A criação do comitê fortalecerá a estrutura de Governança e Integridade proporcionando maior coordenação da governança corporativa no âmbito da Conab.

Quanto à Ética, essencial ao Ambiente de Controle, a NOC - Código de Ética da CONAB está em processo de atualização, principalmente sob o enfoque, entre outros, da Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”); também será corrigido o processo de aprovação do Código de Ética, ou seja, esteja incluída nos normativos da companhia, preenchendo todos os requisitos como normativo. Em 2016 foram oferecidos aos empregados alguns cursos sobre ética, como o divulgado pela CI Digep n.º21/2016 e CI Digep n.º61/2016 “Ética e o Serviço Público”, promovido pela Enap na modalidade à distância. Apesar da publicação para todo o corpo funcional, talvez a falta de um trabalho de conscientização sobre o tema ou a falta de incentivo por parte dos gestores, resultou numa baixa aderência, resultando em capacitação de aproximadamente de 3% do corpo funcional.

O Ambiente de Controle de uma organização estabelece, além da estrutura de governança, os níveis de subordinação, controle, autoridades e responsabilidades adequadas na busca de seus objetivos. Nesse sentido, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho Administração (Resoluções 018/16 e 016/16, respectivamente) “os produtos resultantes da primeira etapa do Planejamento Estratégico 2016-2019, quais sejam: Matriz SWOT e Cadeia de Valor” e para aprovação no início de 2017 “os produtos resultantes da segunda etapa do Planejamento Estratégico, alterado para o período de 2017-2021, quais sejam: missão, visão, valores e mapa estratégico”.

No âmbito da Avaliação de risco, sob a responsabilidade da Geric (Gerência de Riscos Corporativos), inicialmente adotou-se a metodologia Brasileiro em consonância com as diretrizes do COSO I e da ISO 31.000. No entanto, no curso do exercício de 2016 verificou-se a necessidade de adequação da metodologia de avaliação de riscos ao COSO II – *Enterprise Risk Management Integrated Framework (ERM)*, em alinhamento com as orientações do TCU.

A aplicação da nova estrutura metodológica teve início no mês de mai/16 com o levantamento de risco dando prioridade aos programas finalísticos presentes na cadeia de valor da Conab. A metodologia utiliza-se de reuniões presenciais no âmbito da Matriz e por videoconferências com Regionais, com as áreas gestoras e executoras dos processos, consolidando os dados para a formalização da Matriz de Riscos.

Foram levantados os riscos dos seguintes processos: Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio; Doação de Alimentos; Vendas em Balcão (1 – Autorização e liberação de estoques públicos; 2 – Cadastramento e habilitação para o programa de vendas em balcão; e, 3 – Vendas e liberação de produtos em unidades armazenadoras próprias). Após o levantamento as áreas gestoras em parcerias com a Geric, elaborará o plano de ação para submeter a Diretoria da Conab.

Visando atender o que determina a CGPAR 18 de 10/05/2016, Lei 13.303 de 30/06/2016 e o Decreto 9.845 27/12/2016, foi estabelecido um cronograma no âmbito da SUCOR para a implementação da gestão dos riscos em 2016, 2017 e 2018. Foi iniciada a revisão da Política de Riscos da Conab, que contemplará novos instrumentos de controle, comunicação dos riscos ao corpo funcional e alta administração da Conab, assim como, a elaboração de minuta de inclusão das atribuições da Sucor (conformidade e gestão de riscos) no estatuto social.

As atividades de controle são inseridas nos normativos da companhia. Em 2016 foram aprovadas 08 (oito) normas, das quais apenas uma não continha fluxo de processo estabelecido (pois constitui o Regimento Interno). Deste total, 05 (cinco) foram criadas e as demais tratavam-se de revisão/alteração de normativos. Em razão da Gerência de Riscos Corporativos(Geric) estar em processo de atualização da metodologia não foi requisito, para submissão da norma à aprovação

pela autoridade competente, o Mapeamento de Risco desses processos. Porém, a partir de 2017, com a nova metodologia da Geric, todos os normativos que forem submetidos à aprovação, será exigido o mapeamento dos riscos.

Portanto, o processo de criação/alteração dos normativos até a sua homologação, segue um fluxo rígido previsto na NOC 60.304, iniciando obrigatoriamente com o mapeamento ou revisão do fluxo de processo, mapeamento dos riscos, etapas estas que permitem a verificação das Atividades de Controles contidas nesses normativos, identificando elementos como o responsável pelo processo, segregação de funções, definição dos responsáveis para cada atividade dentro do processo, entre outros.

A informação e comunicação são necessárias para que a entidade cumpra responsabilidades de controle interno a fim de apoiar a realização de seus objetivos. A Conab se utiliza de vários meios de comunicação: Internet, Intranet, Documentos Internos, Normativos publicados para o público externo e interno, entre outros. A Conab necessita aprimorar o tratamento dado às informações, em especial quando da sua utilização e comunicação, bem como dos atos de Gestão.

As Atividades de Monitoramento da companhia são realizadas por meio de avaliações contínuas e independentes. As avaliações contínuas, inseridas nos processos corporativos nos diferentes níveis da entidade, proporcionam informações oportunas. Tais avaliações contínuas são realizadas, por exemplo, quando da revisão de um normativo. Assim, quando na revisão dos procedimentos e da respectiva normatização, é feita uma análise do fluxo do processo, mapeamento de riscos e conseqüentemente, aprimoramento das Atividades de Controle inseridos nos normativos. Já as avaliações independentes (Auditoria Interna, Corregedoria Geral da Conab, fiscalização interna dos programas, CGU e TCU), são conduzidas periodicamente, tem escopos e frequências diferentes. As deficiências detectadas são comunicadas à estrutura de governança e órgão competentes, com vistas a adoção das medidas pertinentes, que em geral acabam por revisão de processo, mapeamento de riscos e revisão normativa.

#### **4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna**

No exercício de 2016, os controles internos administrativos foram avaliados por meio das ações de auditoria definidas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, sendo que as análises centraram-se no atendimento ao disposto no art. 10.º da IN CGU n.º24, de 17.11.2015.

Para tanto, utilizamos o método de análise dos controles internos elaborado com base no modelo “Controle Interno – Estrutura Integrada” desenvolvido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway – COSO 2013. Os exames consideraram os seguintes elementos do sistema de controle interno da unidade: a) ambiente de controle; b) avaliação de riscos; c) atividade de controle; d) informação e comunicação; e) monitoramento. Os resultados foram registrados nos relatórios de auditoria e as falhas relevantes foram objeto de recomendações no intuito de promover ações saneadoras.

Não obstante as ações levadas a efeito, diante das recomendações exaradas nos relatórios de auditoria elaborados pela Audin, objetivando regularizar e/ou mitigar as disfunções, a alta gestão da Companhia deverá priorizar medidas saneadoras para as deficiências, abaixo relacionadas, visto que estas foram identificadas de forma reiterada em diversas atividades auditadas no exercício de 2016.

#### **Ambiente de Controle**

Sob o prisma do ambiente de controle, destacamos as seguintes disfunções:

- inexistência de manual de procedimentos específicos para a execução das atividades contábil e financeira; gestão do patrimônio; folha de pagamentos, benefícios e vendas em balcão;
- inexistência de um mecanismo eficiente para retenção de empregados no âmbito de toda a Companhia, a exemplo de um plano de carreira, a promoção da cultura de desenvolvimento de potenciais, o estabelecimento de meritocracia para funções gerenciais, dentre outras;
- estrutura de recursos humanos insuficiente para a execução das atividades relacionadas à gestão do patrimônio, folha de pagamentos e benefícios; e
- inexistência de uma função específica para a atividade de *compliance* em toda a Companhia, de modo a fortalecer o controle primário.

### **Avaliação de Riscos**

A Companhia criou, em janeiro de 2013, área específica para gestão de riscos: Geric – Gerência de Riscos subordinada à Sucor- Superintendência de Controladoria e Riscos. Apesar deste fato, constatamos que ainda não foram iniciados os procedimentos para identificação e tratamento dos riscos relacionados às atividades auditadas em 2016.

É importante assinalar que a avaliação dos controles internos baseada na metodologia COSO 2013 abriu uma discussão sobre as deficiências de controle da Companhia, notadamente no que refere à gestão de riscos. A partir das avaliações e constatações da Audin, percebeu-se uma movimentação dos gestores no sentido de iniciar, em conjunto com a Superintendência de Controladoria e Riscos – Sucor, o processo de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos de várias atividades da Conab. Adicionalmente, acompanha esta iniciativa o mapeamento de processos, a cargo da Superintendência de Estratégia e Organização – Suorg, etapa preliminar à gestão de riscos. Espera-se que os resultados advindos destas ações sejam percebidos, efetivamente, no próximo exercício.

### **Atividade de Controle, Informação e Comunicação**

De um modo geral, as atividades de controle e o processo de informação e comunicação estavam adequados, indicando que as disfunções detectadas apresentavam-se moderadas, podendo ser corrigidas no curso normal dos trabalhos.

### **Monitoramento**

Em face da inexistência do processo de gestão de riscos para as atividades auditadas, constatamos a ausência de um plano formal que definisse os controles adequados para o tratamento dos riscos. Como consequência, inexistem avaliações contínuas para verificar se os controles instituídos estão funcionando de forma eficiente.

## 5- Áreas especiais da gestão

### 5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto n.º 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto n.º 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6.º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9.º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: <a href="#">www.endereço</a></i>		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: <a href="#">www.endereço</a></i>		

#### Informações Complementares

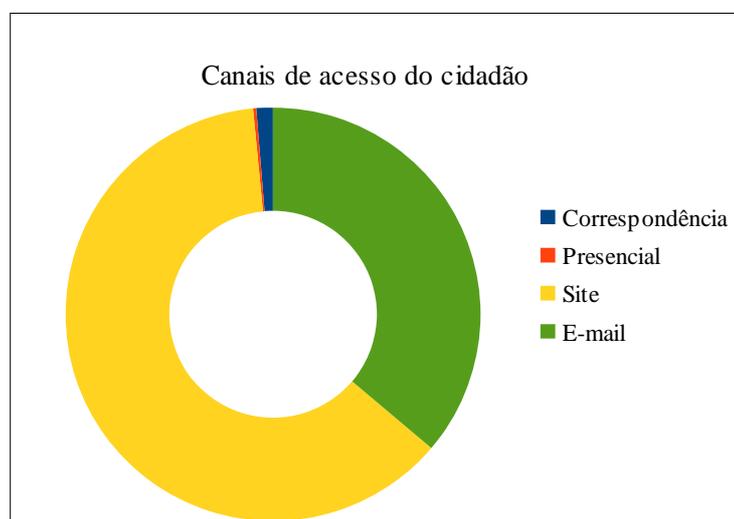
A Conab não possui Comissão gestora do PLS, de forma que os itens de 5 a 8 ficam prejudicados.

## 6- Relacionamento com a sociedade

### 6.1- Canais de acesso do cidadão

**Quadro Demonstrativo das Manifestações Encaminhadas à Ouvidoria - 2016**

Canal de Comunicação		Correspon- dência	Presencial	Site	E-mail	Total	Varição %
Denúncias	Em tramitação	1	0	3	0	4	0,51
	Solucionadas	9	2	105	45	161	20,67
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>108</b>	<b>45</b>	<b>165</b>	<b>21,18</b>
Reclama- ções	Em tramitação	0	0	3	0	3	0,39
	Solucionadas	0	0	77	34	111	14,25
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80</b>	<b>34</b>	<b>114</b>	<b>14,63</b>
Solicitações	Em tramitação	0	0	8	2	10	1,28
	Solucionadas	0	0	260	189	449	57,64
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>268</b>	<b>191</b>	<b>459</b>	<b>58,92</b>
Sugestões	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Acatadas	0	0	17	7	24	3,08
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>3,08</b>
Elogios	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Registrados	0	0	12	5	17	2,18
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>2,18</b>
Total Geral	Em tramitação	1	0	14	2	17	2,18
	Atendidas	9	2	471	280	762	97,82
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>485</b>	<b>282</b>	<b>779</b>	<b>100,00</b>



A Ouvidoria recebeu e acompanhou, no exercício de 2016, 779 manifestações (demandas) por meio dos seus canais de comunicação. Houve uma redução acentuada em relação aos anos anteriores. Em 2014, foram registradas 2.642 manifestações e em 2015, 1.038 manifestações, com redução de 70% e 25%, respectivamente.

Um aspecto interessante na análise diz respeito as características dos demandantes. Os cidadãos constituem a maioria dos demandantes (60%). Das denúncias apresentadas, 20% são

anônimas, e os empregados aparecem em 3.º lugar, com 12% do total de demandas. As organizações ou empresas, em sua grande maioria, quando procedem uma manifestação, a fazem quase sempre em nome de um cidadão que a representa. Nesse caso, apesar de as manifestações pertencentes às organizações totalizarem 6%, é possível inferir que boa parte das manifestações apresentadas por cidadãos tiveram como núcleo de interesse a base de uma ou mais organizações.

## 6.2- Carta de serviços ao cidadão

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Carta de Serviços ao Cidadão	

## 6.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações da Conab		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Planejamento e Gestão / Mapa Estratégico	
Planejamento estratégico	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Planejamento e Gestão / Planejamento Estratégico	
Balanços financeiros e orçamentários	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Processo de Contas Anuais / Balanço Patrimonial / Demonstrações Contábeis	anual
Relatórios de gestão	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Processo de Contas Anuais / Relatório de Gestão	anual
Relatórios de auditoria de gestão	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Processo de Contas Anuais / Auditoria e Parecer do Dirigente do CGU	anual
Estrutura organizacional	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Estrutura Organizacional	
Organograma	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Estrutura Organizacional / Organograma	
Regimento interno	<a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a> / A Conab / Conheça a Conab / Normativos / Noc-Nic / Sistema Institucional / Regimento Interno	

## 6.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos usuários

A Conab não realizou pesquisa de satisfação até o momento, tampouco possui outros mecanismos implementados para medir a satisfação do público com os produtos e serviços. Entretanto, como programado no Planejamento Estratégico, está sendo preparada pesquisa de opinião/satisfação visando aferir os níveis de percepção dos públicos com relação à Companhia. A pesquisa está em fase de planejamento, sendo prevista sua aplicação no ano de 2018.

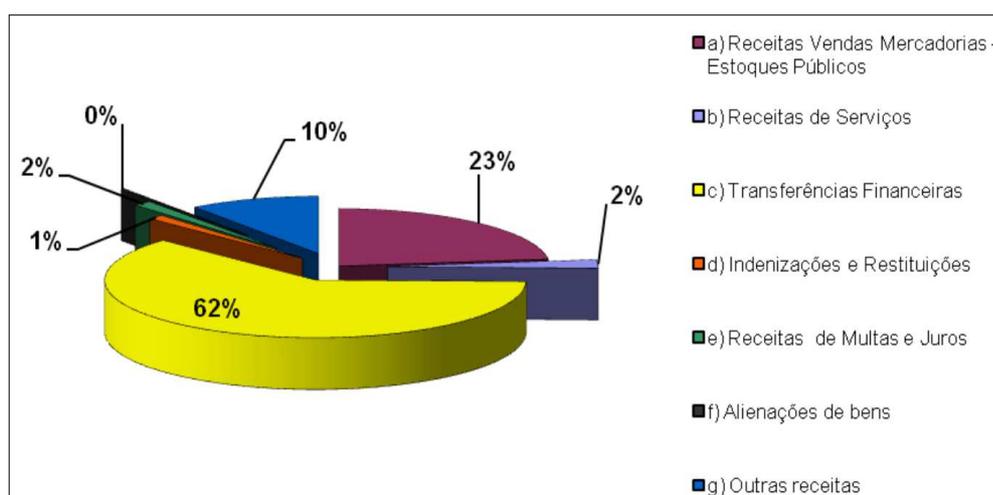
## 7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

### 7.1- Desempenho financeiro do exercício

No exercício de 2016, os registros contábeis da Companhia demonstraram um resultado líquido superavitário R\$15.117 mil, que após as deduções das Provisões do Imposto de Renda Pessoa Jurídica de R\$5.428 mil e da Contribuição Social Sobre o Lucro de R\$2.004 mil, da Reserva Legal de R\$384 mil e apropriação de Juros Sobre Capital Próprio de R\$ 1.830 mil alcançou o montante líquido de R\$5.469 mil, em contraposição a um deficit de R\$11.721 mil do exercício anterior.

A reversão do resultado de um exercício para outro, teve como fator preponderante, o aumento das receitas de repasses para a gestão dos estoques públicos, as receitas de repasses relativas aos recolhimentos dos encargos patronais, no exercício de 2016, referentes aos encargos sociais apropriados no exercício de 2015, receitas de doações e receitas de alienação de bens e outras receitas.

#### Principais receitas



Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
a) Receitas Vendas Mercadorias-Estoques Públicos	297.955	924.911	611.433
b) Receitas de Serviços	30.527	24.286	25.500
c) Transferências Financeiras	797.698	974.013	1.266.217
d) Indenizações e Restituições	15.858	55.365	60.902
e) Receitas de Multas e Juros	18.354	17.682	18.654
f) Alienações de bens	2.953	2.785	3.064
g) Outras receitas	129.275	76.070	83.677
<b>Total</b>	<b>1.292.620</b>	<b>2.075.112</b>	<b>2.069.447</b>

a) Receitas de vendas dos estoques públicos - são decorrentes da política de intervenção do governo federal no mercado, por meio dos leilões públicos realizados durante os respectivos exercícios, objetivando manter a regularidade do abastecimento e estão registrados contabilmente pelo regime de competência no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

b) Receita de Serviços - decorre da armazenagem de produtos de terceiros, nas 94 unidades armazenadoras, no exercício de 2016, em razão de alteração no plano de contas efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional; neste item de receitas estão registrados os valores dos aluguéis auferidos no exercício.

c) Transferências Financeiras - oriundas de recursos repassados pelo Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais e outros.

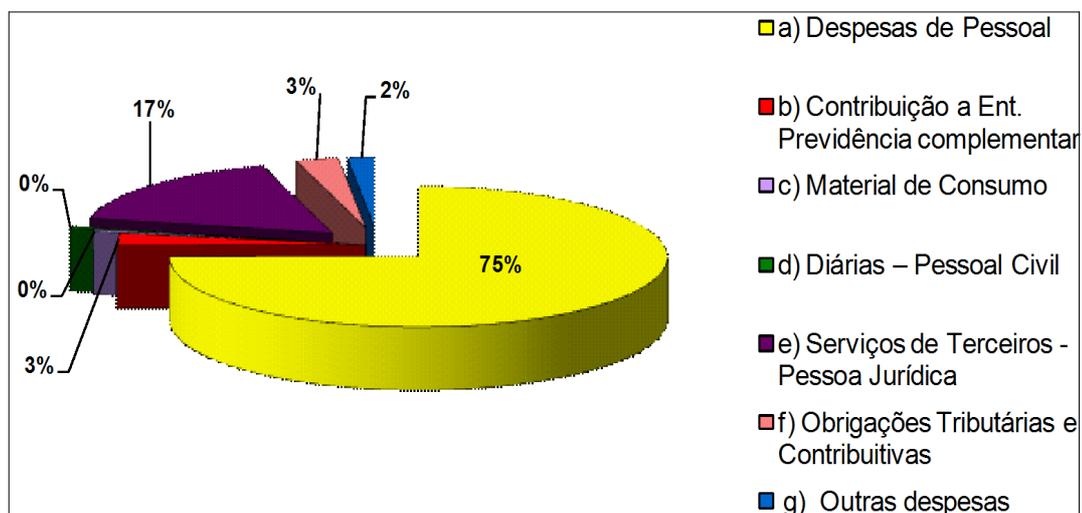
d) Indenizações e Restituições - nessa conta estão registrados os valores da recuperação de perdas com estoques, ressarcimento de armazenagem e de despesas com pessoal. No exercício de 2016 houve um significativo aumento quando comparada com exercício de 2015, em razão das cobranças efetuadas pelos desvios dos estoques públicos e ressarcimento de despesas de pessoal e outras.

e) Receitas de Multas e Juros - registra o valor da arrecadação proveniente de juros, encargos financeiros, variações monetárias e multas administrativas.

f) Alienações de bens - registra o valor de arrecadação decorrente de alienações de bens móveis e imóveis.

g) Outras Receitas - decorrentes dos registros das contrapartidas de incorporações de outros ativos e desincorporações de outros passivos.

### Principais despesas



Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
a) Despesas de Pessoal	521.629	889.901	978.891
b) Contribuição a Entidade Previdência complementar	19.141	32.088	35.297
c) Material de Consumo	5.896	4.607	5.068
d) Diárias - Pessoal Civil	6.127	4.283	4.711
e) Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	180.992	202.377	222.715
f) Obrigações Tributárias e Contributivas	13.024	33.008	36.309
g) Outras despesas operacionais	8.502	20.849	22.934
<b>Total</b>	<b>755.311</b>	<b>1.187.113</b>	<b>1.307.942</b>

- a) Despesas de pessoal - esta conta registra as variações patrimoniais diminutivas com vencimentos e salários, complementação salarial, subsídios, vantagem pecuniária individual, incorporações, substituições, serviços extraordinários, remuneração de pessoal em disponibilidade, provisões sociais, sentenças trabalhistas e outros.
- b) Contribuição para Entidade de Previdência Complementar - registra as variações patrimoniais diminutivas com contribuições de responsabilidade da entidade patrocinadora, para atender o plano de previdência complementar, administrado pela instituição de seguridade social “Cibrius”.
- c) Material de Consumo - registra as variações patrimoniais diminutivas provenientes da compra de material de consumo para uso interno.
- d) Diárias-Pessoal Civil - registra as variações patrimoniais diminutivas com despesas de viagens a serviço, com hospedagens e locomoções.
- e) Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica - registra as variações patrimoniais diminutivas provenientes da utilização de serviços nas áreas de consultorias, assessorias, perícias, auditoria externa, honorário advocatícios, serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais, seleção e treinamento, serviços relacionados a tecnologia da informação, serviços judiciários, vistos consulares, classificação de produtos, serviços de controle ambiental e serviços de produção industrial.
- f) Obrigações Tributárias e Contributivas - registra a variação patrimonial diminutiva com juros e multas referentes a penalidade em virtude de atrasos e não cumprimento dos prazos dos contratos de prestação de serviços e aquisição de bens.
- g) Outras despesas operacionais - registram o valor das depreciações do exercício, doações e transferências concedidas e desincorporação de ativos.

## **7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Nesse item, o gestor deve elaborar uma análise qualitativa sucinta das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada. O gestor pode ilustrar a análise com quadros e tabelas, se julgar conveniente.

Definição - Depreciação corresponde ao encargo periódico que determinados bens sofrem, por uso, ação da natureza, obsolescência ou desgaste natural.

A taxa anual de depreciação de um bem, será fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica. A quota de depreciação a ser registrada na escrituração contábil da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada mediante aplicação da taxa de depreciação sobre o valor do bem em reais.

Observe-se que o limite de depreciação é o valor do próprio bem. Desta forma, deve-se manter um controle individualizado, por bem, do tipo “ficha do imobilizado” ou “planilha de item do imobilizado” para que o valor contabilizado da depreciação, somado às quotas já registradas anteriormente, não ultrapasse o valor contábil do respectivo bem.

### **INÍCIO E TÉRMINO DA DEPRECIAÇÃO**

A depreciação de um ativo começa quando o item está em condições de operar na forma pretendida pela administração, e cessa quando o ativo é baixado ou transferido do imobilizado. A depreciação não cessa quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação a não ser que o ativo esteja depreciado.

O imobilizado da CONAB está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa SRF n.º 162/98. No exercício de 2016 foi contabilizado como despesa o valor de R\$18.942mil contas do Ativo Imobilizado de 60.500 itens, às taxas de: 4% para edificações 10% para móveis e utensílios e de 20% para equipamentos de informática, máquinas, equipamentos e veículos.

**Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, no exercício de 2016, não foi efetuado o teste de recuperabilidade dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição deles, decorrente de ajuste patrimonial.

**PASSIVO** - O passivo corresponde ao agregado de todas as obrigações a curto e longo prazo da empresa para com terceiros.

Até o mês de dezembro/2016, as principais obrigações da Companhia, totalizaram o montante de R\$2.112.230 mil, com a seguinte composição:

**Obrigações a Pagar:** O total de R\$153.057mil, refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, referentes a aquisições de produtos, pagamento de subvenção do Prêmio Equalizador pago ao Produtor - PEPRO e outros, que serão pagos com recursos próprios e recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

**Provisões:** O total de R\$142.120mil, representa as provisões constituídas para IRPJ e CSLL e Contingências Passivas Prováveis (ações trabalhistas e tributárias) e apresenta a seguinte composição:

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Obrigações Fiscais com Estados e Municípios	7.434	4.741
Outras Provisões a Curto Prazo	134.686	181.155
<b>Total</b>	<b>142.120</b>	<b>185.896</b>

**Credores - Entidades e Agentes:** O total de R\$352.800mil refere-se aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA, garantidos pelos estoques, Créditos Tributários e Cédula do produtor Rural - CPR.

**Operações Especiais:** O total de R\$1.395.829mil, refere-se ao registro das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04, e serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recuperação dos créditos.

### 7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Gestão de Custos na Conab está sob a responsabilidade da Gerência de Mensuração de Custos e Precificação de Serviços-Gempe, estrutura orgânica subordinada à Superintendência de Controladoria e Riscos-Sucor, que está diretamente vinculada à Presidência da Companhia, de forma a “estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente” (art. 9.º, § 2.º da Lei 13.303/2016). A equipe é composta por 1 gerente, 2 analistas, 1 técnico de nível médio, 1 assessor e 1 menor-aprendiz.

A mensuração de custos da Companhia é apurada na Matriz e nas 27 Superintendências Regionais, consideradas unidades gestoras de custos, e estão relacionadas no site da Conab (<http://www.conab.gov.br/conab-superintendenciasRegionais.php>).

A Conab não possui um sistema próprio para apuração dos custos. Portanto, optou-se por utilizar o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC), desenvolvido pelo Serpro e coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que disponibiliza dados de sistemas estruturantes da administração pública federal (SIAFI, SIGPLAN e SIAPE) e permite a obtenção de informações de maneira prática, fidedigna e consistente, facilitando o acompanhamento, atualização e detalhamento dos custos. Trata-se de uma abordagem tecnológica para atuar com múltiplas dimensões (temporais, numéricas e organizacionais), permitindo a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades fins ou administrativas do setor público, como é previsto na NBC T 16.11.

A gestão de custos é dimensionada por unidades gestoras e também por programas finalísticos e apurados por agrupamentos de despesas, conforme a seguir: Atividades Administrativas, Gestão das Unidades Armazenadoras Próprias, Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora (Banco do Brasil), Cadastro e Credenciamento de Armazéns, Estudos das Perdas de Grãos, Avaliação e Pesquisa de Safra, Mercado de Opção, Aquisição do Governo Federal, Fiscalização do Seguro Rural, Fiscalização dos Estoques e das Operações, Distribuição de Alimentos, Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços, Programa de Garantia de Preço Mínimo para produtos da Sociobiodiversidade, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Vendas em Balcão, Geração e Difusão de Informação da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar, Promoção do Agronegócio Brasileiro no exterior e Desenvolvimento da Cafeicultura.

Na geração de informações relacionadas a custos diretos, os dados sobre a execução física são levantados junto às áreas da Matriz que coordenam os programas, enquanto a execução financeira é obtida no SIC. Os custos indiretos são também obtidos por meio do SIC, e, dependem da aplicação de direcionadores de custos para alocá-los aos programas finalísticos. Para tanto, utiliza-se Índices de Esforço por Programas, apurados por meio de videoconferências com os gestores das Superintendências (encarregados, gerentes e superintendentes) mediante aplicação de um questionário estruturado. Tais índices mensuram o percentual de tempo despendido para cada atividade e possibilita a alocação de custos indiretos. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea-CDS, foi utilizado como projeto-piloto na aplicação dos direcionadores para identificar o custo total por quilo do produto adquirido. Atualmente, estão sendo elaborados Relatórios de Custos que visam analisar os demais programas finalísticos da empresa.

A institucionalização do gerenciamento de custos na Conab tem provocado impacto na atuação dos gestores da Companhia. A divulgação das informações produzidas pela Gempe tem reflexo na cultura institucional sobre qualidade do gasto público. Isso pôde ser comprovado na entrega da análise do projeto-piloto (PAA/CDS) à área da Matriz responsável pela coordenação do programa: foram identificados gargalos e oportunidades de melhoria na atuação dos colaboradores nas Superintendências Regionais. Além disso, e também nesse sentido, ampliou-se as demandas

internas de gestores interessados em informações de custos como subsídio para tomada de decisões, como por exemplo, na remodelagem de processos.

Para subsidiar uma gestão mais estratégica, a Gempe, semestralmente, gera e encaminha às Sureg's, Relatório Gerencial com as informações de custos levantadas no SIC, o que permite ao gestor ou ordenador de despesa identificar onde estão sendo alocados seus gastos, otimizando o processo de tomada de decisão. Ainda nesse sentido, mensalmente é atualizado e distribuído, entre todos os gestores da Companhia, o Sumário Executivo – relatório que sintetiza dados de diversas áreas da Conab, contendo: acompanhamento orçamentário, quadro de pessoal, demonstrativo de estoques, conjuntura agropecuária e averiguação dos programas finalísticos; com vistas a subsidiar a tomada de decisão dos gestores. E, anualmente, é elaborado um Relatório de Custos específico de cada programa conforme análise de demandas.

#### 7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Sistema Financeiro e Contábil do Governo Federal – SIAFI - da UG CONAB 22211	<a href="http://intranet.conab.gov.br">intranet.conab.gov.br</a> / Planejamento e Finanças / Prestação de Contas / Demonstrações Contábeis

#### 7.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa do Valor do Adicionado e Notas Explicativas.	<a href="http://intranet.conab.gov.br">intranet.conab.gov.br</a> / Planejamento e Finanças / Prestação de Contas / Demonstrações Contábeis

#### 7.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
A Companhia é empresa pública de direito privado e não está sujeita a outra legislação específica para a elaboração das suas demonstrações contábeis a não ser as estabelecidas pela Lei 6.404/76.	<a href="http://intranet.conab.gov.br">intranet.conab.gov.br</a> / Planejamento e Finanças / Prestação de Contas / Demonstrações Contábeis

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

O conteúdo encontra-se no Anexo V.

### 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O conteúdo encontra-se no Anexo VI.

### 8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5.º da Lei 8.666/1993



**DECLARAÇÃO**

Para fins de atendimento ao disposto na CI Circular Nº 076/2017, no que se refere ao disposto no art. 5º da Lei Nº 8.666/1993, declaramos que a Companhia não elabora um cronograma prévio de pagamento, em razão dos seguintes motivos fáticos:

1. Considerando o disposto no Regimento Interno e demais normativos aplicáveis à espécie, os pagamentos no âmbito da Matriz, relativos ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, são realizados de acordo com o encaminhamento das Guias de Pagamento - GP pelas áreas responsáveis, respeitados os prazos de vencimentos informados nas referidas Guias. As referidas GPs constituem-se em documento oficial da Companhia, e são devidamente assinadas pelo agente responsável pela elaboração, pelo Gerente e pelo Superintendente de Área.
2. No âmbito das Superintendências Regionais os procedimentos são idênticos aos da Matriz. O papel da Superintendência de Orçamento e Finanças - SUOFI restringe-se à disponibilização orçamentária/financeira, de acordo com as demandas das Superintendências Regionais.

Brasília - DF, 15 de fevereiro de 2017.

  
**Everaldo Martins Chaves**  
Gerente de Programação Financeira

  
**Clayton David dos Santos**  
Gerente de Controle Financeiro de Operações Governamentais

  
**Dalmo Mendes Vieira**  
Superintendente de Orçamento e Finanças

## 9- Anexos e apêndices

### Anexo I: Complementa informações do item 1.1 – relação de UG

Todas as Unidades Gestoras da Conab apresentam a mesma Unidade Orçamentária e código SIAFI 22211.

UF	UG	Título	UG	Título	
Matriz	135100	Companhia Nacional de Abastecimento	135515	Gerência de Programação Financeira	
	135347	Núcleo do Estoque Estratégico - Sede	135516	Gerência de Execução Financeira	
	135348	Núcleo Estoque Regulador - Sede	135517	Ger de Cont Financ Oper Governamentais	
	135350	Presidência	135518	Gerência de Execução Contábil	
	135351	Gabinete	135519	Ger de Contr de Conv e Op Governamentais	
	135352	Assessoria da Presidência	135520	Gerência Fiscal e Tributária	
	135353	Super. de Marketing e Comunicação - Sumac	135521	Gerência de Cálculo e Análise Contábil	
	135354	Auditoria Interna	135522	Gerência de Cadastro de Pessoal	
	135355	Procuradoria Geral - Proge	135523	Gerência de Folha de Pagamento	
	135356	Diretoria de Política Agríc e Informações	135524	Gerência de Benef Segur e Medic do Trabalho	
	135359	Gerência de Programação Exec Orçament	135525	Gerência Matéria Apur Licitações e Contratos	
	135360	Diretoria de Operações e Abastecimento	135526	Gerência de Matéria Judicial - Gemaj	
	135361	Gerência da Rede de Armazéns Próprios	135527	Gerência de Carreiras e Remuneração - Gecar	
	135362	Gerência de Movimentação de Estoques	135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento	
	135363	Gerência Form e Controle de Estoque	135535	Superintendência de Suporte a Agric.Familiar	
	135365	Gerência de Execução Operacional	135536	Ger de Acomp Contr das Ações da Ag Fam	
	135366	Gerenc Programas Sociais de Abastecimento	135537	Ger Prog Operacional da Agr Familiar-Gepaf	
	135368	Diret Administ Financ e de Fiscalização	135538	Gerência de Geotecnologias - Geote	
	135369	Superintendência de Contabilidade	135542	Gerência de Auditoria - Geaud	
	135370	Superintendência de Orçamento e Finanças	135543	Gerência de Desenv. Técnico-Operacional	
	135371	Gerência de Execução Orçamentária	135573	Gerência de Contratos e Seguros - Gecos	
	135373	Superintendência de Administração	135574	Ouvidoria	
	135374	Superintendência de Relações do Trabalho	135575	Gerência de Processos Especiais - Gepre	
	135375	Gerência de Sistemas e Informação	135576	Ger. de Modernização do Merc Hortigranjeiro	
	135377	Gerência de Material e Patrimônio-Gemap	135577	Prog Nações Unidas para o Desenvolvimento	
	135378	Pessoal a Disposição de Outros Órgãos	135578	Diretoria de Gestão de Pessoas - Digep	
	135388	Gerência Adm Rede e Segur Informação	135579	Superint de Desenvolvimento de Pessoas	
	135390	Gerência de Cadastro e Cobrança	135580	Ger de Modelagem Organizacional - Gemor	
	135450	Superintendência de Abastecimento Social	135581	Gerência de Controle de Relações de Trabalho	
	135452	Gerência de Desenv Pessoas e de Qualidade	135582	Gerência de Avaliação Operacional	
	135454	Superintendência Operações Comerciais	135588	Gerência de Operações Especiais	
	135455	Ger de Fiscalização e Vistoria de Estoques	135590	Gerência de Engenharia de Software - Gesof	
	135456	Gerência de Comercialização de Estoque	135591	Gerência de Suporte Técnico - Gesut	
	135468	Corregedoria Geral	135592	Gerência Prod. da Sociobiodiversidade-Gebio	
	135469	Gerência de Imprensa	135593	Gerência de Serviço de Assist à Saúde-Gesas	
	135470	Gerência de Promoção Institucional	135594	Ger Documentação e Informação - Gedin	
	135477	Controladoria	135595	Unidade Mercado de Opções - Sede	
	135495	Superint. Gestão Tecnol. da Informação	135604	Gerência de Armazenagem	
	135496	Superint.de Informações do Agronegócio	135616	Superintendência de Controladoria e Riscos	
	135497	Superint de Gestão da Oferta-Sugof	135617	Gerência de Riscos Corporativos	
	135498	Gerência de Levant. e Avaliação de Safras	135618	Gerência Mens. de Custos e Prec. de Serviços	
	135499	Gerência de Informações Técnicas	135619	Gerência de Controles Internos	
	135500	Gerência de Custos de Produção	135620	Superintendência de Estratégia e Organização	
	135501	Gerência de Inform de Estoques Privados	135621	Gerência de Planejamento Estratégico	
	Matriz	135502	Gerência de Alimentos Básicos	135622	Superint. de Acompanhamento das Regionais
		135503	Gerenc Fibras Prod Especiais e Regionais	135623	Superintendência de Logística Operacional

UF	UG	Título	UG	Título	
	135504	Gerência de Oleaginosas e Prod Pecuários	135624	Gerência de Programação em Logística	
	135505	Superint de Fiscalização de Estoques	135631	Gerência de Mat Final Resid e Trabalhista	
	135506	Superintendência Armazenagem - Suarm	135632	Conselho de Administração	
	135507	Gerência de Sup Tec Operac Agronegócio	135633	Conselho Fiscal	
	135509	Gerência de Classif e Controle de Qualidade	135634	Gerência de Matéria Trabalhista	
	135510	Gerência de Cadastro e Credenc de Armazéns	135635	Gerência Apoio Neg Com Emp Familiares	
	135511	Gerência de Parcerias Institucionais	135636	Ger de Int Anal Econ e Projetos Especiais	
	135512	Gerência de Apoio Administrativo - Gerad	135637	Assessoria de Apoio aos Órgãos Colegiados	
	135513	Ger de Protocolo, Arquivo e Telecomunic	135638	Assessoria de Relações Internacionais	
	135514	Gerência de Seguros - Gerse	135639	Assessoria de Relacionamento Parlamentar	
	AC	135229	UA Rio Branco	135530	MO/AC
		135240	Unid Estoque Estratégico/AC	135547	Unidade Conab PAA/AC
		135241	Núcleo Estoque Regulador/AC-PGPM	135605	Conab Sede Sureg Acre
	AL	135294	UA/Maceió	135586	Conab Sede Sureg Alagoas
135295		Unid Estoque Estratégico/AL	135601	Unidade Conab PAA/AL	
135296		Núcleo Estoque Regulador/AL-PGPM	135610	Unidade Armazenadora Palmeira dos Índios	
135439		MO/Alagoas			
AM	135045	Conab Sede Sureg Amazonas	135248	Núcleo Estoque Regulador/AM-PGPM	
	135246	UA/Manaus	135435	MO/Amazonas	
	135247	Unid Estoque Estratégico/AM	135553	Unidade Conab PAA /AM	
AP	135596	Conab Sede Sureg Amapá	135600	Unidade Estoque Estratégico Amapá	
	135598	Unidade Conab PAA /AP	135614	Unidade Armazenadora Macapá Central	
	135599	Unidade Mercado de Opções Amapá	135630	Núcleo Estoque Regulador/AP-PGPM	
BA	135101	Conab Sede Sureg Bahia	135558	Unidade Conab PAA /BA	
	135103	UA/Itaberaba	135564	Unidade Armazenadora de Entre Rios	
	135112	Núcleo Estoque Regulador/BA-PGPM	135565	Unidade Armazenadora Ribeira do Pombal	
	135113	Unid Estoque Estratégico/BA	135566	Unidade Armazenadora Teixeira de Freitas	
	135114	Unid Cent. Irecê	135585	UA de Sta Maria da Vitória	
	135425	MO/Bahia			
CE	135000	UA/Russas	135133	UA/Iguatu	
	135115	Conab Sede Sureg/CE	135329	UA/Senador Pompeu	
	135116	Unidade Estoque Estratégico/CE	135447	MO/Ceará	
	135117	Núcleo Estoque Regulador/CE-PGPM	135552	UA/Crateús	
	135118	UA/Maracanaú	135597	Unidade Conab PAA /CE	
	135130	UA/Juazeiro do Norte	135612	Unidade Armazenadora Icó	
	135131	UA/Sobral			
DF	135626	Conab Sede Sureg/DF	135428	MO/DF	
	135153	UA/Brasília	135167	Unid Estoque Estratégico/DF	
	135169	Silo Búffalo	135168	Núcleo Estoque Regulador/DF-PGPM	
	135571	Unidade Conab PAA/DF			
ES	135311	Unid Estoque Estratégico/ES	135465	Unidade Armazenadora Colatina	
	135312	Núcleo Estoque Regulador/ES-PGPM	135481	Unidade Armazenadora Camburi	
	135441	MO/Espírito Santo	135559	Unidade Conab PAA/ES	
	135458	Conab Sede Sureg ES	135625	UA Cachoeiro de Itapemirim	
GO	135141	Conab Sede Sureg Goiás	135149	UA/São Luís Montes Belos	
	135142	Unidade Estoque Estratégico/GO	135152	UA/Santa Helena	
	135143	Núcleo Estoque Regulador/GO	135161	Unidade Central de Itapuranga	
	135145	UA/Palmeiras de Goiás	135410	UA Porteirão	
	135146	UA/Paraúna	135427	MO/GO	
	135147	UA/Pontalina	135449	UA/Goiânia	
	135148	UA/Rio Verde	135540	Unidade Conab PAA/GO	
MA	135170	Conab Sede Sureg Maranhão	135429	MO/Maranhão	
	135171	Unid. Estoque Estratégico/MA	135550	Unidade Conab PAA/MA	
	135172	Núcleo Estoque Regulador/MA-PGPM	135569	Unidade Armazenadora de Balsas	
	135173	Unidade Armazenadora de Itaqui	135175	UC/São Luis	
	135174	UA/Imperatriz			
MG	135182	Conab Sede Sureg Minas Gerais	135475	UA Conceição do Rio Verde	

UF	UG	Título	UG	Título
	135183	Unid. Estoque Estratégico/MG	135482	UA/Juiz de Fora
	135184	Núcleo Estoque Regulador/MG-PGPM	135483	Unidade Armazenadora Varginha
	135185	UA/Uberaba	135491	UA/Perdões
	135186	UA/Uberlândia	135492	UA/Campos Altos
	135187	UA/Passa Quatro	135494	UA/Montes Claros
	135431	MO/MG	135562	Unidade Conab PAA/MG
	135474	UA São Sebastião do Paraíso		
MS	135192	Conab Sede Sureg Mato Grosso Do Sul	135200	UA/São Gabriel d'Oeste
	135193	Núcleo Estoque Regulador/MS-PGPM	135201	UA/Sidrolândia
	135194	UA/Campo Grande	135397	UA/Chapadão do Sul
	135195	UA/Dourados	135402	Unidade Estoque Estratégico/MS
	135196	UA/Cassilândia	135432	MO/Mato Grosso do Sul
	135197	UA/Maracaju	135551	Unidade Conab PAA/MS
135199	UA/Rio Brillhante			
MT	135043	MO/Mato Grosso	135216	UA/Rondonópolis I
	135209	Conab Sede Sureg Mato Grosso	135218	UA/Sorriso
	135210	Unid. Estoque Estratégico/MT	135221	UA/Chapada dos Guimarães
	135211	Núcleo Estoque Regulador/MT-PGPM	135224	UA/Sinop
	135214	Unidade Armazenadora Cuiabá	135446	UA/Alta Floresta
135215	UA/Diamantino	135539	Unidade Conab PAA/MT	
PA	135242	Conab Sede Sureg Para	135393	UA/Santarém
	135243	Unid Estoque Estratégico/PA	135434	MO/Para
	135244	Núcleo Estoque Regulador/PA	135532	UA/Maraba
	135245	UA/Ananindeua	135546	Unidade Conab PAA/PA
PB	135288	UA/João Pessoa	135476	Conab Sede Sureg Paraíba
	135289	UA/Campina Grande	135602	Unidade Conab PAA/PB
	135300	Unid. Estoque Estratégico/PB	135607	Unidade Armazenadora de Patos
	135301	Núcleo Estoque Regulador/PB-PGPM	135608	Unidade Armazenadora de Monteiro
135464	MO/Paraíba			
PE	135285	Conab Sede Sureg Pernambuco	135298	UA/Arcoverde
	135286	Unid. Estoque Estratégico/PE	135438	MO/Pernambuco
	135287	Núcleo Estoque Regulador/PE-PGPM	135563	Unidade Conab PAA/PE
	135290	UC/Recife		
PI	135178	UA/Teresina	135345	Conab Sede/Sureg PI
	135179	UA/Picos	135462	UA/Parnaíba
	135180	Unid. Estoque Estratégico/PI	135463	Unid. Merc. Opções Piauí
	135181	Núcleo Estoque Regulador/PI-PGPM	135541	Unidade Conab PAA/PI
	135217	UA/Floriano		
PR	135265	Conab Sede Sureg Paraná	135271	UA/Apucarana
	135266	Unid. Estoque Estratégico/PR	135396	UA/Rolândia
	135267	Núcleo Estoque Regulador/PR-PGPM	135437	Unidade Mercado Opção/PR
	135268	UA/Cambe	135544	Armazém Frigorífico Curitiba
	135270	UA/Ponta Grossa I	135545	Unidade Conab PAA /PR
RJ	135305	Conab Sede Sureg Rio de Janeiro	135308	UA/Lira Tavares
	135306	Unid. Estoque Estratégico/RJ	135440	MO/Rio de Janeiro
	135307	Núcleo Estoque Regulador/RJ-PGPM	135561	Unidade Conab PAA /RJ
	135420	UGR/Hortomercado Humaitá	135423	UGR/Hortomercado Campinho
	135421	UGR/Hortomercado Leblon	135424	UGR/Hortomercado Irajá
	135422	UGR/Hortomercado Meier		
RN	135119	UA/Natal	135534	Unidade Armazenadora Assu
	135138	UA/Mossoró	135567	Unidade Armazenadora Currais Novos
	135139	Unid. Estoque Estratégico/RN	135568	Unidade Armazenadora Natal-Caiapós
	135140	Núcleo Estoque Regulador/RN-PGPM	135611	Unidade Armazenadora de Caicó
	135448	MO/Rio Grande do Norte	135615	Unidade Armazenadora Umarizal
	135457	Conab Sede Sureg Rio Grande do Norte	135627	Unidade Armazenadora João Câmara
135533	Unidade Conab PAA/RN			

UF	UG	Título	UG	Título
RO	135136	UA/Cacoal	135228	Núcleo Estoque Regulador/RO-PGPM
	135219	UA/Porto Velho	135433	MO/Rondônia
	135220	UA/Vilhena	135461	Conab Sede Sureg Rondônia
	135227	Unid. Estoque Estratégico/RO	135548	Unidade Conab PAA/RO
RR	135436	MO/Roraima	135570	Unidade Estoque Estratégico Roraima
	135554	Unidade Conab PAA/RO	135587	Conab Sede Sureg Roraima
	135557	Unidade Armazenadora Boa Vista	135606	Núcleo Estoque Regulador/RR-PGPM
RS	135315	Conab Sede Sureg Rio Grande do Sul	135319	AF/Porto Alegre
	135316	Unid. Estoque Estratégico/RS	135322	UA/Porto Alegre
	135317	Núcleo Estoque Regulador/RS-PGPM	135442	Mo/Rio Grande do Sul
	135318	UF/Augusto A. Leitão	135556	Unidade Conab PAA /RS
SC	135276	UA/Herval d'Oeste	135445	MO/Santa Catarina
	135278	Unid. Estoque Estratégico/SC	135549	Unidade Conab PAA /SC
	135279	Núcleo Estoque Regulador/SC-PGPM	138011	UA São José
	135284	Conab Sede Sureg Santa Catarina		
SE	135110	Unid. Estoque Estratégico/SE	135426	MO/Sergipe
	135111	Núcleo Estoque Regulador/SE-PGPM	135572	Unidade Conab PAA/SE
	135416	UA Itabaiana	135629	Conab Sede Sureg Sergipe
SP	135325	Conab - Sede Sureg São Paulo	135486	UA/Carapicuíba
	135326	Unid. Estoque Estratégico/SP	135487	UA/Garça
	135327	Núcleo Estoque Regulador/SP-PGPM	135531	UA/Bernardino de Campos
	135331	UA/Bauru	135555	Unidade Conab PAA/SP
	135330	UA/Mooca	135613	Unidade Serv. Term. Pesqueiro Publico Santos
	135443	MO/São Paulo		
TO	135337	Conab Sede Sureg Tocantins	135417	UA Rio Formoso
	135338	Unid. Estoque Estratégico/TO	135444	MO/Tocantins
	135339	Núcleo Estoque Regulador/TO-PGPM	135560	Unidade Conab PAA/TO
	135340	UA/Araguaína		

## Anexo II: Complementa item 2.3.1 – principais clientes

	UF	CNPJ/CPF	Razão Social	Produto	Quant (t)	Valor (R\$)
Privado	DF	84.046.101/0383-28	Bunge Alimentos S/A	Trigo em grãos	42.070	34.074.398
	MG	60.498.706/0134-88	Cargil Agrícola S/A	Milho em grãos	39.739	21.372.422
	MA	64.904.295/0027-42	Camil Alimentos S/A	Arros em grãos	33.547	45.842.703
	MA	88.301.155/0023-14	Moinhos Cruzeiro do Sul S/A	Trigo em Grãos	22.273	16.784.706
	PR	76.255926/0001-90	Cia Iguaçu de Café Solúvel	Café em grãos	19.511	124.666.002
	MG	03.861.512/0001-30	Indústria Alimentícia Marata Ltda	Café em grãos	15.311	126.035.630
	MG	25.650.383/0001-74	Cocal Cereais Ltda	Arroz em grãos	15.050	11.889.846
	PR	00.993.264/0002-74	Integrada Coop Agroindustrial	Trigo em Grãos	6.889	3.989.979
	<b>Total Privado</b>					<b>194.390</b>
Público	MG	26.461.699/0345-90	Conab – Contrato de Opção/MG	Café Arábica	81.229	415.180.863
	PI	26.461.699/0358-04	Conab – Contrato de Opção/PI	Milho em grãos	24.693	6.260.803
	RN	26.461.699/0346-70	Conab – Mercado Opção/RN	Milho em grãos	19.814	5.800.691
	PB	26.461.699/0375-05	Conab – Mercado Opção/PB	Milho em grãos	18.572	4.656.723
	GO	26.461.699/0357-23	Conab – Contrato Opção/GO	Milho em grãos	17.523	4.174.924
	CE	26.461.699/0368-86	Conab – Contrato Opção/CE	Milho em grãos	14.143	3.516.096
	PR	26.461.699/0233-93	Conab – PGPM/PR	Farinha mandioca	7.359	6.577.809
	PE	26.461.699/0350-57	Conab – Contrato Opção/PE	Milho em grãos	10.661	2.557.313
<b>Total Público</b>					<b>193.994</b>	<b>448.725.222</b>

## Anexo III: Complementa item 3.1 e 3.2 – indicadores de desempenho

### Descrição de cada indicador de desempenho

<b>1</b>	<b>Nome</b>	<b>Execução das operações de subvenção (PEP, PEPRO e VEP) demandadas</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Quantidade envolvendo todas as operações demandadas refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do Ministério demandante, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, precedente obrigatório a cada lançamento do programa.
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Q_n/Q_d) \times 100$ onde: $Q_n$ =Quantidade ofertada e $Q_d$ =Quantidade demandada
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Suope

<b>2</b>	<b>Nome</b>	<b>Percentual de demandas de leilões atendidas dentro do prazo</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Avalia o índice de atendimento nos prazos estabelecidos nas solicitações dos clientes demandantes
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Q_s/Q_r) \times 100$ onde: $Q_s$ =Quantidade de leilões solicitados e $Q_r$ =Quantidade de leilões realizado no prazo estabelecido na demanda
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Suope

<b>3</b>	<b>Nome</b>	<b>Executar 95% do orçamento disponibilizado ao PAA pelos Ministérios parceiros (MDS e MDA)</b>
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	95% do total do orçamento disponível
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supaf

<b>4</b>	<b>Nome</b>	<b>Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do País</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Identifica a abrangência do programa no país
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(M_{ap}/T_{mp}) \times 100$ onde: $M_{ap}$ =Municípios atendidos pelo programa e $T_{mp}$ =Total de municípios do país
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supaf

<b>5</b>	<b>Nome</b>	<b>Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Identifica o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(M_p/T_p) \times 100$ onde $M_p$ =Mulheres produtoras contempladas e $T_p$ =Total de Produtores atendidos.
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supaf

<b>6</b>	<b>Nome</b>	<b>Custo médio anual nas execuções da fiscalização</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha os valores médios investidos com a fiscalização para cada vistoria realizada. Meta : menor R\$385,00 por vistoria realizada
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$D_f/Q_f$ , onde: $D_f$ =Despesas da fiscalização (R\$) e $Q_f$ =Quantidade vistoria realizada O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros).
	<b>Unidade de Medida</b>	Em reais
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Sufis/Gefis, Gesup e Gecoq

<b>7</b>	<b>Nome</b>	<b>Quantidade de produtos fiscalizados</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano Meta: 100 % dos estoques públicos contabilizados
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados acumulados e Ec=total do Estoque contábil acumulado
	<b>Unidade de Medida</b>	Tonelada
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Sufis/Gefis

<b>8</b>	<b>Nome</b>	<b>Índice de desvio de produtos armazenados</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha os desvios de estoques governamentais
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (t) e Ef=total de Estoque fiscalizado (t)
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Sufis/Gefis

<b>9</b>	<b>Nome</b>	<b>Índice de Perdas de produtos armazenados</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha as Perdas de estoques governamentais
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(PA/Ef) \times 100$ onde PA=total de Perdas Apuradas (t) e Ef=total de Estoque fiscalizado (t)
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Sufis/Gefis

<b>10</b>	<b>Nome</b>	<b>Economia potencial gerada pela fiscalização</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha a economia proporcionada pela fiscalização a cada real custeado. Meta maior que 10 vezes a cada real aplicado
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$PD * Pme / Df$ onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (t) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. Economia potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e no aguardo de indenização ao governo
	<b>Unidade de Medida</b>	Real
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Sufis/Gefis

<b>11</b>	<b>Nome</b>	<b>Percentual de relatórios de supervisão recebidos</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Monitora a realização das supervisões técnicas por parte dos Rts (responsáveis técnicos) nas UA's próprias.
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Nre/4 * Nua's) * 100$ onde Nre= Número de relatórios recebidos e Nua's= Número de unidades armazenadoras.
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Suarm/Gearm

<b>12</b>	<b>Nome</b>	<b>% de Capacidade Estática sob certificação</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Acompanha a evolução da certificação das unidades próprias e se estão, dessa maneira, obedecendo o escalonamento segundo normativo vigente
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Cec/Cet) * 100$ onde: Cec= Capacidade estática certificada e Cet= Capacidade estática total. Tabulação do percentual de capacidade estática certificado
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Semestral/Anual

Fonte: Suarm/Gearm

<b>13</b>	<b>Nome</b>	<b>Percentual de cestas de alimentos entregue, tendo como base o volume total programado</b>
-----------	-------------	--

<b>Descrição e forma de análise</b>	Identifica o nível de atendimento das demandas para aquisição e distribuição de cestas de alimentos (TC MDS/CONAB)
<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(QD/QP)*100$ onde: QD= Quantidade de cestas de alimentos distribuídas e QP= Quantidade de cestas de alimentos previstas para o segmento assistido/período.
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Periodicidade de Medição</b>	Bimestral/Anual

Fonte: Supab/Gepri

<b>14 Nome</b>	<b>Percentual da demanda de milho anual aprovada efetivamente disponibilizada no Programa de Vendas em Balcão</b>
<b>Descrição e forma de análise</b>	Determina o desempenho do abastecimento do PROVB por meio da indicação do quantitativo anual disponibilizado para atendimento aos clientes do Programa
<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(Qd)/Qa)*100$ , onde: Qd = Quantidade anual disponibilizada para venda; e Qa = Quantidade anual aprovada em Resoluções e/ou Portarias
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supab/Gepab e Gemov

<b>15 Nome</b>	<b>Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados a plataforma Preços Diários e Médios da Conab/Prohort</b>
<b>Descrição e forma de análise</b>	Analisa o percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros que disponibilizam informações de preços por meio da plataforma Preços Diários e Médios da Conab/Prohort
<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(MAi)/MA)*100$ onde, MAi=Mercados atacadistas integrados a plataforma Preços Diários e Médios da Conab/Prohort e MA=Total de Mercados Atacadistas
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supab/Gehor

<b>16 Nome</b>	<b>Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados ao Sistema de Informações Setoriais de Comercialização-SISCOM, da Conab/Prohort</b>
<b>Descrição e forma de análise</b>	Analisa o percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros que disponibilizam informações acerca da quantidade e valor financeiro de hortigranjeiros comercializados por meio da base SISCOM da Conab/Prohort
<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(MAi)/MA)*100$ onde, MAi=Mercados atacadistas integrados ao SISCOM da Conab/Prohort e MA=Total de Mercados Atacadistas
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supab/Gehor

<b>17 Nome</b>	<b>Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados ao Sistema de Informações de Mercados Atacadistas do Brasil-SIMAB, da Conab/Prohort</b>
<b>Descrição e forma de análise</b>	Analisa o percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros que fornecem informações sobre quantidade, valor, preços comercializados e origens dos hortigranjeiros disponibilizados por meio do SIMAB da Conab/Prohort
<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(MAi)/MA)*100$ onde, MAi=Mercados atacadistas integrados ao SIMAB da Conab/Prohort e MA=Total de Mercados Atacadistas
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Supab/Gehor

<b>18 Nome</b>	<b>Área plantada com grãos</b>
<b>Descrição e forma de análise</b>	Identifica a área plantada com grãos no país
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Somatório das áreas de produção de Algodão em caroço, Arroz, Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Mamona, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale.
<b>Unidade de Medida</b>	Hectares
<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Suinf/Geasa

19	<b>Nome</b>	<b>Evolução da produção nacional de grãos</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Somatório da produção de algodão em caroço, arroz, amendoim, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale
	<b>Unidade de Medida</b>	Hectares
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Suinf

20	<b>Nome</b>	<b>N. de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	Que todos os empregados passem por um treinamento de, no mínimo, 12 horas por ano
	<b>Unidade de Medida</b>	Número
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Sudep/Gecap

21	<b>Nome</b>	<b>% de pessoas que passaram por treinamento para desenvolvimento futuro</b>
	<b>Descrição e forma de análise</b>	3% do lotaciograma, ao ano
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	Total de treinandos/3% do total de empregados
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Periodicidade de Medição</b>	Anual

Fonte: Sudep/Gecap

## Anexo IV: Complementa item 3.1.1 – índice de efetividade dos instrumentos de política agrícola

### Objetivo estratégico

Avaliar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos

### Intenção do indicador

Mensurar, avaliar e acompanhar a eficácia dos objetivos propostos dos instrumentos da política agrícola com atuação da Conab, medindo o impacto da entrada do Governo como garantidor de renda, e, especialmente, o efeito sobre os preços ao nível do produtor.

### Descrição do indicador

Foi escolhido um índice já conhecido na literatura - o Coeficiente de Pearson-, que de forma simplificada mede o grau de associação entre dois fenômenos, no caso específico das intervenções da política Agrícola, são: quantidade de produto injetado, ou retirado do mercado e preço desse produto.

Tecnicamente o Índice de Efetividade é calculado através do Coeficiente de Correlação de Pearson, que é uma medida de associação linear entre variáveis. O sinal indica a relação entre as variáveis: direta (positiva) - ambas crescem ou decrescem; ou inversa (negativa) - uma cresce e outra decresce. Já o valor, sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis. Dessa forma, pode-se inferir que o resultado esperado das ações governamentais é uma relação inversa, ou seja, quanto mais produto injetado no mercado, menor o preço, ou, quanto maior a quantidade de produto retirado (comprado, ou removido) do mercado, maior o preço.

Uma das principais características da utilização deste coeficiente para a análise em tela é que é adimensional, ou seja, o mesmo permite a comparação entre medidas de unidades diferentes, como volume de produto em quilogramas (Kg) e Preço de Mercado, em Reais por quilograma (R\$/Kg).

A equação de cálculo do Coeficiente de Pearson é a seguinte:

$$CP = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:

x<sub>i</sub> = Preço recebido pelo produtor em cada mês.

x = Média de preço recebido pelo produtor dos 12 meses do ano agrícola.

y<sub>i</sub> = Volume utilizado (compra ou venda) no mês.

y = Média do volume utilizado (compra ou venda) nos 12 meses do ano

Aos valores de aquisição, ou subsídio do Governo foi atribuído valor positivo, já para as vendas, negativo.

Nos gráficos, deve-se observar, no eixo das quantidades de produto, que, como o AGF e as subvenções têm o mesmo objetivo (retirar produto do mercado) suas quantidades são somadas, formando uma única quantidade de sinal positivo; já as vendas têm sinal negativo.

### Análise do resultado do indicador

Estudos técnicos<sup>1e2</sup> classificaram as variações do valor de “CP” da seguinte forma: CP = 0,10 até 0,30 (fraco); CP = 0,40 até 0,6 (moderado); CP = 0,70 até 1 (forte).

Do valor de “CP”, pode-se inferir com que força a aplicação dos instrumentos de política agrícola influenciaram a variação do preço de mercado. Considerando a vasta quantidade de variáveis do mercado e a força dessas variáveis, as ações podem ser entendidas como efetivas, no sentido de elevar ou reduzir os preços, quando o “CP” atinge valores classificados como moderado e forte. Portanto, as metas devem ser superiores a scores 0,30, visto que valores abaixo disso indicam fraca força de atuação do instrumento no preço recebido pelo produtor.

### Resultado da aplicação do indicador na utilização dos instrumentos de política agrícola

As análises foram feitas nas praças mais representativas nos aspectos de produção, comercialização e volume de operações.

Produto	Pearson
Milho - MT	0,54
Trigo - PR	-0,50
Feijão - PR	0,36
Arroz - RS	-0,15

Como pode ser visto na tabela acima, os coeficientes Pearson, medidos para o milho, feijão e arroz foram, respectivamente, 0,54; 0,36; e -0,15. Segundo a natureza do coeficiente, espera-se que a ação do governo promova um sinal negativo no índice (quanto menor a quantidade de produto no mercado, maior o preço). No entanto, para os citados produtos, a atuação utilizada foi a de venda dos estoques, devido o ciclo 2015/16 ter sido marcado por preços altos e baixa oferta interna.

Face aos baixos estoques públicos, os leilões de venda não foram capazes de promover significativas mudanças na média nacional de preços ao produtor, apesar de impulsionar, localmente, nas principais zonas de comercialização, o controle da alta desenfreada e mitigação da reduzida oferta de arroz e milho. Além disso, as vendas tiveram a função de realizar a gestão dos estoques, devolvendo-os ao mercado e assim, ressarcindo (em parte, ou completamente) os recursos públicos dispendidos para a aquisição e manutenção desses estoques.

Já para o trigo, como apresentado na tabela acima, foi identificado um efeito moderado (-0,50), ou seja, houve importante influência das operações da PGPM sobre o preço ao produtor. Percebeu-se, pois, uma desaceleração na queda dos preços, e tanto o anúncio das 2.259.000 toneladas de intervenção como o início das operações em dezembro, com 67,7 mil toneladas de Peppo que contribuíram de forma importante para isso.

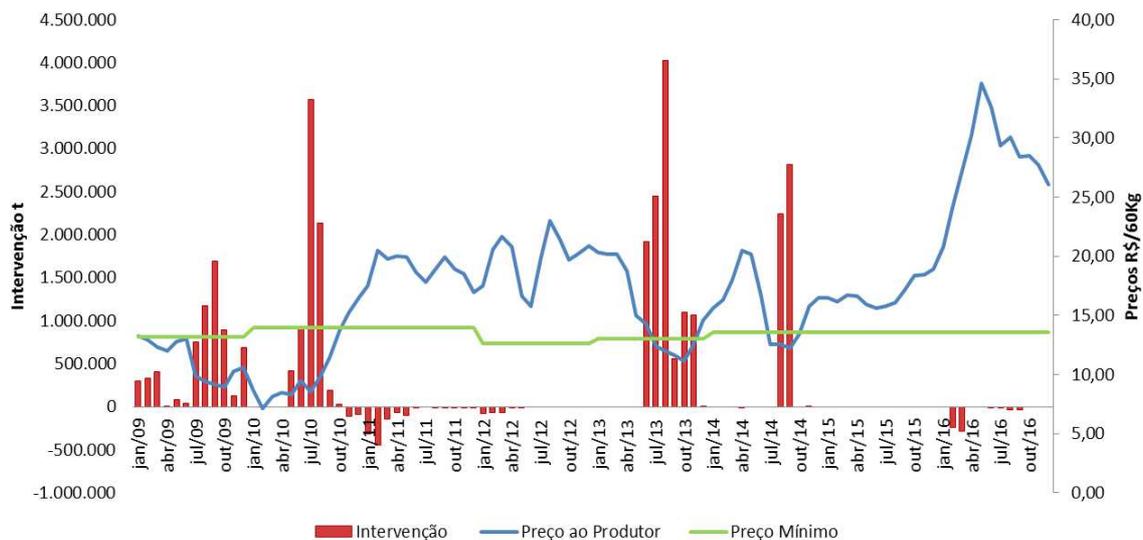
### Gráficos de Preços e operações\*

\*Os valores de sinal positivo (acima do eixo horizontal) representam o volume das operações de formação de estoque, já os valores de sinal negativo (abaixo do eixo horizontal) representam operações de venda de estoques.

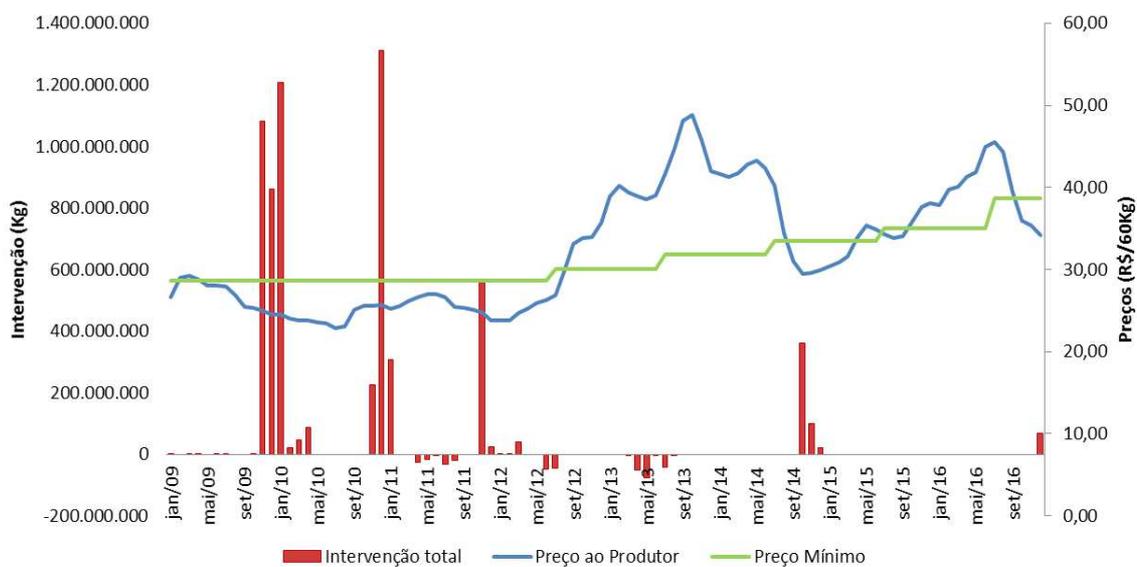
<sup>1</sup>COHEN, Jacob. (1988), Statistical power analysis for the behavioral sciences. Hillsdale, NJ, Erlbaum; e

<sup>2</sup>DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre, Artmed

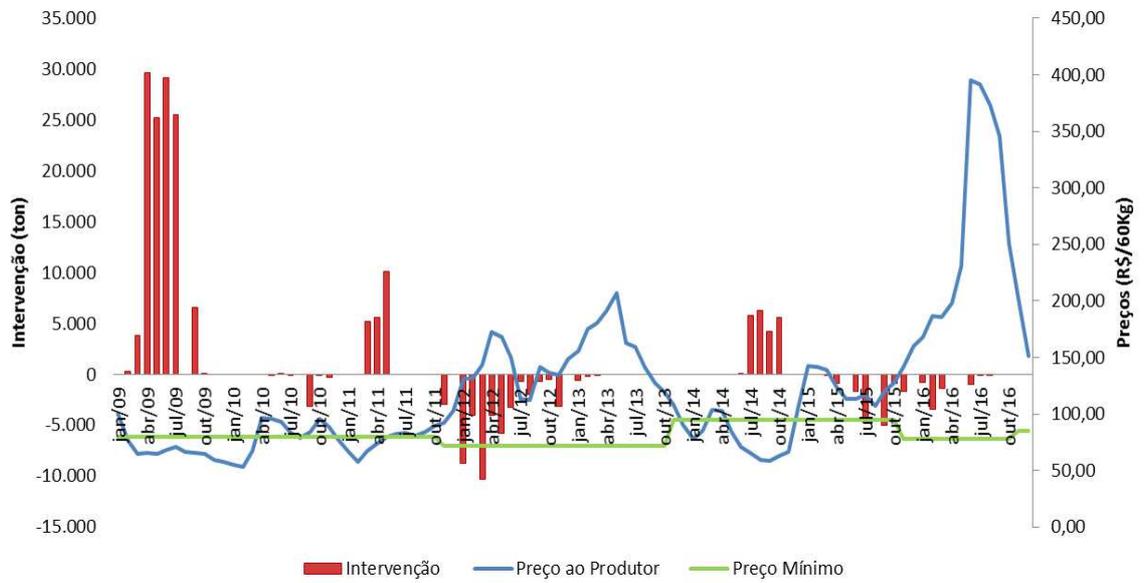
### Milho - MT



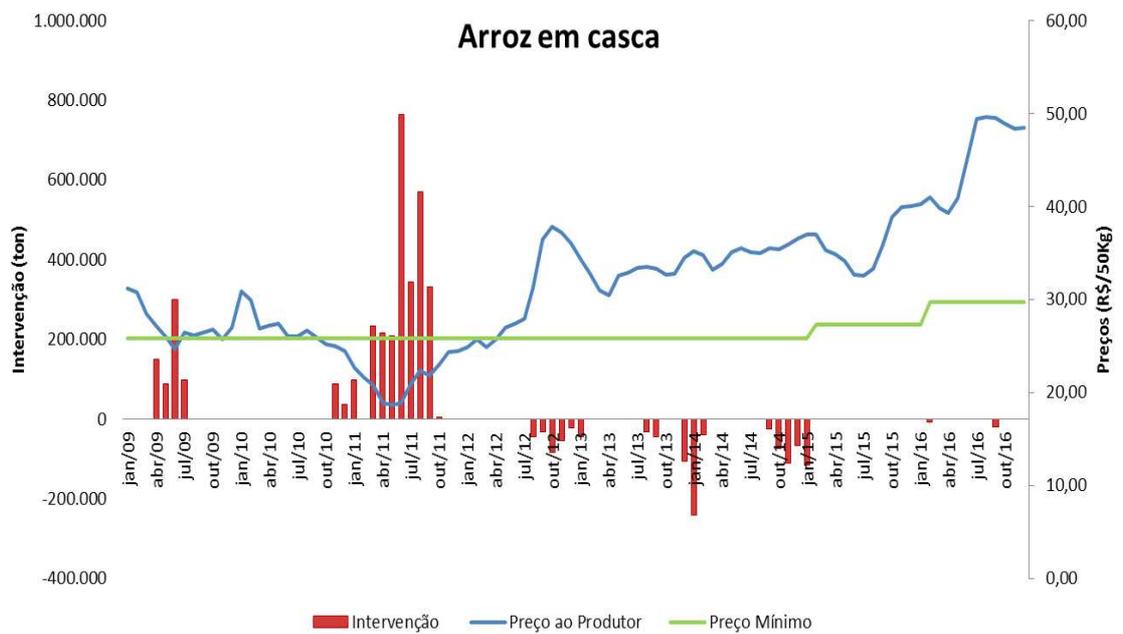
### Trigo - PR



### Feijão Cores - PR



### Arroz em casca



## Anexo V: Item 8.1 – tratamento das deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	N.º do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão N.º 63/2016 – TCU – Plenário	1.6.1.	Diz respeito a decisão em reconhecer a	A Sureg/RJ informou que o
	1.6.2.	representação formulada por Valez Brasil	procedimento licitatório foi revogado
	1.6.3.	Participações Ltda., em face da Concorrência	pelo Voto DIAFI 56/2015, em 4.11.2015,
		Pública 1/2015 e, no mérito considerá-la e devidamente comunicado ao juízo da	29ª Vara Federal do Estado do Rio de
		parcialmente procedente, com determinações e	Janeiro, que o contrato emergencial
		recomendações à Sureg/RJ, conforme a seguir: Janeiro, que o contrato emergencial	- que elabore estudo adequado a estabelecer os
		- que elabore estudo adequado a estabelecer os	outorgando a administração dos
		valores mínimos de retribuição por parte da	estacionamentos dos Hortomercados
		permissionária responsável pelos	Leblon e Humaitá já se encontra em fase
		estacionamentos dos hortomercados do Leblon	de finalização, com a contratação da
		e de Humaitá, uma vez que os valores que	empresa BH Park Estacionamento, a
		constaram no item 9 no termo de referência da	partir de 29.1.2016, pelo prazo de 180
		Concorrência Pública 1/2015 (revogada) não	dias, e que a licitação normal em curso
		estavam suportados por cálculos que levem em	deve ser concluída em 60 dias, como
		consideração parâmetros como o fluxo atual	também as determinações e
		de veículos, valor da hora do estacionamento e	recomendações constantes do acórdão
		taxa de retorno da empresa, entre outras	em baila.
		variáveis, encaminhando a este Tribunal cópia	Pelo Acórdão n.º 827/2016 – TCU –
		do resultado conclusivo no prazo de trinta dias	Plenário houve aquiescência ao pleito de
		a partir da notificação.	dilação do prazo.
		- recomendar que avalie a conveniência e	Pelo OFÍCIO SUREG/RJ N.º 390, de
		oportunidade de manter em funcionamento o	25.4.2016, foram apresentados os
		hortomercado do Leblon, uma vez constatada	esclarecimentos em face do Acórdão n.º
		a baixa atratividade do local.	63/2016.
		- dar ciência acerca das seguintes falhas	A licitação foi deflagrada em 30.5.2016,
		constatadas no âmbito da Concorrência	sendo vencedora do pregão presencial
		Pública 1/2015:	n.º 01/2016, a empresa SANDRA
		exigência de capital social “devidamente	MARIA FONSECA NOGUEIRA-ME,
		integralizado” sem respaldo da Lei de	CNPJ: 05.725.292/0001-43, e o processo
		Licitações de Contatos, e contraria	enviado a Proge para análise de todos os
		jurisprudência do TCU;	procedimentos do pregoeiro e equipe de
		- exigência de inscrição da licitante no	apoio.
		Conselho Regional de Administração, o que	Ao receber em devolução o processo, e
		constitui medida restritiva ao caráter	consubstanciado no Despacho Proge n.º
		competitivo e contraria jurisprudência do	926/2016, de 6.9.2016, o pregoeiro fez
		TCU;	publicar no DOU – Seção 3 – pág. 4, de
		exigência de comprovação de profissional	21.7.2016, aviso desclassificando a
		detentor de responsabilidade técnica o que não	empresa supracitada, detentora do
		é aplicável aos profissionais técnica; e	melhor valor mas que a sua planilha de
		falha na análise da tempestividade da	custos apresentou um resultado
		impugnação interposta no âmbito	deficitário na monta de R\$56.680,24
		administrativo.	mensais, revogando a adjudicação
			realizada em seu favor.
			Anteriormente à providência supra, foi
			celebrado o TPRU Emergencial n.º
			04/2016, em 30.9.2016.
			Na sequência, houve a abertura do
			processo administrativo n.º
			21202.000150/2016-92, para fins de
			realização de nova licitação, aprovada na
			REDIR N.º 1273, de 14.12.2016, por

		meio do Voto DIAFI N.º 73/2016, publicado o Aviso de Concorrência n.º 003/2016, em 23.12.2016, sendo a abertura do procedimento indicada para o dia 25.1.2017, às 13h, na Sureg/RJ.
Acórdão N.º 827/2016 – TCU – Plenário	Os Ministros do TCU acordam, por unanimidade em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias a contar da notificação desta deliberação, o prazo para que a Conab/Sureg/RJ cumpra a determinação do subitem 1.6.1 do Acórdão 63/2016 – TCU – Plenário.	Pelo OFÍCIO SUREG/RJ N.º 390, de 25.4.2016, foram apresentados os esclarecimentos em face do Acórdão n.º 63/2016.
Acórdão N.º 828/2016 – TCU – Plenário	Diz respeito à decisão para considerar cumpridas as determinações dirigidas à Conab por meio dos itens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.5 e 9.1.6, e implementadas as recomendações 9.2.3, 9.2.4, 9.2.5 e 9.2.6, constantes do Acórdão n.º 123/2010 – TCU – Plenário.	
Acórdão N.º 851/2016 – TCU – Plenário	Diz respeito a decisão da Corte de Contas em face de Solicitação do Congresso Nacional, formulada pelo Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Eduardo Cunha, a partir de decisão da Mesa Diretora exarada ao examinar a Solicitação de Informação da autoria do Deputado Feral Rubens Bueno, para que a corte preste informações “sobre o resultado de auditoria empreendida (..) acerca de esquema de desvio de dinheiro público envolvendo a Conab. Acordam os Ministros do TCU, ante as razões expostas pelo Relator em: - 9.1. [...], conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade cabíveis à espécie; - 9.2. informar ao Exmo. Deputado Federal Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, e ao Deputado Rubens Bueno, [...] sobre as conclusões dispostas no parecer do diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura, e do Meio Ambiente (SecexAmb), transcrito no Relatório precedente que acompanha este Acórdão, a partir do parágrafo 15, alínea “b”; - 9.3. encaminhar ao solicitante cópia deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, bem assim de cópia integral em mídia digital, do Processo TC – 046.630/2012-0; - 9.4. [...], considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo.	

Acórdão N.º 3.144/2016 – TCU – 1. <sup>a</sup> Câmara	Trata-se decisão para desconsiderar o teor da audiência levada a efeito por intermédio do Ofício 0183/2016-TCU/Secex-MS, de 6.4.2016, tendo em vista a edição, pelo Presidente Interino da Conab, da Portaria 217, de 28.4.2016; prorrogar o prazo, por mais 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, para que a Conab cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão 6.822/2015.	Pelo Ofício PRESI n.º 403, de 3.8.2016, o Processo n.º 21213.000063/2016-14, que trata da Tomada de Contas Especial, foi encaminhado para a Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. O processo retornou, em 29.9.2016, da SFC para complementação de informações e está em tramitação para consolidar as providências necessárias e posterior retorno para a SFC.
Acórdão N.º 3.739/2016 – TCU – 1. <sup>a</sup> Câmara	Trata-se do julgamento da Prestação de Contas – Exercício Financeiro de 2014, observados os termos do acórdão supracitado, quanto a regularidade, com quitação plena, e regularidade com ressalva, com quitação, para os responsáveis arrolados em cada uma das características em lide.	Foram expedidas as Cartas Presi n.ºs 356 – Exercício Financeiro de 2014, observados os termos do acórdão supracitado, quanto a regularidade, com quitação plena, e regularidade com ressalva, com quitação, para os responsáveis arrolados em cada uma das características em lide.
Acórdão N.º 1.521/2016 – TCU – Plenário	Trata-se de decisão para fixar em 30.9.2016 a data limite para que a Conab remeta ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest/MP, plano detalhado e atualizado de substituição de terceirizados irregulares de que trata o subitem 9.1 do Acórdão 2303/2012-Plenário, que deve estar acompanhado das providências preliminares a que se referem os subitens 9.1.1 e 9.1.2 do referido decisum, ou justifiquem, anexando documentos comprobatórios, no caso de não identificarem terceirização irregular.	Pelo Ofício 0565/2016-TCU/SecexAdministração, de 18.10.2016, o TCU informou sobre a interposição de pedido de reexame pelo DEST e consoante despacho exarado pelo Ministro Relator, em 5.8.2016, foi conferido efeito suspensivo aos itens 9.5 a 9.8 do acórdão recorrido, em relação ao encaminhamento das informações requeridas até a apreciação definitiva do recurso. A respeito deste assunto foi endereçado a SEST o OFÍCIO PRESI N.º 554, de 1.º.11.2016.

Trata-se de decisão, tendo em vista instrução da Secex/RJ, em adotar as medidas a seguir:

a) considerar em implementação a determinação objeto do item 1.7.2 do Acórdão 4.762 – TCU – 1ª Câmara;

b) considerar não aplicável a determinação objeto do item 1.7.2 do Acórdão 4.762/2015 - TCU - 1ª Câmara, destinada à Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio de Janeiro (Sureg/RJ), considerando que não existe qualquer ingerência deste responsável na retenção do Imposto de Renda das contas de poupança do Programa de Aquisição de Alimentos, e em face de não existir prejuízo para o interesse público, visto que os recursos do Imposto de Renda retornam para os cofres públicos;

c) em implementação a determinação objeto do subitem 1.7.1 do Acórdão 4.762/2015 - TCU - 1ª Câmara, sem prejuízo de dar ciência à Sureg/RJ da necessidade do cumprimento integral desta determinação.

#### 1.6. Medidas:

1.6.1 Dar ciência à Sureg/RJ que a determinação contida no subitem 1.7.1 do Acórdão 4.762/2015 – TCU – 1ª Câmara, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal combinado com Acordo de Cooperação Celebrado entre a Conab e o Banco do Brasil para abertura e manutenção de contas bloqueadas e de livre movimentação relativas às operações do Programa de Aquisição de Alimentos, deve ser integralmente cumprida, de modo que é obrigação da Sureg/RJ providenciar a regularização de todas as contas ligadas à determinação do Tribunal de Contas da União, assim como também é obrigação desse jurisdicionado manter atualizados nos seu banco de dados todas as informações de ressarcimento efetivadas, independentemente de constar de Plano de Providências Permanente, advertindo que, caso o cumprimento parcial persista, não será considerada a boa-fé dos responsáveis;

1.6.2 encaminhar cópia desta deliberação à Sureg/RJ e à Controladoria-Geral da União; e

1.6.3 apensar os presentes autos às próximas contas da Sureg/RJ, consoante art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

A Sureg/RJ posicionou-se conforme a seguir:

Item 1.7.1. Informamos que os proponentes citados foram notificados pela Superintendência Regional da Conab no Rio de Janeiro através das cartas Sureg/RJ n°s 670 e 671, datadas de 16.06.2015, respectivamente e em atendimento, se manifestaram sobre a devolução dos valores referentes as cobranças de multas, tarifas e juros bancários, ressarcindo os recursos financeiros aos cofres do governo, através da Conta Única do Tesouro, conforme cópias das GRU'S quitadas.

#### Posição Atual 1.7.1

Proponente	CPR	Ressarcimento (R\$)
ALFEI	RJ/2011/02/0021	161,57
UNACOOP	RJ/2011/02/0023	117,16
UNACOOP	RJ/2011/02/0023	738,32
UNACOOP	RJ/2011/02/0036	137,86
UNACOOP	RJ/2011/02/0038	291,47

Encaminhamos a Carta Surge/RJ nº 044, de 14/01/2016, para que a Associação de Lavradores da Fazenda Experimental de Italva – ALFEI, prestasse esclarecimentos sobre as transações bancárias consideradas inconformes pela CGU. Entretanto, até o momento, não recebemos retorno da proponente.

Item 1.7.2. Quanto à cobrança de IR nas contas poupanças, a CGU entendeu que a questão foi elucidada – 1.1.10. Recomendação 63333 – OS: 201308670 Constatação: 25, mediante aos esclarecimentos apresentados, à época, pelo agente financeiro.

O TCU 1ª câmara, considerou no Acórdão 4168/16 que não houve ingerência da Sureg Rio de Janeiro na Retenção de Imposto de Renda das contas Poupança do Programa de Aquisição de Alimentos e em face de não existir prejuízo para o interesse público, visto que os recursos do Imposto de Renda retornam aos cofres públicos.

Diante do exposto, continuamos acompanhando as recomendações do TCU, com vistas atendermos o Órgão de Controle.

<p>Acórdão N.º 2.162/2016 – TCU – Plenário</p>	<p>Diz respeito à deliberação da Corte de Contas em face do monitoramento de determinação e recomendações contidas no Acórdão 3.581/2014-TCU-Plenário à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), e à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- que tanto a Sesan quanto a Conab apresentaram seus planos de ação e evidenciaram providências para o cumprimento da maioria dos itens deliberados.</li> <li>- que, constatou-se a pertinência das providências adotadas pelas entidades jurisdicionadas.</li> <li>- a incompletude do Acórdão n.º 1772/2016 – Plenário.</li> </ul> <p>ACORDAM, em:</p> <p>“g) validar com ressalvas o plano de ação proposto pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) quanto aos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 do <a href="#">Acórdão 3.581/2014-TCU Plenário</a>;</p> <p>h) considerar em implementação as recomendações dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 do <a href="#">Acórdão 3.581/2014-TCU Plenário</a>;</p> <p>i) considerar implementada a recomendação do item 9.3.4 do <a href="#">Acórdão 3.581/2014-TCU Plenário</a>;</p> <p>j) considerar insubsistente a recomendação do item 9.3.5, com base no item 63.3 do anexo da Portaria-Segecex 27/2009 c/c art. 9º da <a href="#">Resolução TCU 265/2014</a>;</p> <p>h) determinar à Conab, com fulcro no item 63.2 do anexo da Portaria-Segecex 27/2009 c/c art. 9º da <a href="#">Resolução TCU 265/2014</a>, que apresente, em sessenta dias, conclusões acerca do modelo de leilão adotado e das análises que visem seu aprimoramento, haja vista que não há evidências de que fora aferida a viabilidade econômica, nem qual seria a melhor formatação dos leilões por lotes e não se conhecia as particularidades de cada região, comprometendo a possibilidade de se tratar cada lote leiloadado de forma específica, conforme recomendado nos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do <a href="#">Acórdão 3.581/2014-TCU Plenário</a>;</p> <p>i) determinar, com fulcro no art. 7º, § 1º, da <a href="#">Resolução-TCU 265/2014</a> à Sesan/MDSA, à Conab, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS) que apresentem, no prazo de sessenta dias, quais providências foram tomadas frente às falhas que ensejaram as ciências objeto do item 9.4 do <a href="#">Acórdão 3.581/2014-TCU-Plenário</a>.”.</p>	<p>A resposta a Egrégia Corte de Contas foi objeto do Ofício PRESI n.º 545, de 24.10.2016.</p>
<p>Acórdão N.º 7.248/2016</p>	<p>Diz respeito à decisão em face de Relatório de Auditoria nas operações do Programa de</p>	<p>A Sureg/PR registrou, em 27.12.2016, que já está adotando as providências</p>

- TCU – 1. <sup>a</sup> Câmara	<p>9.1. Aquisição de Alimentos, na modalidade</p> <p>9.2. Compra com Doação Simultânea, pela</p> <p>9.2.1. Superintendência Regional da Conab no</p> <p>9.2.2. Estado do Paraná, em que os responsáveis</p> <p>9.2.3. apresentaram razões de justificativas, e como</p> <p>9.3. resultado:</p> <p>9.3.1. - 9.1. acolher as razões de justificativas</p> <p>9.3.2. apresentadas Erli de Pádua Ribeiro, Lafaete</p> <p>9.3.3. Jacomel, Leônidas Toledo Kaminski, Luiz</p> <p>9.4. Carlos Vissoci, Valdecir Sassi e Valmor Luiz</p> <p>9.4.1. Bordin;</p> <p>9.4.2. - 9.2. determinar à Superintendência Regional da Conab no Paraná, que:</p> <p>- 9.2.1. institua, no prazo de 120 dias, controles internos adicionais a fim de evitar o acesso de beneficiários fornecedores que não preencham os requisitos legais para ingresso no Programa de Aquisição de Alimentos como Beneficiários Fornecedores;</p> <p>- 9.2.2. proceda, no prazo de 120 dias, a checagem dos beneficiários apontados como falecidos na peça 20 deste processo, manifestando-se quanto à regularidade dos pagamentos efetuados e, caso necessário, adote as providências cabíveis para recuperação dos valores pagos indevidamente e apuração das responsabilidades dos servidores públicos e das organizações fornecedoras;</p> <p>- 9.2.3. institua, no prazo de 120 dias, procedimento administrativo para apurar a ocorrência das irregularidades verificadas no Processo 21210.000506/2012-65 - CPR PR/2013/02/0008;</p> <p>- 9.3. dar ciência à Superintendência Regional da Conab no Paraná, nos termos art. 7º da Resolução -TCU 265/2014, que:</p> <p>- 9.3.1. a aprovação de propostas do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra com Doação Simultânea, com documentação insuficiente, afronta ao preconizado no Título 30 do Manual de Operações da Conab;</p> <p>- 9.3.2. afronta o art. 4º, §5º, do Decreto 7.775/2012 e o art. 2º da Resolução-GGPAA 44/2011, deixar de observar os critérios de priorização de atendimento de beneficiários fornecedores a seguir relacionados: mulheres; quilombolas; indígenas; assentados/acampados da reforma agrária; extrativista; atingidos por barragens; produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos; inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal; participantes do Programa Bolsa Família; atendidos por ações do Plano Brasil sem Miséria; bem como idosos ou outros relacionados no artigo 69-A</p>	<p>necessárias para o cumprimento das determinações constantes no Acórdão nº 7248, da 1ª Câmara do TCU, relativo ao Processo nº 015.449/2014-9, de Relatório de Auditoria, através do encaminhamento da decisão à área competente desta regional (Geope/Sepab), que, em conjunto com a Superintendente Regional, analisará tecnicamente o teor do documento, a fim de que sejam adotadas as providências e encaminhamentos pertinentes, inclusive com o envolvimento, se necessário, da Dipai/Supaf, que é a área diretamente ligada ao assunto tratado na decisão e à qual compete "estudar e propor, junto às demais áreas envolvidas, a adequação dos mecanismos operacionais no âmbito da execução dos programas voltados à produção familiar", a teor do inciso IV, do artigo 41, do Regimento Interno da Conab.</p> <p>Informo também que o prazo para o cumprimento das determinações emanadas ainda não está correndo, eis que esta Sureg/PR ainda não foi notificada acerca do acórdão, a qual se dará na forma do artigo 183 do Regimento Interno do TCU, segundo o qual os prazos contam-se dia a dia, a partir do recebimento pela parte da notificação, ou da data constante de documento que comprove a ciência da parte.</p>
-----------------------------------	--	---

		<p>da Lei 9.784/1999;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 9.3.3. deixar de fiscalizar os pagamentos efetuados pelas organizações fornecedoras aos beneficiários fornecedores, no âmbito do PAA, afronta ao preconizado nos artigos 13 e 32, caput e inciso IX, do Decreto 7.775/2012;</li> <li>- 9.4. determinar SecexAmb que avalie o Relatório de Fiscalização Fiscalis 592/2014 (peça 2) e a instrução transcrita no Relatório, e, em observância ao disposto no art. 5º, § 1º; e no item 7 do Anexo, da Portaria-Segecex 13, de 27 de abril de 2011, manifeste-se, no prazo de 30 dias, acerca da necessidade de instauração de procedimento específico ou inclusão em procedimento em tramitação de determinações ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos-GGPAA, no sentido de que adote providências para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 9.4.1. garantir a rastreabilidade do fluxo financeiro das operações referentes à modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do PAA, em cumprimento ao art. 13 do Decreto 7.775/2012, de maneira que os gestores das Superintendências Regionais da Conab consigam identificar e quantificar os pagamentos efetivamente realizados pelas organizações fornecedoras aos beneficiários fornecedores;</li> <li>- 9.4.2. garantir que os gestores das Superintendências Regionais da Conab, ao celebrarem Cédulas de Produtor Rural contendo produtos processados, sem a realização de licitação, certifiquem-se de que a produção é executada pelos próprios agricultores e com insumos por eles cultivados, em cumprimento ao art. 5º do Decreto 7.775/2012, bem como da observância, nos casos concretos, dos limites da industrialização o da utilização dos insumos industriais, como mecanismos necessários à própria existência ou à comercialização dos produtos.</li> </ul> </li> </ul>	
Acórdão N.º 2.525/2016 – TCU – Plenário	<p>1.7.2. Trata-se de decisão para considerar cumpridas as determinações previstas nos subitens 1.7.2.1. 1.7.1.5, 1.7.1.9, 1.7.1.10, 1.7.1.12, 1.7.1.13, 1.7.2.2. 1.7.1.14 e 1.7.1.15 do Acórdão n.º 1744/2015 – TCU – Plenário, com indicação de medidas e arquivamento do processo.</p> <p>No que diz respeito a Conab as medidas dizem respeito às seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1.7.2. recomendar às Superintendências Regionais da Conab nos estados da Bahia e em Sergipe, para que avaliem a oportunidade e conveniência de incluir, no Termo de Compromisso do Beneficiário Fornecedor, as seguintes orientações aos agricultores</li> </ul>	<p>A Sureg/SE registrou, informamos que esta Superintendência nos projetos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA vem repassando aos participantes as recomendações descritas nos subitens 1.7.2.1, 1.7.2.2 e 1.7.2.3 do ACORDÃO supracitado, em todas as etapas do mesmo, formulação, liberação e execução, principalmente na liberação, registrando em ATA estas recomendações.</p> <p>A Sureg/BA constituiu o Processo Administrativo n.º 21205.000308/2016-02 para registrar as providências</p>	

	<p>familiares, no sentido de dar mais efetividade adotadas. aos controles na operação do PAA:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 1.7.2.1. arquivar os comprovantes de entregas dos produtos realizados junto às Organizações Fornecedoras para eventuais ações de fiscalização dos órgãos de controle;</li><li>- 1.7.2.2. guardar os comprovantes dos pagamentos que recebe das Organizações Fornecedoras para eventual cruzamento com informações constantes da prestação de contas dos fornecedores; e</li><li>- 1.7.2.3. necessidade de exigir esses documentos das Organizações Fornecedoras.</li></ul>	
--	--	--

## Anexo VI: Item 8.2 – tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Relatório CGU 01565/2016</u>	1.1.1.1	<b>Recomendação 1:</b> Fazer gestão junto ao Banco do Brasil e ao Mapa, de forma a estabelecer mecanismos de prestação de contas e acompanhamento da execução contratual.	Pela CI AUDIN/GEDOP N.º 076, de 16.2.2017, foi solicitado do gestor o envio de informações até a data de 8.3.2017, em que pese a CGU, no Sistema Monitor ter indicado o prazo limite para 11.4.2017. Na oportunidade em que observado o registro de informações no sistema em lixe, este demonstrativo será atualizado.
<u>Relatório CGU 01565/2016</u>	2.1.1.2	<b>Recomendação 1:</b> Revisar as minutas de Pregões, incluídos Registros de Preços, para assegurar clareza à relação entre o valor negociado na licitação, a remuneração da contratada e o respectivo valor contratual <b>Recomendação 2:</b> Em futuras contratações de material gráfico, incorporar estudo detalhado do histórico de consumo, de forma que o planejamento se aproxime da demanda registrada em anos anteriores pela Companhia. <b>Recomendação 3:</b> Avaliar o enfoque da aplicação do critério de menor preço sobre o valor estimado do contrato de serviços gráficos e demais contratos executados sob demanda, levando em conta as quantidades e valores unitários definidos no Termo de Referência, assegurando no Contrato que a composição de preços unitários da proposta vencedora, multiplicada pelas quantidades estimadas, corresponde ao valor licitado e ao valor do contrato. <b>Recomendação 4:</b> No Contrato Administrativo nº 016/2015, atuar junto à Contratada para acordar redução do valor do contrato ao valor negociado na licitação, adotando providências para a realização de nova licitação sem as falhas verificadas.	<b>Recomendação 1:</b> O Contrato Administrativo nº 016/2015, firmado entre a Conab e a Empresa Cidade Gráfica e Editora Ltda e objeto das análises apresentadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201601565, expirou em 03/11/2016, sendo que o processo de renovação foi imediatamente suspenso após o conhecimento do conteúdo do Relatório. A Conab está realizando novo procedimento licitatório para contratação de gráfica, e no Termo de Referência foi incluída recomendação expressa de que o valor final do contrato deve corresponder ao valor negociado na licitação. A Sumac/Gepin, como área gestora do novo contrato a ser firmado, buscará garantir que o valor do contrato esteja correto, de acordo com os valores negociados no pregão. <b>Recomendação 2:</b> O Contrato Administrativo nº 016/2015, firmado entre a Conab e a Empresa Cidade Gráfica e Editora Ltda e objeto das análises apresentadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201601565, expirou em 03/11/2016, sendo que o processo de renovação foi imediatamente suspenso após o conhecimento do conteúdo do Relatório. A Conab está realizando novo procedimento licitatório para contratação de gráfica, e no Termo de Referência elaborado para a licitação em andamento, para contratação de gráfica, foi inserida estimativa de consumo, calculada com base no histórico de consumo da Conab em anos anteriores. <b>Recomendação 3:</b> O Contrato Administrativo nº 016/2015, firmado entre a Conab e a Empresa Cidade Gráfica e Editora Ltda e objeto das análises apresentadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201601565, expirou em 03/11/2016, sendo que o processo de renovação foi imediatamente suspenso após o conhecimento do conteúdo do Relatório. A Conab está realizando novo procedimento licitatório para contratação de gráfica, e no Termo de Referência elaborado para a licitação em andamento foi adotado o critério de menor preço, sendo definido como critério de aceitabilidade da proposta que os preços unitários de cada item não ultrapassem os valores apresentados no Termo de Referência, calculados para cada item a

		<p>partir dos valores de mercado levantados em três orçamentos. Além disso, foi definido também no Termo de Referência o critério de distribuição do desconto aplicado ao valor unitário global, sendo que o desconto aplicado para cada item da planilha deverá ser o mesmo que o aplicado sobre o valor unitário global. Tal medida visa evitar o “jogo de planilha”. Também no Termo de Referência foi incluída recomendação expressa de que o valor final do contrato deve corresponder ao valor negociado na licitação. A Sumac/Gepin, como área gestora do novo contrato a ser firmado, buscará garantir que o valor do contrato esteja correto, de acordo com os valores negociados no pregão.</p> <p><b>Recomendação 4:</b> O Contrato Administrativo nº 016/2015, firmado entre a Conab e a Empresa Cidade Gráfica e Editora Ltda e objeto das análises apresentadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201601565, expirou em 03/11/2016, sendo que o processo de renovação foi imediatamente suspenso após o conhecimento do conteúdo do Relatório. A Conab está realizando novo procedimento licitatório para contratação de gráfica, e no Termo de Referência foram incluídos itens que determinam a estimativa de consumo, o cálculo dos valores unitários e do valor global estimado, a distribuição do desconto a ser concedido sobre o valor unitário global e a recomendação expressa de que o valor final do contrato deve corresponder ao valor negociado na licitação. Espera-se com isso, sanar as falhas verificadas na licitação anterior.</p>
<p><u>Relatório CGU 01565/2016</u></p>	<p><b>2.2.1.6 Recomendação 1:</b> Apresentar plano de ação com vistas à efetiva adoção e monitoramento das recomendações do Grupo de Trabalho da AGU e dos GT's internos, quando forem concluídos.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Incluir as recomendações exaradas pela AGU e pelos GT's internos, quando disponibilizadas, para acompanhamento das providências pela Auditoria Interna da Companhia.</p> <p><b>Recomendação 3:</b> Envidar esforços no sentido de que haja a transferência de conhecimento dos serviços prestados pelas empresas advocatícias, a fim de que contribua para a continuidade da boa defesa do patrimônio da Conab e gradual absorção da demanda existente pela própria Companhia.</p>	<p><b>Recomendação 1:</b> Inicialmente, cabe-nos informar que a partir de janeiro de 2017, atendendo às determinações da Diretoria Colegiada da Companhia, foi concluído o processo de assunção integral do contencioso cível e trabalhista da Conab, com o consequente encerramento das atividades jurídicas terceirizadas. Atualmente, existem cerca de 8,8 mil ações judiciais em andamento, sendo 3,8 mil trabalhistas e 5 mil cíveis, agora acompanhadas pelo corpo jurídico próprio da Companhia. Para tal mister a Procuradoria Geral conta atualmente com 108 Procuradores (as), distribuídos entre suas áreas funcionais (Matriz e 25 Procuradorias Regionais), conforme abaixo: SGAS Quadra 901, Conj. A, Lote 69, Ed. Conab – 1.º subsolo – ala B – 70.390-010 – Brasília /DF (61) 3312-6422 / 3312-6435 Quantitativo de Procuradores em atuação nas Áreas Jurídicas da Conab Procuradoria-Geral (PROGE) Matriz (BRASÍLIA-DF) Procurador-Geral e Assistentes - 3 Gerência de Matéria Apuratória, Licitações e Contratos – GELIC - 8 Gerência de Matéria Finalística, Residual e Trabalhista – GEFAT - 5 Gerência de Matéria Judicial – GEMAJ - 8 Gerência de Processos Especiais - GEPRE - 5 Gerência de Matéria Trabalhista - GEMAT - 7 TOTAL MATRIZ 36 Procuradorias Regionais (AC/RO, AL, AM, BA, CE,</p>

		<p>DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RN, RS, SC, SE, SP e TO) - 71 TOTAL (Matriz + Regionais) 107 As áreas jurídicas da Companhia passam por processo de reestruturação que compreende providências que vão desde a aquisição de novos equipamentos (computadores, impressoras, scanners, processos de capacitação etc.) até a nomeação de novos procuradores remanescentes do concurso públicos ainda vigentes. Como é de conhecimento público, essa reformulação tem sido impactada pela delicada situação financeira que o país atravessa. No entanto, temos conseguido avançar, ainda que em ritmo diverso do pretendido e necessário à nova realidade da Procuradoria Geral da CONAB. A despeito da abertura de atuação conjunta entre CONAB e AGU, informamos que a Advocacia-Geral da União vem atuando em processos específicos a partir de provocação desta Procuradoria Jurídica, nos moldes do art. 5º da Lei n.º 9.469/1997, o que fortalece enormemente as teses defendidas em prol do interesse público. Feitos esses esclarecimentos iniciais, conforme orientação do Parecer nº 00036/2016/PGU/DTB/PGU/AGU em anexo, já relacionamos processos que entendemos ser necessária a atuação conjunta - AGU e CONAB - seja pela relevância do tema e respectivos valores envolvidos, o que já fora comunicado à AGU, mediante o Ofício PROGE 001/2017, em anexo. Reforçamos o total interesse desta PROGE na atuação conjunta com a AGU, sem prejuízo de outras demandas futuras, tudo com vistas ao aprimoramento da defesa do interesse público envolvido. Por fim, informamos que há o interesse desta companhia na oferta, da própria AGU, de utilização imediata das estruturas da Escola da AGU, em especial, no que diz respeito à capacitação e gestão de processos judiciais.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Idem a Recomendação 1</p> <p><b>Recomendação 3:</b> Cumpre-nos informar que a Procuradoria Geral da CONAB formou seu próprio banco de teses jurídicas, com a finalidade de auxiliar os seus procuradores, lotados na matriz e nas Procuradorias Regionais, na condução das suas demandas judiciais e na elaboração das defesas dos interesses desta estatal. Ademais, a Procuradoria Geral - PROGE, com o auxílio da área técnica GECAP, vem disponibilizando cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos seus procuradores. Assim, pode-se afirmar que, na assunção do contencioso em janeiro de 2017, já houve a transmissão de conhecimento aos procuradores e gradual absorção das demandas.</p>
<p><u>Relatório CGU 01565/2016</u></p>	<p><b>2.2.2.2</b> <b>Recomendação 1:</b> Recomendamos à Conab que atue junto à Money Turismo para incluir no Contrato a previsão de apresentação pela empresa, com a fatura, de relatório emitido pelas Companhias Aéreas comprovando os preços</p>	<p><b>Recomendação 1:</b> Em resposta à Recomendação 168191, informamos que, atendendo as recomendações realizadas através do Relatório Anual de Contas SFC nº 20160165, está sendo providenciado o aditivo do Contrato Conab nº 10/2014, firmado entre a Conab e a empresa Money Turismo para o agenciamento de passagens aéreas, onde será</p>

	<p>efetivamente cobrados pelas passagens fornecidas à Conab.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Enquanto não concluída a revisão contratual para acesso aos preços cobrados pelas Companhias Aéreas, utilizar os links disponibilizados pelas Companhias para confirmar os valores cobrados e a conformidade da taxa de administração incidente, visando verificar a conformidade dos pagamentos com os parâmetros de remuneração definidos em contrato.</p>	<p>adicionada a cláusula que prevê a obrigatoriedade de apresentação do relatório emitido pelas Companhias Aéreas visando comprovar o preço cobrado.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Em paralelo ao aditivo contratual, foi enviada à contratada, no dia 22 de setembro de 2016, a Carta Supad nº 258/2016, na qual foi solicitado que as faturas emitidas pela empresa sejam acompanhadas dos espelhos dos bilhetes retirados direto dos sites ou sistemas das companhias aéreas. Desde então, todas as faturas foram entregues com o espelho do SCDP, da Money e da companhia aérea fornecedora do bilhete.</p>
--	---	---